

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão Individual do exercício de 2017 apresentados aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual, a que esta Unidade de Prestação de Contas (UPC) está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições: Resolução TCU nº 234, de 1/9/2010, Resolução TCU nº 244, de 20/7/2011, Instrução Normativa TCU nº 63, de 1/9/2010, Instrução Normativa TCU nº 72, 15/9/2013, Decisão Normativa nº 161, de 1/11/2017, Portaria TCU nº 65, de 28/2/2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Mendonça Filho

SECRETÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Paulo Henrique Gomes de Lima
Reitor e Presidente do COLDIR

Paulo Borges da Cunha
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio de Pádua Alves Pinto
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Laura Maria Andrade de Sousa
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

José Luís de Oliveira Silva
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Luciana Soares da Rocha
DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Eduílson Lívio Neves da Costa Carneiro
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS TERESINA-CENTRAL

Francisca Assunção de Almeida
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS TERESINA-ZONA SUL

Odimógenes Soares Lopes
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS FLORIANO

Luis Fernando dos Santos Souza
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PARNAÍBA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Elisberto Francisco Luz
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PICOS

Rogério Sousa Azevedo
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ANGICAL

Laécio Barros Dias
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CORRENTE

Francisco Washington Soares Gonçalves
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PAULISTANA

Clayton da Costa Ribeiro
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PIRIPIRI

Francisco Nogueira Lima
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO

Miguel Antonio Rodrigues
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS URUÇUI

Sebastião Pereira do Nascimento
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS OEIRAS

Raimundo Nonato Alves da Silva
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PEDRO II

José Walter Silva e Silva
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Washington Moura Barbosa
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CAMPO MAIOR

Maria dos Remédios de Brito Silva
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS COCAL

Antenor Fortes de Bustamante
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ

José dos Santos Moura
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DE JOSÉ DE FREITAS

Izonaldo Monteiro Dias
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DE PIO IX

Aurélio Agostinho Adão
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DO DIRCEU

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

CONSELHO SUPERIOR

Presidente	Reitor
PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA	

Representantes Docentes

Titular	Suplente
GILBERTO NUNES NETO	MIDIÁ DA SILVA BORGES GOMES
FRANCIÉRIC ALVES DE ARAÚJO	FRANCISCO MARCELINO ALMEIDA DE ARAÚJO
RODOLPHO CARVALHO LEITE	NEREYDA ÁUREA DE CARVALHO SANTOS
DANIEL RIBEIRO DA FONSECA	FRANCISCO TEIXEIRA ESTEVES
FRANCISCO RAIMUNDO DE SOUZA NETO	VINICIUS DIAS DE CARVALHO

Representantes Discentes

Titular	Suplente
ÁDYSON LUCAS DOS SANTOS OLIVEIRA	DEOLINDA GABRIELA NÓBREGA COELHO
PAULO RANGELL AMORIM DE SOUSA	JOSÉ DA GUIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA
OTÁVIO PEREIRA ARAÚJO	PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO SOUSA
KELLY FERNANDES DA SILVA ANTUNES	INDIARA BRAGA SILVA
RONALDO COELHO PEREIRA	INAIARA LEITE RODRIGUES

Representantes Técnico-Administrativos

Titular	Suplente
JAILSON FREITAS DA SILVA	ANTÔNIO MARCOS SILVA DIAS
IVAN DOS SANTOS OLIVEIRA	NATÁLIA ALVES LIMA
ALAN FIGUEREDO PINHEIRO	RODRIGO DOS SANTOS ALMEIDA
VAGO	VAGO
VAGO	VAGO

Representantes Egressos

Titular	Suplente
ELAINE CRISTINA OSÓRIO ROCHA	JANAÍNA MARIA DA SILVA LINHARES
CIRILA LOPES DOS SANTOS BORGES	WANDERSON LIMA PEREIRA

Representantes Da Sociedade Civil

Titular	Suplente
FÉLIX FERNANDO RAPOSO FILHO	MARTHA LIMA CHAVES
ISLANO VINICIUS ISAÍAS MARQUES DO NASCIMENTO	JÚLIO RODRIGUES DE BRITO FILHO
JOSÉ RIBAMAR DA SILVA FILHO	ANA LÚCIA DOS SANTOS DOURADO
ELLEN GERA DE BRITO MOURA	ORISVALDO RODRIGUES DE CASTRO
VAGO	VAGO
VAGO	VAGO

Representantes Setec

Titular	Suplente
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA DOMINGUES	SÉRGIO TEIXEIRA COSTA

Representantes Diretores-Gerais

Titular	Suplente
FRANCISCO NOGUEIRA LIMA	FRANCISCO WASHINGTON SOARES GONÇALVES
ODIMÓGENES SOARES LOPES	JOSÉ DOS SANTOS MOURA
ROGÉRIO SOUSA AZEVEDO	CLAYTON DA COSTA RIBEIRO
FRANCISCA ASSUNÇÃO DE ALMEIDA	PAULO DE TARSO VILARINHO CASTELO BRANCO
ANTENOR FORTES DE BUSTAMANTE	MIGUEL ANTONIO RODRIGUES

Representantes Ex-Reitor

Titular	Suplente
FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA	VITALÍCIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)

Pró-Reitor: Prof. Paulo Borges da Cunha

e-mail: pauloborges@ifpi.edu.br

Equipe Técnica:

Ciro Lima Silva
Contador
cirolimasilva@ifpi.edu.br

Herson Lee Carvalho
Economista
hersonlee@ifpi.edu.br

Janaína Peres da Silva Galeno
Administradora
janaina@ifpi.edu.br

Ricardo de Souza Oliveira
Técnico em Contabilidade
souzo@ifpi.edu.br

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PRODIN)

Pró-Reitor: Antônio de Pádua Alves Pinto

e-mail: padua.pinto@ifpi.edu.br

Equipe Técnica:

Anaites Maria de Moraes Silva
Administradora
anaites@ifpi.edu.br

PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN)

Pró-Reitora: Laura Maria Andrade de Sousa

e-mail: laura@ifpi.edu.br

Equipe Técnica:

Diego Mendes Pinheiro Costa
Procurador Institucional
diegomendes@ifpi.edu.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
AGU	Advocacia Geral da União
AUDIN	Auditoria Interna Geral
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Conselho Editorial
CEP	Comissão de Ética Pública
CEPES	Conselho de Ética em Pesquisa
CEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEV	Cerimonial e Eventos
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CIS/PCCTAE	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COLDIR	Colégio de Dirigentes
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPGF	Cartão Corporativo do Governo Federal
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
DIGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DIRCOM	Diretoria de Comunicação
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FIC	Formação Inicial e Continuada
FSA	Faculdade Santo Agostinho
GRU	Guia de Recolhimento da União
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IN	Instrução Normativa
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAINT	Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBICJR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PLS	Plano de Logística Sustentável
POLAE	Política de Assistência Estudantil
PPA	Plano Plurianual
PRAEI	Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAEX	Programa Institucional de Apoio à Extensão
PROAGRUPAR	Programa de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica
PRODIN	Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEJA-FIC	Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROFE	Procuradoria Federal
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
RAINT	Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna
RP	Restos a Pagar
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
RT	Retribuição por Titulação
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema de Administração de Pessoal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC	Sistema de Apreciação e Registros de Atos de Admissão e Concessões
SISPES	Sistema do Projeto Esplanada Sustentável
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificada do MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TAM	Termo de Acordo de Metas
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UG	Unidade Gestora
UNINOVAFAPI	Centro Universitário da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade de Prestação de Contas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-FINALIDADES INSTITUCIONAIS DO IFPI	19
Figura 2 - OBJETIVOS INSTITUCIONAIS DO IFPI	20
Figura 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS CAMPI EM 2017	22
Figura 4 - CICLO DE AVALIAÇÃO PDI 2017.....	48
Figura 5– EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO EM 2017	120
Figura 6– EVOLUÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO ANO (2015-2017)	121
Figura 7– CONSOLIDAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO ANO 2017	149
Figura 8– CONSOLIDAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ANO 2017	151
Figura 9– PLACAS SOLARES NO TELHADO DO IFPI FLORIANO	152
Figura 10 - PÁGINA ELETRÔNICA DOS CURSOS DO CAMPUS TERESINA CENTRAL	161

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– DADOS E INFORMAÇÕES NÃO CONTEMPLADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO 2016	17
Quadro 2 – IDENTIFICAÇÃO DA UPC	18
Quadro 3 - CURSOS FIC NO ANO 2017	24
Quadro 4– ESTRUTURA ORGANIZACIONAL VIGENTE NO EXERCÍCIO	28
Quadro 5 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS 2017	30
Quadro 6– MACROPROCESSOS DA PROEN	34
Quadro 7 – MACROPROCESSOS DA PROEX	42
Quadro 8 – MACROPROCESSOS DA PROPI.....	44
Quadro 9 – MACROPROCESSOS DA PRODIN	46
Quadro 10 – AÇÃO 20RG.....	50
Quadro 11 – AÇÃO 20RL	51
Quadro 12 – AÇÃO 2994	52
Quadro 13–AÇÃO 6380	53
Quadro 14–AÇÃO 4572	54
Quadro 15– RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	55
Quadro 16– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	56
Quadro 17– RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.....	58
Quadro 18– RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UPC NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	58
Quadro 19– RECEITAS POR NATUREZA	59
Quadro 20– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	60
Quadro 21– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	61
Quadro 22– CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	64
Quadro 23– UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	64
Quadro 24– CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	65
Quadro 25– INDICADORES DE GESTÃO, CONFORME DELIBERAÇÕES DO TCU	68
Quadro 26 - DETALHAMENTO DA SOBREPOSIÇÃO PRONATEC	80
Quadro 27- QUADRO RESPOSTA PRONATEC	81
Quadro 28 - QUADRO DISCREPÂNCIAS PRONATEC	81
Quadro 29– QUADRO RESUMO DE SOBREPOSIÇÃO	83
Quadro 30 – TIPO DE PROCEDIMENTO	91
Quadro 31– FORÇA DE TRABALHO DA UPC	93
Quadro 32– DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	94
Quadro 33– DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS ..	94
Quadro 34– DESPESAS COM PESSOAL.....	97
Quadro 35– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA	99
Quadro 36– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA /DIRCEU	100
Quadro 37– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA /JOSÉ DE FREITAS.....	101
Quadro 38– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA /PIO IX	102
Quadro 39– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG ANGICAL.....	103
Quadro 40– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CAMPO MAIOR	104
Quadro 41– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG COCAL	105
Quadro 42– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CORRENTE.....	106

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 43– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG FLORIANO.....	107
Quadro 44– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG OEIRAS	108
Quadro 45– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PARNAÍBA	109
Quadro 46– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PAULISTANA.....	110
Quadro 47– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PEDRO II.....	111
Quadro 48– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PICOS	112
Quadro 49– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PIRIPIRI.....	113
Quadro 50– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO JOÃO DO PIAUÍ	114
Quadro 51– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO RAIMUNDO NONATO	115
Quadro 52– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA-CENTRAL.....	116
Quadro 53– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA ZONA SUL.....	117
Quadro 54– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG URUCUI	118
Quadro 55– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG VALENÇA.....	119
Quadro 56– DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO NO ANO DE 2017.....	120
Quadro 57– EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIO (2015-2017)	120
Quadro 58– QUANTITATIVO DA FROTA POR CATEGORIA	123
Quadro 59– DETALHAMENTO DA FROTA POR KM RODADOS EM 2017.....	123
Quadro 60– IDADE MÉDIA DA FROTA EM 2017.....	124
Quadro 61– DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA EM 2017	124
Quadro 62– CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS NA UPC	128
Quadro 63– RELAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELACIONADAS À ATIVIDADE-FIM .	136
Quadro 64 – RELAÇÃO DE SISTEMAS EM USO NO IFPI E SUAS FUNCIONALIDADES.....	140
Quadro 65 – RELAÇÃO PROCESSOS.....	142
Quadro 66 – DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI/DSI	143
Quadro 67 – DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI/DRT	144
Quadro 68– TÓPICOS DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	149
Quadro 69 – DESPESAS COM PUBLICIDADE.....	159
Quadro 70 – TABELA DE CURSOS SUPERIORES DE LICENCIATURA.....	160

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	18
1.1 Identificação da unidade	18
1.2 Finalidade e competências	19
1.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	21
1.4 Ambiente de atuação	23
1.5 Organograma.....	27
1.6 Macroprocessos finalísticos	33
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	47
2.1 Planejamento organizacional	47
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	47
2.1.2 Estágios de implementação do planejamento estratégico	48
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	49
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	49
2.3 Desempenho orçamentário.....	49
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	50
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	55
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	55
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	56
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	57
2.3.6 Informações sobre realização de receitas	59
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas	59
2.3.8 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	64
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	67
2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	67
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	74
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	74
3.2 Atuação unidade de auditoria interna.....	77
3.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec	80
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	91

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3.4	Gestão de riscos e controles internos	92
4	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	93
4.1	Gestão de pessoas.....	93
4.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	93
4.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	95
4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	95
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	98
4.1.5	Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	121
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	121
4.2.1	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada	121
4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	126
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	126
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas	128
4.2.5	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim	136
4.3	Gestão de tecnologia da informação	137
4.3.1	Principais sistemas de informações.....	138
4.3.2	Descrição do plano de capacitação do pessoal da TI.....	138
4.3.3	Descrição do quantitativo de pessoal da TI	139
4.3.4	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI.....	142
4.3.5	Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período e principais resultados.....	142
4.3.6	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade	148
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	148
4.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	152
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	153
5.1	Canais de acesso do cidadão	153
5.2	Carta de serviços ao cidadão	153
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	153
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	154
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	154
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	156

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.1	Desempenho financeiro no exercício	156
6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	156
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	156
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas	157
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	158
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	158
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	158
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	158
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.	158
7.5	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	159
7.6	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	160
	ANEXOS.....	162

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão constitui em um instrumento de prestação de contas relativa ao exercício de 2017 da Unidade de Prestação de Contas (UPC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), contendo a descrição das atividades realizadas durante este exercício, a ser apresentado à comunidade interna, aos órgãos de controle interno e externo da administração pública e ao público em geral.

O formato e conteúdo deste documento seguem as orientações e atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo por referência os seguintes instrumentos legais: Resolução TCU nº 234, de 1/9/2010, Resolução TCU nº 244, de 20/7/2011, Instrução Normativa TCU nº 63, de 1/9/2010, Instrução Normativa TCU nº 72, 15/9/2013, Decisão Normativa nº 161, de 1/11/2017, Portaria TCU nº 65, de 28/2/2018.

O relatório gestão apresenta itens relevantes da gestão do IFPI durante o exercício de 2017, conforme descrição das sete seções, visando possibilitar a descrição dos elementos administrativos, contábeis e financeiros dos cenários da UPC e pelas unidades gestoras relacionadas: Reitoria, Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Floriano, Campus Picos, Campus Parnaíba, Campus Angical, Campus Paulistana, Campus Piripiri, Campus São Raimundo Nonato, Campus Corrente, Campus Uruçuí, Campus Oeiras, Campus São João do Piauí, Campus Pedro II, Campus Valença do Piauí, Campus Campo Maior, Campus Cocal. A UPC também possui em sua estrutura três Campi Avançados, José de Freitas, Pio IX e Dirceu, que são subordinados à UG da reitoria, sendo suas movimentações de responsabilidade da mesma, pois não possuem código SIAFI/UG.

A primeira seção equivale à visão geral da unidade prestadora de contas, com identificação, finalidades e competências, normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade, ambiente de atuação, organograma e macroprocessos finalísticos.

A segunda seção equivale ao planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, que contemplam o planejamento organizacional e resultados, com descrição sintética dos objetivos do período, estágios, formas e instrumento de monitoramento da execução dos resultados dos planos, desempenho orçamentário, o desempenho operacional, apresentação e análise de indicadores de desempenho, informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos. As informações sobre indicadores estão presentes, nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005 – plenário e alterações posteriores.

A terceira seção equivale às informações sobre a governança, gestão de riscos e controles internos, que contemplam a estrutura de governança da UPC, atuação da auditoria interna, sistema de correição, avaliação do funcionamento dos controles internos e gestão de riscos.

A quarta seção equivale a áreas especiais de gestão, com informações sobre gestão de pessoas, gestão do patrimônio e da infraestrutura, gestão da tecnologia da informação, gestão ambiental e sustentabilidade.

A quinta seção equivale ao relacionamento com a sociedade, que contemplam os canais de acesso do cidadão, a existência ou ausência de documentos e mecanismos de acesso à informação, bem como a avaliação de desempenho da UPC e as medidas de acessibilidade, conforme disposições legais.

A sexta seção equivale ao desempenho financeiro e informações contábeis, com informações sobre o desempenho, tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, sistemática de apuração de custos e apresentação das demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A sétima seção equivale à conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle interno, com o tratamento das recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI), medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário, demonstração das conformidades, conforme artigo 5º da Lei de Licitações, informações sobre as ações de publicidade e propaganda e demonstração da conformidade conforme artigo 3º do Decreto nº. 5.626/2005.

O relatório de gestão desta UPC não contemplará os dados e informações relacionados aos seguintes itens e subitens, conforme descrição no Quadro 1.

Esclarecemos que a numeração do item discriminado no Quadro 1 está em conformidade com a descrição de conteúdo na plataforma do e-Contas.

Quadro 1 – DADOS E INFORMAÇÕES NÃO CONTEMPLADOS NO RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

SEÇÃO: PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
2	-	Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
SEÇÃO: ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
4	-	Informações sobre imóveis locados de terceiros.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
SEÇÃO: CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
7	-	Informações sobre revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

A presente seção destaca os elementos identificadores da Unidade Prestadora de Contas (UPC), a finalidade e as competências institucionais, as normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento, ambiente de atuação, organograma funcional e os macroprocessos finalísticos.

1.1 Identificação da unidade

Os elementos identificadores da UPC estão representados no Quadro 2.

Quadro 2 – IDENTIFICAÇÃO DA UPC

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		
Identificação da UPC		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí		
Denominação Abreviada: IFPI		
Código SIORG: 103847	Código LOA: 26431	Código SIAFI: 158146
Natureza Jurídica: Autarquia	CNPJ: 10.806.496/0001-49	
Principal Atividade: Educação Profissional e Tecnológica		Código CNAE: 85.42.2.00
Telefones/Fax de contato:	(086) 3131-1412	(86) 3131-1451
Endereço Eletrônico: reitoria@ifpi.edu.br	Página na Internet: http://www.ifpi.edu.br/	
Endereço Postal: Av. Presidente Jânio Quadros nº 330, Bairro Santa Isabel, Centro. CEP: 64053-390, Teresina (PI)		
Unidades Gestoras Relacionadas à UPC		
Código SIAFI	Nome	CNPJ
158146	Reitoria	10.806.496/0001-49
158353	Campus Teresina-Central	10.806.496/0003-00
158354	Campus Teresina Zona Sul	10.806.496/0002-20
158355	Campus Floriano	10.806.496/0004-91
158356	Campus Picos	10.806.496/0005-72
158357	Campus Parnaíba	10.806.496/0006-53
158358	Campus Angical	10.806.496/0009-04
158359	Campus Paulistana	10.806.496/0008-15
158360	Campus Piripiri	10.806.496/0011-10
158361	Campus São Raimundo Nonato	10.806.496/0012-00
158362	Campus Corrente	10.806.496/0010-30
158363	Campus Uruçuí	10.806.496/0007-34
154701	Campus Oeiras	10.806.496/0014-63
154704	Campus São João do Piauí	10.806.496/0013-82
154705	Campus Pedro II	10.806.496/0015-14
155199	Campus Valença do Piauí	10.806.496/0016-25
155207	Campus Campo Maior	10.806.496/0017-06
155214	Campus Cocal	10.806.496/0018-97

Fonte: Pró-Reitoria de Administração (PROAD), 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1.2 Finalidade e competências

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) desenvolve suas ações em conformidade com a política educacional do Ministério da Educação (MEC), ficando suas ações sob monitoramento e avaliação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que obedece ao Plano de Metas do Governo Federal e o estabelecido na Constituição Federal – Título VIII, Cap. III, Seção I, ao qual a instituição atende integralmente.

Em termos legais, a finalidade e objetivos da instituição são regidos pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo a finalidade fundamentada em nove eixos (Figura 1) e os objetivos institucionais fundamentados em seis eixos (Figura 2)

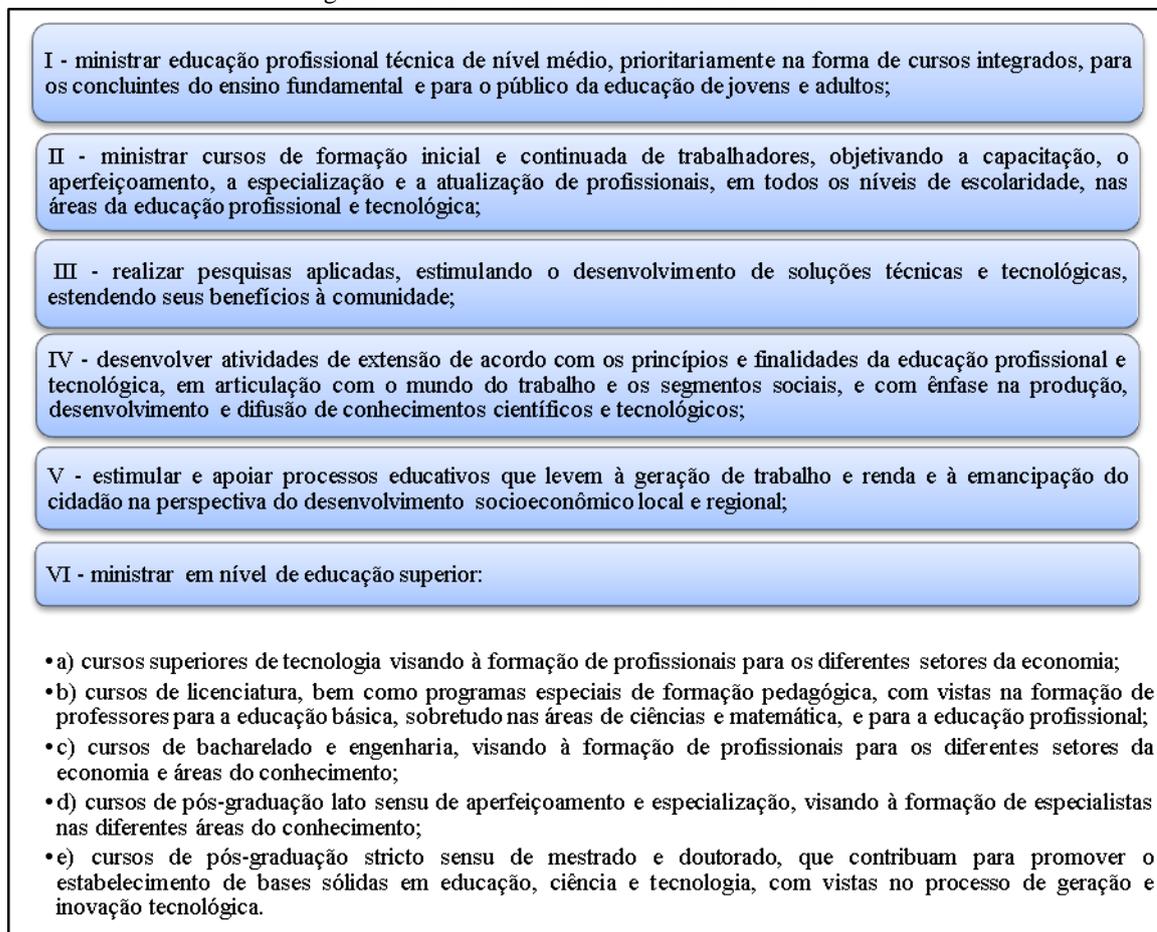
Figura 1-FINALIDADES INSTITUCIONAIS DO IFPI

<p>I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;</p>	<p>II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;</p>	<p>III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;</p>
<p>IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;</p>	<p>V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;</p>	<p>VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;</p>
<p>VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;</p>	<p>VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;</p>	<p>IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente às voltadas à preservação do meio ambiente.</p>

Fonte: (BRASIL, 2008).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Figura 2 - OBJETIVOS INSTITUCIONAIS DO IFPI



Fonte: (BRASIL, 2008).

O IFPI é uma instituição de educação profissional pública, que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na qual ocupa posição de referência educacional local, regional e nacional. A participação do IFPI no Estado tem o objetivo de elevar o número de matrículas da educação profissional, democratizando o acesso a um ensino de qualidade.

A qualidade de ensino é destacada pelos bons resultados obtidos em exames de avaliação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e nos processos seletivos de acesso às vagas de nível superior, nos quais os alunos do IFPI costumam a obter aprovações, além das diversas participações dos alunos em feiras e olimpíadas nacionais.

Atualmente, a Instituição está presente em 18 municípios do Estado, contudo sua abrangência ultrapassa os limites territoriais destes municípios, tendo em vista o deslocamento de alunos para acesso ao ensino, conforme modalidade e perfil de cursos ofertados.

O IFPI oportuniza diversas áreas do conhecimento, por meio de cursos técnicos integrados ao ensino médio e na modalidade de educação de jovens e adultos, cursos técnicos concomitantes, para aqueles que estão cursando o ensino médio e desejam cursar o ensino profissionalizante, e cursos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

técnicos subsequentes, para aquelas pessoas que já concluíram ensino médio. Na educação superior, oferece cursos de graduação tecnológica, bacharelado e cursos formação de professores (licenciatura), além de cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial e à distância, e *stricto sensu* (Mestrado), na modalidade presencial.

O IFPI vem se destacando ainda pela atuação na pesquisa, ressaltando a implantação e manutenção de diversos núcleos de pesquisa na Instituição, cujos índices de apresentações e publicações científicas cresceram significativamente e tendem a crescer ainda mais nos próximos anos. Há também programas de incentivo à pesquisa e inovação tecnológica com Programas Proagrupar e o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), bem como oferta programa de bolsas de iniciação científica (PIBIC e PIBIC Jr) para os estudantes.

Um dos projetos que envolvem a oferta de cursos e programas para os contingentes populacionais desfavorecidos e que tem provocado fortes impactos na vida institucional, tendo sido o atendimento de jovens e adultos em cursos técnicos integrados ao médio por meio do PROEJA, com a oferta de Cursos Técnicos em Cozinha, no Campus Teresina Zona Sul, Comércio nos Campi de Picos e Parnaíba e Administração no Campus Piripiri.

Além disso, o IFPI mantém forma significativa a quantidade de programas de assistência estudantil, de modo a garantir não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos aos alunos carentes, o que requer crescentes investimentos para manutenção de tais programas.

Também, destaca-se participação do IFPI no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, do qual no ano de 2017, destacou-se com a formação da primeira turma do curso técnico em sistemas de energia renováveis no Campus Parnaíba, 44 alunos, o qual possibilitou o ingresso num campo de atuação em Franca ascensão no litoral piauiense.

Em Teresina, o Pronatec qualificou 932 alunos em cursos FIC modalidade jovem aprendiz, das 1020 vagas ofertadas pelo IFPI. Também o IFPI firmou parceria com o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) para utilização do SISPRONATEC, sistema que facilita na migração de dados do SISTEC, controle de frequência de alunos e pagamento de bolsa e assistência estudantil.

Quanto à qualificação de nossos servidores, o IFPI está primando por ter um corpo técnico e docente altamente qualificado, e para isso, está buscando elevar ainda mais a titulação do quadro de pessoal, tendo sido oferecidos programas de pós-graduação em parcerias, programas de MINTER e DINTER.

1.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) surge como uma autarquia de base educacional humanística, técnica e científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O IFPI tem sede em Teresina, capital do Estado do Piauí, e foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em dezembro de 2009, estava com 5 (cinco) Campi em funcionamento: dois em Teresina, um em Floriano, um em Picos e um em Parnaíba. Em 2017, O IFPI está presente em 18 municípios, Figura 3.

O IFPI é representado por uma Reitoria, 17 Campi e 3 Campi avançados. O Campus e o Campus Avançado estão definidos conforme a Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

a) Campus, voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial;

b) Campus Avançado, vinculado administrativamente a um campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

Figura 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS CAMPI EM 2017



Fonte: <http://libra.ifpi.edu.br/campi>.

A Reitoria, 02 campi e 01 Campus avançado localizam-se na capital Teresina. Nas cidades de Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí, Valença do Piauí estão localizados os 15 campi. Os outros dois Campi Avançados estão localizados nas cidades de Pio IX e José de Freitas.

Além da Lei de criação, as atividades desenvolvidas pelo IFPI são regulamentadas por: Resolução nº 1, de 31/08/2009, do Conselho Superior (CONSUP), que aprova o Estatuto do IFPI, publicada no DOU nº 168, de 02/09/2009; Resolução nº 20, de 06/12/2011, do Conselho Superior (CONSUP), que aprova o Regimento Interno do IFPI, publicada no Boletim de Serviço Edição Extra nº 05, de 06/12/2011; Resolução nº 58, de 23/10/2014, do Conselho Superior (CONSUP), que estabelece a Estrutura Organizacional do IFPI, publicada no Boletim de Serviço, em 27/11/2014; Manuais e publicações relacionadas às atividades da UPC.

O IFPI dispõe ainda do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que contém as metas institucionais para o período de 2015-2019, Esta documentação está disponível no site do IFPI,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

www.ifpi.edu.br, na aba "acesso à informação", "institucional". Disponível em: <http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional>.

1.4 Ambiente de atuação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) é uma instituição de ensino, que integra a rede federal de educação, voltado para a formação de profissionais qualificados, para atender as demandas locais, de acordo com a especificidade de região onde ele atua. Com 108 anos de história e atuação no estado do Piauí, esta instituição tornou-se Instituto Federal, com status de universidade, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IFPI, como instituição de educação básica, profissional e superior, com ação pluricurricular e multicampi, atua no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, nos níveis básicos, por meio dos cursos de nível médio integrado e técnico subsequente, no nível superior, através dos cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado, e, no nível de pós-graduação, com cursos de especialização e mestrado.

Atua ainda na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em diversas áreas do conhecimento. Através da formação e qualificação de profissionais da pesquisa e da extensão, busca contribuir para o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com os setores produtivos da sociedade local e regional. Promove a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, na perspectiva do desenvolvimento social e econômico do Piauí e da região Nordeste do Brasil.

No que se refere à oferta de cursos de pós-graduação, o IFPI oferece cursos em nível de especialização *lato sensu*, e cursos *stricto sensu*, em nível de mestrado. O IFPI fomenta através de bolsas pesquisa a iniciação científica em três modalidades, conhecido como PIBIC, para alunos de graduação, PIBICjr, para alunos de nível médio/técnico e o PIBIC voluntário, em que os alunos participantes não recebem bolsas de pesquisa.

O cenário de atuação do IFPI procura formar profissionais de acordo com as demandas de cada região, de acordo com suas especificidades produtivas, ornando-se uma instituição de grande relevância para o desenvolvimento do regional. O estado do Piauí demonstra um forte interesse pela educação, haja vista que existe um grande número de organizações nesse setor, ofertando cursos em todos os níveis e modalidades de ensino.

O mercado de atuação do IFPI oportuniza oferta de cursos em diversas modalidades, contribuindo ativamente da educação do estado e arranjos produtivos locais. O Estado possui uma grande quantidade de institui privadas e públicas, que oferecem produtos e serviços similares aos do IFPI, a citar Centro Universitário da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (UNINOVAFAPI) e Faculdade Santo Agostinho (FSA), além da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no âmbito público.

A oferta de cursos considera o atendimento às demandas educacionais, socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região buscando agregar aos interesses dos diversos setores representativos da sociedade. Assim, o IFPI busca conciliar a demanda identificada com a vocação e a capacidade institucional, adequando os recursos necessários (infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos).

Dessa forma, o papel do IFPI não é o de apenas receber demandas da sociedade, mas prioritariamente, prestar um atendimento educativo-escolar à comunidade discente nas diferentes etapas da Educação Básica e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como na Graduação Tecnológica e Licenciaturas e na Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, nas formas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

presenciais e a distancia, como forma de viabilizar uma educação enquanto prática social que efetive a missão de formar o profissional-cidadão com condições de atuar no mundo do trabalho, na perspectiva de edificação de uma sociedade mais igualitária.

O mercado de atuação do IFPI em ações de pesquisa e inovação é recente. Este cenário vem mudando com a competitividade crescente no mercado piauiense, forçando as empresas a mudarem a visão estratégica. A maioria das pesquisas desenvolvidas ainda tem um enfoque meramente acadêmico. As pesquisas desenvolvidas são mapeadas para verificar aquelas que têm potencial inovador. Reflexo disso são os trabalhos desenvolvidos para aumentar o depósito de patentes, por meio de informativos e Encontros, que tem a finalidade de apresentar à comunidade interna e externa esclarecimentos sobre a temática.

O IFPI também disponibiliza cursos de capacitação e aperfeiçoamento na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada). No ano de 2017 o IFPI lançou Edital N° 102/2017-PROEX/IFPI, de Fluxo Contínuo na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), do qual aprovou 50 (cinquenta) projetos, com execução em 2017, distribuídos em áreas de conhecimento, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - CURSOS FIC NO ANO 2017

Área de Conhecimento	Total
ADMINISTRAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS)	3
AGRONOMIA (CIÊNCIAS AGRÁRIAS)	1
ARQUEOLOGIA (CIÊNCIAS HUMANAS)	1
ARTES (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)	15
BIOLOGIA GERAL (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS)	1
BOTÂNICA (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS)	1
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA)	1
EDUCAÇÃO (CIÊNCIAS HUMANAS)	5
EDUCAÇÃO FÍSICA (CIÊNCIAS DA SAÚDE)	3
ENGENHARIA CIVIL (ENGENHARIAS)	1
ENGENHARIA DE MINAS (ENGENHARIAS)	2
ENSINO (MULTIDISCIPLINAR)	2
FILOSOFIA (CIÊNCIAS HUMANAS)	1
FÍSICA (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA)	1
INTERDISCIPLINAR (MULTIDISCIPLINAR)	2
LETRAS (LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES)	1
MATEMÁTICA (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA)	4
QUÍMICA (CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA)	1
RECURSOS FLORESTAIS E ENGENHARIA FLORESTAL (CIÊNCIAS AGRÁRIAS)	1
SAÚDE COLETIVA (CIÊNCIAS DA SAÚDE)	2
TURISMO (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS)	1
Total Geral	50

Fonte: PROEX, 2017.

No que se refere à oferta de estágios, o IFPI através da contratação de serviços de um agente de integração, oportuniza vagas, para discentes dos cursos técnico e superior internos e provenientes de outras instituições de ensino no Estado, nas mais diversas áreas, para atendimento aos setores administrativos na reitoria e nos *Campi* em funcionamento.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Além destes serviços, há vários programas institucionais de apoio à extensão, como a Política de Assistência Estudantil (POLAE), cujo maior benefício é a permanência do aluno na escola. Atualmente, o cenário político, econômico e social, em todos os níveis, tem exigido das organizações uma agilidade cada vez maior para identificar as ameaças existentes ao desenvolvimento de suas atividades, bem como traçar estratégias eficazes para saná-las. Nesse sentido, por se tratar de uma instituição que está voltada para a oferta do ensino, em diferentes níveis e modalidades, o IFPI tem como principal ameaça a evasão escolar, cujas consequências trazem fortes prejuízos para todos os envolvidos no processo, seja para o estudante, para a escola e para a própria sociedade.

A esse respeito, o IFPI através de suas Pró-Reitorias tem desenvolvido uma série de ações com vistas a minimizar tais consequências negativas da evasão escolar. A política de combate à evasão e retenção contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) representam de forma concreta a continuidade e criação de programas e estratégias com esse fim.

O Instituto Federal do Piauí, para estimular a permanência, o êxito acadêmico e a consequente conclusão do curso em tempo hábil, desenvolve as seguintes atividades permanentes, articulando-as ao ensino, à pesquisa e à extensão por meios dos programas e projetos veiculados pela Política de Assistência Estudantil:

- a) Realização de ações de acompanhamento dos alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI;
- b) Identificação e minimização das lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento e oferecendo condições para aprendizagens significativas;
- c) Identificação e minimização dos problemas de ordem psicológica ou psicopedagógica que interfiram na aprendizagem;
- d) Investimento nas potencialidades e disponibilidades evidenciadas pelos alunos, por meio do estímulo à canalização desse diferencial em monitorias de ensino;
- e) Estímulo à participação em projetos de iniciação científica, promovendo a possibilidade do fornecimento de bolsas e incentivos para tal;
- f) Viabilização de oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica.

Os estudantes do IFPI recebem atendimento psicológico, atendimento médico, odontológico e serviços de assistência social. O acompanhamento pedagógico é desenvolvido pelas equipes pedagógicas do IFPI.

No intuito de enfrentar a problemática do baixo desempenho de alunos ingressantes nos cursos integrados de nível médio, o IFPI deu continuidade ao Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI), cujo objetivo principal é acolher o aluno ingressante nas suas especificidades e principalmente nas suas dificuldades de aprendizagem, precisamente nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Física e Química, como forma de promover o êxito e sua permanência. Tal Programa, que se desenvolve por meio de monitorias, insere-se na Política de Assistência Estudantil (POLAE), que condensa as Políticas de Atendimento aos Discentes. Para efetivar o acompanhamento pedagógico dos alunos, o IFPI desenvolverá um Programa de Acompanhamento do Estudante por equipe multiprofissional.

Em relação ao ensino superior, o processo de reformulação/criação dos projetos dos cursos, bem como a inclusão de estratégias que englobam o nivelamento também estão sendo direcionadas para atacar essa ameaça. Nesse sentido, O IFPI realiza uma série de ações para promoção da permanência com êxito, estabelecidas a partir da participação em programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Uma das estratégias comuns a todos os cursos de graduação está relacionada à iniciação à pesquisa por meio da participação no PIBIC. Nesse programa, os alunos recebem uma bolsa para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica com duração de um ano.

Outra ação que fomenta a permanência dos discentes comuns a todos os cursos de graduação são os eventos realizados em cada curso. Tais eventos discutem e promovem tanto a produção e divulgação científica da área quanto a discussão sobre a inserção profissional e outras questões de interesse dos alunos.

Ainda no campo das ações comuns aos cursos em suas diversas modalidades, para a promoção da permanência está a realização de visitas técnicas. Essas visitas promovem a associação teoria-prática com o conhecimento de diferentes contextos locais, regionais e nacionais, despertando assim, a motivação e o interesse do aluno.

Aliado as ações supracitadas, o IFPI está buscando desenvolver procedimentos capazes de corrigir algumas distorções que refletem diretamente na oferta do ensino, por meio do diagnóstico e análise dos fatores críticos de sucesso.

A evasão escolar é motivada por fatores internos e externos, existe ainda a concorrência de instituições públicas e privadas que ofertam os mesmos serviços prestados pelo IFPI. Nessa perspectiva, torna-se necessário o desenvolvimento de diferenciais competitivos que tornem o IFPI mais atraente e que sejam capazes de manter os estudantes nesta instituição de ensino.

Em contrapartida as ameaças citadas anteriormente, o IFPI atua num mercado que oferece oportunidades latentes, e que merecem o desenvolvimento de ações direcionadas para atendê-las. Atualmente com 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios, o estado do Piauí tem atraído novos investidores e criado novas frentes de atuação econômica, tais como Agrícola, Mineração, Química, Arranjos Produtivos Locais, etc. Assim, há possibilidades para oferta de diversos cursos, nos diferentes níveis de ensino, conforme arranjo produtivo local.

Nesse sentido, as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa e Inovação têm realizado esforços para atualizar os cursos e ações já existentes, bem como oferecer novos cursos de acordo com as novas demandas das regiões do estado do Piauí.

Outro aspecto do IFPI que merece destaque diz respeito ao relacionamento que este mantém com seus clientes, sejam internos ou externos. Internamente, o IFPI vem desenvolvendo ações que proporcionem aos seus servidores o constante aperfeiçoamento profissional, por meio de cursos que vão de treinamentos e capacitações a pós-graduação *Stricto Sensu*. No que se refere ao seu relacionamento com o público externo, o IFPI, configurado como uma instituição de ensino que atua em três eixos básicos, o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, os clientes do Instituto são, de forma genérica, a sociedade piauiense, e de forma mais específica às empresas, indústrias e o próprio setor público.

Relacionado ao ensino, os principais clientes dos produtos e serviços ofertados pelo IFPI são as pessoas que ingressam nesta instituição nos cursos regulares oferecidos em todos os níveis de ensino. Neste processo, o instituto promove a formação de profissionais capazes de atender as demandas da sociedade na qual está inserido, tanto no setor público como privado.

De forma complementar ao ensino, são desenvolvidas ações no campo da extensão, oportunizando aos estudantes aliar a teoria, vista em sala de aula, à prática através do estágio. Nessa perspectiva, as empresas e órgãos públicos relacionam-se com o IFPI recebendo os estudantes e proporcionando uma formação profissional de maior qualidade, de modo a maximizar os investimentos públicos na formação profissional dos cidadãos.

Relativo à pesquisa, as ações do Instituto estão voltadas para a realização de pesquisas aplicadas, sobretudo no Programa *Stricto Sensu*, através do Mestrado em Engenharia de Materiais. O

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

esforço aplicado busca aliar a necessidade de proporcionar a pesquisa científica, característica peculiar dos cursos *Stricto Sensu*, à melhoria dos processos existentes nas empresas e indústrias instaladas no ambiente de atuação do IFPI.

Esta busca pela prestação de serviços de qualidade, capazes de suprir as demandas da sociedade, tem se tornado cada vez mais complexa devido aos riscos impostos pelo ambiente, seja do nível local ao internacional. Este ambiente globalizado exige das organizações que o compõem a capacidade de adaptação às constantes mudanças impostas por fatores como tecnologia, mudança de legislação, crises financeiras, parcerias internacionais, fatores ambientais, etc. É neste ambiente que o IFPI desenvolve suas atividades. Nesse sentido, os riscos inerentes à atuação do Instituto não estão exclusivamente relacionados à conjuntura do Piauí, mas estes riscos podem ser originados e sofrerem influência de diversos outros ambientes.

Neste contexto, a evolução das tecnologias merece destaque e apresenta-se como um forte risco ao desenvolvimento das atividades do IFPI, bem como à manutenção da qualidade dos serviços prestados por esta instituição. Constituem-se também como riscos: a dinâmica do mercado, como: cortes orçamentários, a exemplo do que ocorreu neste ano de 2017, dificultando a execução de ações antes planejadas ou mesmo a continuidade de algumas já iniciadas; saturação do mercado de trabalho para determinadas áreas profissionais, a médio e longo prazo.

Como forma de enfrentamento destes riscos, o IFPI busca aplicar de maneira consciente os recursos disponíveis, realizando estudos ou mesmo se baseando em dados já existentes para planejar suas ações, com vistas a evitar a descontinuidade na prestação de determinados serviços essenciais. Frente ao ambiente dinâmico no qual o IFPI atua, que exige deste a agilidade para se adaptar e atingir a sua missão, que é oferecer uma educação de excelência voltada para as demandas sociais.

1.5 Organograma

A administração do IFPI é composta pela Reitoria e pela Direção-Geral dos Campi, com a colaboração dos órgãos superiores, colegiados, consultivos e demais unidades organizacionais executivas componentes da estrutura organizacional.

A Reitoria é a unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do IFPI.

A Diretoria-Geral é a unidade organizacional executiva responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Campus.

O IFPI tem 05 (cinco) Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPI) e 02 (duas) diretorias sistêmicas subordinadas à Reitoria, responsáveis por atuar de forma sistêmica e integrada no âmbito do IFPI, em assuntos relacionados à Gestão de Pessoas, Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) e à Tecnologia da Informação, Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

A estrutura organizacional possui as unidades organizacionais em sua composição, conforme resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 058 de 23 de outubro de 2014, publicadas no Boletim de Serviço, do mês de novembro de 2014, contudo o IFPI está passando por uma reestruturação iniciada em 2017. O quadro a seguir, apresenta um escopo básico da resolução de 2014.

As informações referentes às competências das áreas ou subunidades estratégicas que integram a estrutura da unidade jurisdicionada estão descritas conforme Quadro 4.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 4– ESTRUTURA ORGANIZACIONAL VIGENTE NO EXERCÍCIO

1. Órgãos Superiores Colegiados:

1.1. O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão superior colegiado máximo do IFPI, de caráter consultivo e deliberativo, instituído nos termos do artigo 10, § 3º da Lei nº. 11.892, de 29/12/2008 e artigos 8º e 9º do Estatuto, da Resolução Nº 001, de 31/8/2009.

1.1.1 Auditoria Interna Geral (AUDIN) é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.

1.2. O Colégio de Dirigentes (COLDIR) é o órgão superior consultivo e de apoio ao processo decisório da Reitoria, em matérias e assuntos com abrangência para o IFPI.

2. Órgãos Consultivos:

2.1. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) é o órgão colegiado normativo, consultivo e deliberativo em matérias relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e inovação, pós-graduação e extensão do IFPI.

2.2. O Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES) é o órgão colegiado consultivo, normativo e educativo, responsável por fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, envolvendo seres humanos e animais de laboratório do IFPI.

2.3. O Conselho Editoria (CE) é o órgão consultivo, normativo e executivo, responsável pela formulação e pela implementação do programa editorial do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

2.4 Conselho Técnico Empresarial: em fase de estruturação e implementação.

2.5 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação é um fórum de natureza consultiva e deliberativa, que estabelece políticas e diretrizes sobre os princípios de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

2.6 Comitê de Segurança da Informação e Comunicação define as diretrizes para a Segurança da Informação, visando preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações no âmbito do IFPI.

2.7 Comitê Gestor Institucional: Em fase de estruturação e implementação.

2.8 Conselho Discente: Em fase de estruturação e implementação.

3. Órgãos executivos:

3.1. A Reitoria é a unidade organizacional executiva da administração central, que planeja, administra, representa, superintende, monitora e avalia as estratégias, as políticas e as atividades do IFPI.

3.1.1. O Gabinete da Reitoria é a unidade organizacional responsável por assessorar, organizar, assistir, coordenar e articular a ação administrativa da Reitoria.

3.1.2. A Procuradoria Federal (PROFE) é responsável por prestar assessoramento jurídico ao Reitor e aos órgãos da administração superior do IFPI, bem como auxiliar os órgãos de representação judicial na defesa dos interesses do IFPI perante o Judiciário.

3.1.3. A Controladoria Interna é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.

3.1.4. Diretoria de Comunicação Social é a unidade organizacional de assessoramento subordinada à Reitoria, responsável pelas políticas de comunicação no que se refere à divulgação interna e externa das atividades institucionais do IFPI.

3.1.5. Diretoria de Relações Internacionais é a unidade organizacional de assessoramento subordinada à Reitoria, responsável por desenvolver e estimular relações internacionais do IFPI, através de projetos, convênios, parcerias e intercâmbios internacionais.

3.1.6. O Cerimonial e Eventos (CEV) é a unidade organizacional responsável por planejar, organizar, executar e coordenar eventos da Reitoria, zelando pelas normas do Cerimonial Público nas solenidades do IFPI.

3.1.7. A Comissão de Ética possui o papel consultivo e educativo pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171, de 22/6/1994 e dos princípios constitucionais, através da transparência das condutas na Administração Pública no IFPI.

3.1.8. A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo do IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- 3.1.9. A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente do IFPI.
- 3.1.10. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação, execução e acompanhamento da política de avaliação do ensino superior do IFPI.
- 3.1.11. Comissão de Avaliação de Estágio Probatório é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação, execução e acompanhamento da política de avaliação do estágio probatório de servidores do IFPI, conforme disposição legal vigente.
- 3.1.12. Bolsa Formação.
- 3.1.13. Campus Avançado do Dirceu.
- 3.1.14. Campus Avançado de Pio IX.
- 3.2 PRO-REITORIAS.
- 3.2.1 A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de administração e planejamento orçamentário para o IFPI.
- 3.2.2 A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) promove as políticas e diretrizes de desenvolvimento institucional e suas aplicações nos campi, monitora a implementação dos planos de gestão, contando, para isso, com a assessoria da Diretoria de Desenvolvimento Institucional, e atua na articulação do Planejamento Estratégico no IFPI e sua aplicação nos campi, definindo prioridades de atuação e desenvolvimento.
- 3.2.3 A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de ensino para o IFPI.
- 3.2.4 A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de extensão para o IFPI.
- 3.2.5 A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação para o IFPI.
- 3.3 DIRETORIAS SISTÊMICAS.
- 3.3.1 A Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) é a unidade organizacional sistêmica responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas do IFPI.
- 3.3.2 A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) é a unidade organizacional sistêmica responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com a macrogestão de Tecnologia da Informação (TI) e comunicação para o IFPI.
4. A Diretoria-Geral dos Campi é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.4.1 A Diretoria-Geral dos Campi Avançados unidade organizacional executiva responsável pelo desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

Fonte: PRODIN, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 5 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS 2017

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitoria	Planeja, administra, representa, superintende, monitora e avalia as estratégias, as políticas e as atividades do IFPI.	Paulo Henrique Gomes de Lima	Reitor	2017
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Promove as políticas e diretrizes de desenvolvimento institucional e suas aplicações nos campi, monitora a implementação dos planos de gestão e atua na articulação do Planejamento Estratégico no IFPI e sua aplicação nos campi, definindo prioridades de atuação e desenvolvimento.	Antônio de Pádua Alves Pinto	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	2017
Pró-Reitoria de Ensino	Responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de ensino para o IFPI.	Laura Maria Andrade de Sousa	Pró-Reitora de Ensino	2017
Pró-Reitoria de Extensão	Responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de extensão para o IFPI.	Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes.	Pró-Reitora de Extensão	2017
Pró-Reitoria Pesquisa e Inovação	Responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação para o IFPI.	Ayrton de Sá Brandim.	Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação	01/01/2017 a 25/09/2017
		José Luís de Oliveira e Silva		26/09/2017 a 31/12/2017
Diretoria de Gestão de Pessoas	Responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas do IFPI.	Luciana Soares da Rocha	Diretora de Gestão de Pessoas	2017
Diretoria de Tecnologia da Informação	Responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com a macrogestão de Tecnologia da Informação (TI) e comunicação para o IFPI.	Eduilson Lívio Neves da Costa Carneiro	Diretor de Tecnologia da Informação	2017
Diretoria Geral do Campus Angical	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Polyana Dias Miranda		01.01.2017 a 05/03/2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		Rogério Sousa Azevedo	Diretor Geral	06/03/2017 a 28/05/2017 (Pro-Tempore) 29/05/2017 a 31/12/2017.
Diretoria Geral do Campus Campo Maior	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Washington Moura Barbosa	Diretor Geral Pro-Tempore	2017
Diretoria Geral do Campus Cocal	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Maria dos Remédios de Brito Silva	Diretora Geral Pro-Tempore	2017
Diretoria Geral do Campus Corrente	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Laécio Barros Dias	Diretor Geral	2017
Diretoria Geral do Campus Floriano	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Odimógenes Soares Lopes	Diretor Geral	2017
Diretoria Geral do Campus Oeiras	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Sebastião Pereira do Nascimento	Diretor Geral Pro-Tempore	2017
Diretoria Geral do Campus Parnaíba	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Alexandre Borges Cristóvão	Diretor Geral	01/01/2017 a 28/05/2017
		Luís Fernando dos Santos Souza		29/05/2017 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Paulistana	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisco Washington Soares Gonçalves	Diretor Geral	2017
Diretoria Geral do Campus Pedro II	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Raimundo Nonato Alves da Silva	Diretor Geral Pro-Tempore	2017
Diretoria Geral do Campus Picos	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Elisberto Francisco Luz	Diretor Geral	2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Diretoria Geral do Campus Piripiri	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Clayton Costa Ribeiro	Diretor Geral	2017
Diretoria Geral do Campus São João do Piauí	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	José Walter Silva e Silva	Diretor Geral Pro-Tempore	2017
Diretoria Geral do Campus São Raimundo Nonato	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisco Nogueira Lima	Diretor Geral	2017
Diretoria Geral do Campus Teresina Central	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Ezequias Matos Esteves	Diretor Geral	01.01.2017 a 28.05.2017
		Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco		29.05.2018 a 31.12.2018
Diretoria Geral do Campus Teresina Zona Sul	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisca Assunção de Almeida Félix	Diretor Geral	2017
Diretoria Geral do Campus Uruçuí	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Miguel Antonio Rodrigues	Diretor Geral	2017
Diretoria Geral do Campus Valença	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho	Diretor Geral Pro-Tempore	01/01/2017 a 28/05/2017
		Antenor Fortes de Bustamante		29/05/2017 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Avançado Dirceu	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus avançado.	Aurélio Agostinho Adão	Diretor Geral Pro-Tempore	2017
Diretoria Geral do Campus Avançado Pio IX	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus avançado.	Paulo Renato de Souza	Diretor Geral Pro-Tempore	01/01/2017 a 28/05/2017
		Izonaldo Monteiro Dias		29/05/2017 a 31/12/2017
Diretoria Geral do Campus Avançado José de Freitas	Responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus avançado.	Vitor Marques Costa	Diretor Geral Pro-Tempore	01/01/2017 a 28/05/2017
		José dos Santos Moura		29/05/2017 a 31/12/2017

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1.6 Macroprocessos finalísticos

Toda a estratégia de atuação do Instituto Federal do Piauí (IFPI) fundamentou-se, no exercício de 2017, em torno do programa governamental de desenvolvimento da Educação Profissional, como fator de catalisação de toda a política institucional. No cumprimento da sua função social educativa, o IFPI garante, em todos os níveis de ensino, a oportunidade de todos concorrerem às vagas ofertadas, pois é aberto um processo seletivo de acordo com o nível de ensino.

Em relação à oferta educacional, o IFPI, como os demais Institutos Federais, apresenta uma característica ímpar dentre as instituições educacionais. Trata-se da flexibilidade curricular de organização de itinerários formativos com vistas à formação do educando a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico. E caso queira continuar seus estudos, participa do Enem para se candidatar a uma graduação tecnológica, podendo dar seguimento nas especializações.

O caminho percorrido pelo formando da educação básica até a educação superior dentro da Instituição, numa mesma área de conhecimento científico e tecnológico, constitui um modelo de qualidade educacional já aprovado no país, pelos resultados de destaque obtidos pelos egressos dos IF's.

De forma complementar, o IFPI trata o ensino profissional como atividade indissociável da extensão e da pesquisa, objetivando contribuir para as mudanças planetárias na busca do desenvolvimento sustentável, local, regional e nacional, por meio da construção e reconstrução de conhecimentos científicos e tecnológicos.

No trabalho com os eixos temáticos dos conteúdos curriculares há o incentivo para trabalhos de pesquisa e a investigação científica, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem um acervo de grande importância para a comunidade. Articuladas com essas atividades surgem naturalmente às ações de extensão garantindo a participação de membros da sociedade, na oferta de atividades como: Estágio e Emprego, Visitas Técnicas, Eventos, Cursos de Formação Inicial e Continuada, Projetos Tecnológicos, Serviços Tecnológicos, Projetos Sociais, Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos, Acompanhamento de Egressos e Empreendedorismo, favorecendo a constituição de parcerias e acordos de intercâmbios com instituições, empresas e outros centros no compartilhamento de tecnologias.

Outro ponto a ser destacado deste Instituto Federal é a otimização da infraestrutura, quanto às instalações físicas de salas de aulas, laboratórios, equipamentos, salas multimídias e outros ambientes de apoio didático-pedagógico, bem como no que se refere aos recursos de pessoal técnico-administrativo e de docentes, uma vez que atendem simultaneamente de forma articulada os discentes dos cursos técnicos e superiores da educação profissional e tecnológica, bem como das especializações e mestrado. Essa condição tem oportunizado aos professores, mostrar uma visão ampla do que seja educação e de suas relações com o mundo do trabalho e com a sociedade em que vivemos, aliando teoria e prática.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 6– MACROPROCESSOS DA PROEN

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMAS VINCULADOS	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Oferta de Vagas/Cursos	Assegurar anualmente, por campus, a oferta regular de, no mínimo, 50% das vagas para os cursos de nível técnico e PROEJA, na modalidade presencial, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	Não se aplica	PROEN/DIRETORIA DE ENSINO DO CAMPUS/COMISSÃO DO EXAME CLASSIFICATÓRIO/DTI
		Elaboração do Edital do Exame Classificatório		
		Divulgação do Edital		
		Realização de prova		
		Matrícula e ocupação das vagas		
	Assegurar anualmente, por campus, a oferta regular de 20% das vagas para os cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	Não se aplica	PROEN/DES//PI/CONTROLE ACADÊMICO DO CAMPUS
		Elaboração do Edital do SISU		
		Divulgação do Edital		
		Matrícula e ocupação das vagas		
		Implantação de novos cursos	PARFOR	PROEN/COORDENAÇÃO GERAL, DE ÁREA E LOCAL E DE CURSO DO PARFOR; CONTROLE ACADÊMICO
Elaboração e divulgação das vagas/cursos junto as escolas públicas da educação básica				
Formação das turmas mediante pré-inscrições na Plataforma Freire e validação pelas Secretarias de Educação				
Convocação para matrícula, inserção no Sistema da Plataforma Freire e envio da turma à CAPES				
Oferta de Vagas/Cursos	Assegurar anualmente a oferta regular de vagas para os cursos superiores de tecnologia, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	Não se aplica	PROEN/DES//PI/CONTROLE ACADÊMICO DO CAMPUS
		Elaboração do Edital do SISU		
		Divulgação do Edital		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Implantação de novos cursos para funcionamento.		
	Matrícula e ocupação das vagas		
	Implantação de novos cursos de Tecnologia.	Não se aplica	PROEN/DES
Assegurar anualmente a oferta regular de vagas para os cursos de bacharelado, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	Não se aplica	PROEN/DES//PI/CONTROLE ACADÊMICO DO CAMPUS
	Elaboração do Edital do SISU		
	Divulgação do Edital		
Assegurar a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor.	Elaboração de metodologia para definição da necessidade/demanda de professor por disciplina/curso	Não se aplica	PROEN/CAMPUS/DIGEP
	Levantamento da necessidade de professores por disciplina e encaminhamento para nomeação		PROEN/DES
	Abertura de edital de transferência externa para curso superior		
	Abertura de Edital de chamada pública para ocupação das vagas de nível técnico e FIC		
	Oferta de nivelamento e monitoria para os ingressantes dos cursos integrados e monitoria aos veteranos	PRAEI E MONITORIA	PROEN/PROEX/CAMPUS
Ofertar cursos nos mais diversos níveis e modalidades da educação profissional técnica e superior.	Levantamento das demandas locais e regionais e das potencialidades do Campus para definição das ofertas	Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Elaboração e submissão dos projetos aos órgãos colegiados superiores e implementação dos cursos	Não se aplica	PROEN/DES
Realizar anualmente/semestralmente	Abertura de edital de transferência externa para curso superior	Não se aplica	PROEN/DES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	processo seletivo para ingresso de alunos para ocupar as novas vagas disponibilizadas e as vagas ociosas.	Abertura de Edital de chamada pública para ocupação das vagas de nível técnico e FIC	Não se aplica	PROEN/DET
Organização e Gestão do Ensino	Verticalizar a oferta de curso em relação aos eixos tecnológicos existentes nos campi, otimizando a infraestrutura, o quadro de pessoal, os recursos de gestão e os recursos informacionais, atendendo às demandas sociais e educacionais para consolidar os eixos tecnológicos.	Realização de estudo quanti-qualitativo de demandas por curso superior dentro dos eixos existentes nos campi	Não se aplica	PROEN/CAMPUS
		Elaboração dos Projetos e divulgação dos cursos	Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Prover o quadro docente com professores efetivo/substitutos dos campi, necessários ao desenvolvimento dos currículos dos cursos.	Provimento por meio de concurso público.	Não se aplica	PROEN/DIGEP
	Ampliar a oferta de vagas nos campi, segundo as condições materiais existentes por meio de pesquisas documental e de campo para definição dos cursos a ser ofertados por campus.	Levantamento das demandas socioeconômico-ambientais por meio de estudos/pesquisa no setor produtivo, consulta à comunidade e coleta de dados e indicadores oficiais.	Não se aplica	PROEN/CAMPUS
			Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Estruturar/implementar os ambientes de aprendizagem com os materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das aulas práticas/currículo.	Aquisição de materiais segundo os objetivos educacionais, perfil do egresso propostos no PPC para efetivação das aulas práticas.	Não se aplica	PROEN/CAMPUS/PROAD
		Encontro de Bibliotecários do IFPI	Não se aplica	PROEN/CAMPUS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Ampliar anualmente o acervo bibliográfico informacional das bibliotecas dos campi de forma a favorecer o acesso à informação atualizada à comunidade em geral.	Elaboração de Regulamentos	Não se aplica		
Organização e Gestão do Ensino	Incentivar e subsidiar a produção de material didático-pedagógico para os cursos técnicos.	Planejamento e organização	Não se aplica	PROEN/Diretoria de Política Pedagógicas/DES/DET	
	Alinhar as matrizes curriculares dos cursos de oferta comum no âmbito do IFPI.	Planejamento e organização	Não se aplica		
	Alcançar a meta mínima de 90% de eficiência da Instituição, no ano de 2016, com meta intermediária de, no mínimo, 85% no ano de 2015, medida semestralmente.	Implementação da Política de Assistência Estudantil - PRAEI e Monitoria	Acompanhamento	Não se aplica	PROEN/DES/DET
Alcançar o índice de 80% de eficácia da Instituição até o ano 2016, com meta intermediária de, no mínimo, 75% no ano de 2015, medida semestralmente, definindo-se aqui que o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.	Não se aplica	Não se aplica	PROEN/DES/DET		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Adotar formas de acesso aos cursos técnicos e superiores assentadas em ações afirmativas.	Implementação da Política de Cotas	Não se aplica	PROEN/DES/DET
	Ampliar o número de bolsas de monitoria.	Implementação da Política	Não se aplica	PROEN/DES/DET
	Oferecer monitoria no contraturno das aulas, no decorrer do curso, para alunos ingressantes e veteranos.	Implementação da Política	Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
Organização e Gestão do Ensino	Criar condições físicas, ambientais e materiais que facilitem aos alunos com deficiências, altas habilidades ou com mobilidade reduzida a desenvolver o currículo escolar.	Planejamento e organização	Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Implantar salas multifuncionais para prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência, visando ao atendimento educacional especializado.			
	Proporcionar aos docentes formação continuada em métodos específicos para atender às necessidades educacionais do aluno com deficiência.	Planejamento e organização	Não se aplica	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Implantar ações de políticas de combate à evasão e de retenção.	Ambientação dos alunos ingressantes dos cursos de graduação.	Não se aplica	PROEN/DES/CAMPUS
		Fortalecimento das ações de acompanhamento e gestão dos cursos pelos colegiados e NDE.	Não se aplica	PROEN/DES/CAMPUS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		Acompanhamento do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes		
	Ofertar, para os cursos técnicos concomitantes/subsequentes e superiores, disciplinas com maior índice de reprovações que causam impacto no índice de eficácia.	Em fase de planejamento	Não se aplica	PROEN/DES/DET
	Ofertar disciplinas para os alunos em progressão parcial para o ensino concomitante/subsequente.	Formar comissão para apreciar minuta e posterior encaminhamento ao CONSUP	Não se aplica	PROEN/DET
Acompanhamento e Avaliação do Ensino	Avaliar anualmente todos os cursos oferecidos nos campi do IFPI, adotando os indicadores propostos pelo MEC/INEP, tanto para os cursos superiores, como para os cursos de educação básica e técnica.	Acompanhamento das ações dos colegiados e NDE na supervisão e operacionalização do PPC e demais políticas do ensino superior.	Não se aplica	PROEN/DES/DET
	Reformular/elaborar os projetos pedagógicos dos cursos, obedecendo aos preceitos legais, vocação institucional e arranjos produtivos, culturais e socioeducacionais.	Planejamento e elaboração do projeto do I Fórum de Tecnologia e Bacharelado do IFPI	Não se aplica	PROEN/DES
	Realizar encontros periódicos para análise das avaliações internas e externas.	Visitas de supervisão aos campi;	Não se aplica	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
		Reunião sistemáticas com os Diretores de Ensino	Não se aplica	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
		Formação para os coordenadores de curso e área	Não se aplica	PROEN/DET
		Realização I Encontro das Equipes Pedagógicas do IFPI	Não se aplica	PROEN/ Diretoria de Políticas Pedagógicas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Estabelecer diálogo permanente com os movimentos sociais, populares, sindicais, entidades acadêmicas, agentes dos setores produtivos e organizações não governamentais.	Participação em reunião com o Sindicato dos docentes e técnico administrativos e Grêmios Estudantil do IFPI para discutir e socializar as questões do ensino	Não se aplica	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Implantar o Fórum Permanente das Licenciaturas.	Em fase de planejamento	Não se aplica	PROEN/DES
	Fortalecer/constituir os colegiados e núcleos docentes estruturantes dos cursos superiores.	Palestra aos docentes ingressantes e coordenadores de curso sobre a importância e atribuições do NDE e Colegiado de Curso na	Não se aplica	PROEN/DES
ENSINO	Criar o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos técnicos.	Em fase de planejamento	Não se aplica	PROEN/DET
	Adotar critérios de distribuição das disciplinas entre os docentes, compatibilizando a formação com o nível de atuação.	Em apreciação de minuta pelos órgãos colegiado - Colégio de Dirigentes	Não se aplica	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Institucionalizar o Programa de Ambientação institucional aos servidores ingressantes.	Em tramitação	Não se aplica	PROEN/Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Promover cursos de formação continuada para os servidores em exercício.	Em fase de elaboração	Não se aplica	PROEN/DIGEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Incrementar o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).	Realização de seminários de contextualização do Programa;	Não se aplica	PROEN/PIBID
ENSINO	Divulgar o PIBID nas escolas de educação básica, incentivando a participação dos professores supervisores.	Visita aos campi e escolas da rede pública	Não se aplica	PROEN/PIBID
		Lançamento de Edital de seleção de coordenadores e supervisores	Não se aplica	
	Incrementar o sistema de gestão pedagógica e acadêmica.	---	Não se aplica	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Otimizar o uso do Q-Acadêmico em todos os campi para o gerenciamento dos dados e informações pedagógicas e acadêmicas.	---	Não se aplica	PROEN/PI/Controles Acadêmicos
	Integrar o sistema acadêmico com o Pergamum.	---	Não se aplica	PROEN/PI/Controles Acadêmicos
	Revisar/atualizar as Normas dos Procedimentos Acadêmicos.	Instituição de comissão para revisão e reformulação das normas e procedimentos acadêmicos - em andamento	Não se aplica	PROEN/PI/Controles Acadêmicos
	Instruir e uniformizar as ações do ensino.	Elaboração e distribuição do Guia do Coordenador de Curso, Guia da Equipe Pedagógica e Guia do Aluno.	Não se aplica	PROEN/PI/Diretoria de Políticas Pedagógicas

Fonte: PROEN, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 7 – MACROPROCESSOS DA PROEX

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMA VINCULADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Atendimento ao estudante em caráter Universal	Atendimento aos estudantes do IFPI com objetivo de atender às necessidades básicas e de incentivo a formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral dos mesmos no processo educacional.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Oferta de alimentação gratuita; 2. Assistência à saúde; 3. Acompanhamento e suporte ao ensino; 4. Incentivo a participação político acadêmica, cultural e desportiva; 5. Programa de acolhimento ao estudante ingressante - PRAEI; 6. Monitoria; 7. Iniciação Científica; 8. Projetos de extensão; 9. Visitas Técnicas; 10. Apoio às ações para estudantes com necessidades Educacionais Específicas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) 2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI (POLAE) - Programa universal; 	Pró-Reitoria de Extensão / Diretoria de Assistência Estudantil / Pró-Reitoria de Administração / Diretoria Geral dos Campi dos IFPI / comissão de assistência Estudantil dos campi. / NAPNES's / Coordenação de Extensão Campi/ Coordenação de Pesquisa Campi. / Diretoria Ensino Campi.
Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social	Atendimento direcionado ao estudante que se encontra em situação de Vulnerabilidade Social.	<p>Atendimento ao estudante através de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Benefício permanente; 2. Benefício Atleta; 3. Benefício Cultura; 4. Benefício Eventual; 5. Benefício Moradia. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI (POLAE) - Programa de Atendimento ao estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS). 	Pró-Reitoria de Extensão / Diretoria de Assistência Estudantil / Pró-Reitoria de Administração / Diretoria Geral dos Campi dos IFPI / Comissão de Assistência Estudantil dos campi.
Apoio a Projetos de Extensão e lançamento de Editais de Extensão.	Lançamento de Editais e prospecção de projetos para fomento, com o objetivo de oportunizar a comunidade acadêmica a realização de projetos direcionados às demandas sociais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lançamento dos Editais; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. ProAEx. 	Diretorias da PROEX Coord. Extensão dos Campi.
Registro e Acompanhamento	Momento onde se realiza o acompanhamento e registro dos projetos contemplados.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Receber os projetos para cadastro na Pró-Reitoria de Extensão; 2. Registrar e acompanhamento da execução dos projetos; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. ProAEx. 	Diretorias da PROEX Coord. Extensão dos Campi.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		<ol style="list-style-type: none"> 3. Controlar todas as ações referentes à execução dos projetos; 4. Emitir os certificados e outros documentos comprobatórios da execução dos projetos realizados. 		
Interação Cultural	Trata-se de ações culturais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estimular a criação e o funcionamento de grupos artísticos e culturais na comunidade acadêmica em interação com a comunidade externa; 2. Buscar e divulgar editais externos de apoio a ações culturais, bem como fomentar e coordenar a elaboração de projetos para os mesmos; 3. Acompanhar a execução das ações de extensão cultural; 4. Promover a interação das ações culturais com as ações de extensão; 5. Incentivar a promoção de cursos de extensão voltados para as áreas artísticas e culturais; 6. Incentivar a promoção de atividades e eventos Culturais nos vários campi. 	1. ProAEx.	Diretorias da PROEX Coord. Extensão dos Campi.
Eventos e Divulgação	Suporte técnico e operacional a todos os eventos promovidos pela PROEX.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer e aprimorar diferentes formas de comunicação com a comunidade acadêmica nas questões relacionadas à extensão e à cultura; 2. Produzir materiais informativos relacionados à extensão e à cultura direcionados à comunidade acadêmica e às comunidades externas; 3. Manter atualizadas as informações relacionadas à PROEX no sítio do IFPI na Internet. 	1. ProAEx.	Diretorias da PROEX Coord. Extensão dos Campi.

Fonte: PROEX, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 8 – MACROPROCESSOS DA PROPI

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMA VINCULADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
PESQUISA E INOVAÇÃO	Iniciação Científica Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico Estruturação e Reestruturação de Infraestrutura Laboratorial.	Edital PIBIC/PIBIC Jr. Edital PIBIC/PIBIC Jr. – IT Edital PROAGRUPAR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC /PIBIC Jr. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico - PIBIC /PIBIC Jr. – IT Programa de Apoio à Pesquisa, Estruturação e Reestruturação de Infraestrutura Laboratorial - PROAGRUPAR-INFRA	Diretoria de Pesquisa e Inovação
	Especialização	Levantamento de Necessidades de capacitação nos Campi; Oferta de Cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado.	Cursos Institucionais ofertados nos Campi, conforme autorização do CONSUP.	Diretoria de Pós-Graduação
	Minter/Dinter		Programa de Pós-Graduação em nível de mestrado.	
Mestrado Institucional	Mestrado Institucional em Engenharia de Materiais – IFPI Campus Teresina Central. Mestrado Profissional em Matemática – PROFMAT/ IFPI Campus Floriano			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

INOVAÇÃO	Política de Inovação Especialização Mestrado	Divulgação; Prospecção Tecnológica; Depósitos de Softwares e Patentes junto ao INPI; Política de Propriedade Intelectual.		ASNIT
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	Criação da Comissão de implantação e gestão do Repositório Institucional do IFPI	Criação do Manual de Normalização, disponível na página do IFPI (em parceria com a Rede de Bibliotecas da Instituição); Projeto do Repositório Institucional; Projeto de Política de Informação Definição do software utilizado – DSpace; Implantação da Base Institucional Acadêmica do IFPI – Bia; Política de Indexação do Repositório; Indexação de Trabalhos Acadêmicos .		Coordenação de Repositório Institucional

Fonte: PROPI, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 9 – MACROPROCESSOS DA PRODIN

ORD.	MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMA VINCULADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
01	Infraestrutura física	Obras de construção, ampliação e reformas na estrutura do IFPI.	1. Monitoramento de obras no exercício.	Sem programa específico.	Diretoria de Engenharia Institucional..
02	Acessibilidade e segurança predial.	Ações relativas ao cumprimento das normas de acessibilidade e combate à incêndio e pânico.	1. Monitoramento de normas.	Sem programa específico.	Diretoria de Engenharia Institucional.
03	Comunicação e informações institucionais	Ações relacionadas ao aperfeiçoamento da comunicação entre os Campi e à divulgação de informações institucionais relevantes para o planejamento.	1. Acompanhamento do andamento das metas estratégicas, definidas no PDI do IFPI, em nível de Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas; 2. Implantação do Sistema de Planejamento Estratégico (software público GEPLANES), em fase de testes a partir de nov/2017.	Sem programa específico.	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/ Diretoria de Planejamento Institucional

Fonte: PRODIN, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Esta seção apresenta o planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, estruturada em três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados da execução orçamentária e resultados operacionais.

2.1 Planejamento organizacional

O planejamento da unidade é descrito por meio dos quadros de ações/subtítulos nas dimensões física e financeira da execução de cada ação, destacando valores executados a título de restos a pagar no decorrer do exercício e demais dados, conforme itens a seguir.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A UPC possui fundamenta o planejamento estratégico nos objetivos destacados pela LOA 2017, conforme programas aprovados para o exercício de referência.

O planejamento estratégico é representado pela Reitoria, Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, com o apoio dos demais órgãos de assessoramento e cada UG. O nível tático é representado por cada unidade organizacional e o operacional é representado por cada UG. O Detalhamento do planejamento estratégico segue as dimensões destacadas no PDI, conforme especificação de meta/objetivo para o exercício.

Como análise, dos 263 objetivos/metastacadas, 22,05% obtiveram a execução de 100% (1), e o baixo desempenho equivale à execução de 15,58% (10% a 40%). Também foram indicadas a situação de adiada (13,69%), cancelada (2,28%) e nada a informar (3,04%) (Figura 4)

Dentre os motivos de adiamento estão:

- a) Ausência de autorização da CAPES;
- b) Ausência de regulamentos internos;
- c) Ausência de softwares (sistemas);
- d) Necessidade de capacitação;
- e) Limitação orçamentária;
- f) Ausência de controles integrados de estratégia;
- g) Alteração de planejamento.

Dentre os motivos de cancelamento estão: alteração de rotina e planejamento institucional.

A UPC destaca que apesar das restrições e limitações para atingimento do planejamento efetuado, dentro do exposto, obteve resultados significativos, tendo também a consciência da necessidade de implementação de novos controles internos.

Em novembro e dezembro de 2017, o IFPI implantou versão software público, do GEPLANES, Sistema de Planejamento Estratégico, iniciando o módulo de treinamento, para início definitivo em 2018.

Dentre as atividades desenvolvidas para implantação da nova cultura de planejamento, formatou-se o mapa estratégico do IFPI, e foram definidas as perspectivas, objetivos estratégicos, conforme descrição detalhada no PDI vigente.

A partir de Jan/2018 haverá o uso integral do GEPLANES, tanto para as unidades da reitoria, quanto dos Campi e Campi Avançados.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Figura 4 - CICLO DE AVALIAÇÃO PDI 2017

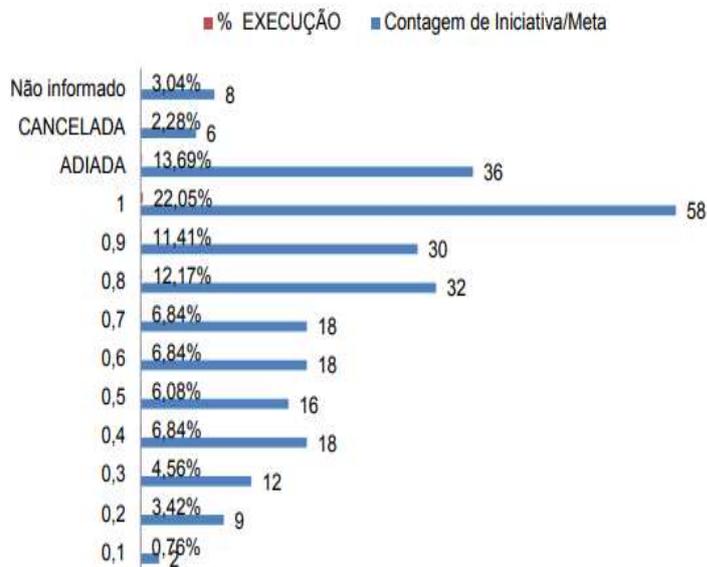


ANO	2017		
DIMENSÃO	(Tudo)		
Rótulos de Linha	Contagem de Iniciativa/Meta	% EXECUÇÃO	
10%	2	0,76%	
20%	9	3,42%	
30%	12	4,56%	
40%	18	6,84%	
50%	16	6,08%	
60%	18	6,84%	
70%	18	6,84%	
80%	32	12,17%	
90%	30	11,41%	
100%	58	22,05%	
ADIADA	36	13,69%	
CANCELADA	6	2,28%	
Não informado	8	3,04%	
Total Geral	263	100,00%	

* Não informado = Outras metas não especificadas no PDI.

DIMENSÃO
ADMINISTRAÇÃO
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
ENSINO
EXTENSÃO
GESTÃO DE PESSOAS
PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Execução Total PDI 2017



RESPONSÁVEL
ASRIN
DIGEP
DTI
EAD
PROAD
PRODIN
PROEN
PROEX
PRONATEC
PROPI

Fonte: DIRPLAIN, 2018.

2.1.2 Estágios de implementação do planejamento estratégico

A UPC fundamenta o planejamento estratégico por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em vigor para o período de 2015-2019 e com a Lei Orçamentária Anual de 2017. Os estágios de implementação ocorrem de forma preventiva e corretiva, aliado às disponibilidades orçamentárias e financeiras em cada exercício.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A UPC busca a vinculação de metas institucionais com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Termo de Acordo de Metas (TAM) aprovado pelo MEC e a Lei Orçamentária Anual de 2017.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A UPC possui em sua estrutura organizacional a PRODIN, unidade responsável por desenvolver o planejamento estratégico e fazer a articulação institucional. No ano de 2017 foi criada dentro da PRODIN, uma Diretoria de Planejamento Institucional (DIRPLAIN), cujo objetivo será o planejamento e monitoramento da execução de iniciativas estratégicas e respectivos planos de ação, bem como avaliação de estratégias em vigor e necessidade de implementação para outros exercícios.

Outras estratégias de acompanhamento são realizadas por meio de sistemas estruturantes do Governo Federal. Contudo, há o reconhecimento da necessidade de reestruturação, bem como revisões de planos, pois ainda temos a limitação de dados isolados. Como exemplo de instrumentos de monitoramento e avaliação foram utilizados periodicamente, no ano de 2017, por meio de sistemas estruturantes do governo federal: o SIGEPE, SIMEC, SIAFI, Tesouro Gerencial, SIOP, SCDP e outros.

Como levantamento anual, do exercício de 2017, a DIRPLAIN iniciou o levantamento das metas executadas, conforme planejamento realizado no PDI 2015-2019. O instrumento utilizado foi o questionário eletrônico, disponibilizado no período em Jan/2018, em plataforma eletrônica, visando acompanhar a execução das metas e avaliar os resultados alcançados, conforme planos estratégicos e suas respectivas dimensões.

Os resultados do levantamento passam a ser utilizados no exercício seguinte (2018), como instrumento de autoavaliação e como um controle estratégico do planejamento executado. Contudo os dados e informações do levantamento não são publicados, ficando ainda restrito em discussões internas.

Diante desta limitação, a UPC planeja uma reestruturação de planos de ação e um melhor detalhamento dos dados e informações, por meio da construção de um relatório consolidado de resultados institucionais, para os anos seguintes, como parte de aperfeiçoamento contínuo da gestão e avaliação, adotando novas ferramentas de controle, monitoramento e avaliação do planejamento estratégico, e conseqüentemente, publicação de dados e indicadores institucionais.

2.3 Desempenho orçamentário

O desempenho orçamentário da UPC no exercício está em consonância com a LOA 2017 e são descritos nas ações/OFSS nos itens a seguir.

Ressalta-se que no exercício de 2017 ocorreu limitação da cota para empenho, pois embora tivéssemos previsão orçamentária, a capacidade de empenho foi reduzida por problemas de arrecadação da União.

Os objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados no exercício de 2017 estão em consonância com a LOA 2017 nos programas:

- a) 0089, de Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- b) 0901, de Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- c) 0910, de Operações especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais;
- d) 2080, de Educação de qualidade para todos; e
- e) 2109, de gestão e manutenção do Ministério da Educação.

Os principais resultados alcançados pela UPC no exercício 2017 estão descritos nos itens de ações OFSS, parte constante neste relatório.

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A execução física e financeira das ações da LOA é representada por ação: 20RG, 20RL, 2994 e 6380, conforme descrição nos Quadros a seguir.

Quadro 10 – AÇÃO 20RG

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20RG		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos	Código: 2080	Tipo: TEMÁTICO			
Unidade Orçamentária	26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não. Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.426.829,00	3.426.829,00	3.042.001,19	248.673,22	84.673,22	164.000,00	2.793.327,97
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto viabilizado		Unidade	5	5	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
952.592,85	694.267,80	6436,48	Projeto viabilizado	Unidade	5	

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOURO GERENCIAL 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Análise Crítica: Segundo informações da Coordenadora da Ação, a baixa execução física ocorreu por motivo de dificuldade na conclusão dos processos licitatórios, contudo, a meta realizada foi atingida com qualidade e dentro de normas vigentes.

Os valores relativos a restos a pagar de exercícios anteriores são pertencentes à ação que estava arrolada no PPA anterior no programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica, que foi substituído pelo programa atual (2080).

Quadro 11 – AÇÃO 20RL

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		20RL		Tipo: ATIVIDADE		
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária		26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
47.888.905,00	47.888.905,00	46.024.666,80	46.024.666,80	39.752.138,94	38.722.924,02	1.029.214,92
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante Matriculado			Unidade	21.000	21.000	24.728
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
13.554.885,43	7.356.547,04	2.409.585,81	Estudante Matriculado	Unidade	21.000	

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOURO GERENCIAL 2017.

Análise Crítica: Segundo informações da Coordenadora da Ação, alguns fatores contribuíram para o desempenho: criação de novos cursos; aquisição de laboratórios; ampliação do acervo bibliográfico; funcionamento e ampliação da oferta dos serviços de refeitório; bem como a dificuldade de execução orçamentária.

Os valores relativos a restos a pagar de exercícios anteriores são pertencentes à ação que estava arrolada no PPA anterior no programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica, que foi substituído pelo programa atual (2080).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 12 – AÇÃO 2994

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	2994		Tipo: ATIVIDADE			
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: TEMÁTICO		
Unidade Orçamentária	26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.364.776,00	13.364.776,00	12.067.538,70	7.503.823,33	7.451.076,63	52.746,70	4.563.715,37
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício Concedido		Unidade	9.932	9.932	9.932	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.437.285,13	3.218.747,15	1.109.363,44	Benefício concedido	Unidade	6.455	

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOURO GERENCIAL 2017.

Análise Crítica: Segundo informações da Coordenadora da Ação, a execução da ação foi realizada em sua totalidade.

Os valores relativos a restos a pagar de exercícios anteriores são pertencentes à ação que estava arrolada no PPA anterior no programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica, que foi substituído pelo programa atual (2080).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 13-AÇÃO 6380

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		6380		Tipo: ATIVIDADE		
Título		Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa						
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, Código: 1009 alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.				
Programa		Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: TEMÁTICO
Unidade Orçamentária		26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
976.800,00	976.800,00	789.800,00	784.800,00	784.800,00	-	5.000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa Apoiada		Unidade	14	14	14	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
33.494,90	15.294,00	11.694,90	Iniciativa Apoiada	Unidade	11	

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2017.

Análise Crítica: Segundo informações da Coordenadora, a meta física da ação foi realizada em sua totalidade.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 14–AÇÃO 4572

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		4572		Tipo: ATIVIDADE		
Título		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Iniciativa						
Objetivo		Promover a Capacitação de servidores públicos federais			Código:	
Programa		PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO		Código: 2109	Tipo: TEMÁTICO	
Unidade Orçamentária		26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.546.113,00	1.546.113,00	1.526.270,29	1.510.368,99	1.510.368,990	-	15.901,30
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Servidor Capacitado		Unidade	560	560	411	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
284.626,47	86.991,72	156.040,79	Servidor Capacitado	Unidade	49	

Fonte: Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2017.

Análise Crítica:

Segundo informações da Coordenadora, diante dos cortes orçamentários enfrentados pela Administração Pública houve uma diminuição considerável do andamento e do resultado esperado. Com a redução dos limites orçamentários a utilizar a Gestão local teve que estabelecer prioridades para Ações relacionadas à manutenção e funcionamento da instituição em detrimento de outras Ações como a de Capacitação de Servidores.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2017, o desempenho orçamentário foi prejudicado devido a fatores, como: a restrição das cotas destinadas ao órgão e greve dos professores no ano de 2017, causando assim atraso no calendário letivo.

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

No exercício de 2017 houve execução de valores relativos ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Quadro 14.

Quadro 15– RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil				
Credor (CNPJ/CPF – Nome)	Saldo final do exercício anterior	Movimento aumentativo	Movimento diminutivo	Saldo final do exercício
10.806.496/0001-49	(5.900,79)	2.160.024,07	2.160.024,07	0,00
10.806.496/0001-49	0,00	3.656,93	2.437,13	1.219,80
00.360.305/0001-04	0,00	240,00	240,00	0,00
06.840.748.0001-89	0,00	917,52	917,52	0,00
10.806.496/0001-49	0,00	4.345,97	4.345,97	0,00
27.157.474/0001-06	0,00	690,60	690,60	0,00
11.436.412/0001-95	0,00	4.776,70	4.776,70	0,00
15.729.834/0001-00	0,00	6.666,32	6.666,32	0,00
05.061.373/0001-96	0,00	7.878,56	7.878,56	0,00
08.609.743/0001-75	0,00	1.224,00	1.224,00	0,00
08.870.957/0001-09	0,00	308,81	308,81	0,00
04.118.319/0001-77	0,00	441,09	441,09	0,00
06.840.748/0001-89	0,00	12.570,29	12.570,29	0,00

Fonte: TESOIRO GERENCIAL 2017.

Análise crítica: O valor mais significativo está relacionado com salários, remunerações e benefícios, porém não foi reconhecido dívida, apenas gerou saldo no exercício seguinte e devidamente baixado com o pagamento.

Em outras ocasiões foi realizado a baixa do empenho, pois o fornecedor não entregou a mercadoria em conformidade com o pactuado. Algumas Unidades Gestoras fizeram reconhecimento de dívidas com base no art. 34 da Lei 4.320/64.

Estas despesas de exercícios anteriores estão relacionadas com contratos terceirizados e com as Companhias de Energia e Água. Apenas o valor referente a benefícios previdenciários permaneceu com saldo no final do exercício de 2017, o restante foi devidamente extinto.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Os impactos dos passivos reconhecidos sobre a gestão orçamentária e financeira causados à UPC foram insignificantes, sendo que dos seis processos abertos de reconhecimento de dívidas, somaram apenas o valor de R\$ 30.408,49 (trinta mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e nove centavos).

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

A UPC apresenta o demonstrativo de restos a pagar, conforme Quadro 16.

Quadro 16– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2017 (d) = (a-b-c)	
2016	3.668.470,90	3.682.476,47	103.879,94	45.092,10	
2015	17.554,10	6.577,51	8.864,00	579,78	
2014	4.345,97	0,00	4.345,97	0,00	
2013	0,00	0,00	0,00	0,00	
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	
2011	7.568,13	0,00	0,00	7.568,13	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2016	20.532.621,71	13.038.909,59	14.708.339,18	1.795.546,56	4.017.352,47
2015	4.482.929,06	529.203,09	340.163,09	2.235.637,48	1.718.088,49
2014	1.670.423,92	44.539,66	44.539,66	1.059.060,95	566.823,31
2013	645.505,14	135.817,63	135.817,63	173.328,50	336.359,01
2012	275.355,63	119.554,57	119.554,57	33.872,60	121.928,46
2011	68.997,93	0,00	0,00	0,00	68.997,93

Fonte: Tesouro Gerencial 2017 (consulta 20/02/2018).

A análise crítica da movimentação de restos a pagar no exercício de 2017 está fundamentada em:

- a) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- b) Quando o pagamento deixa de ser efetuado no próprio exercício, procede-se, então, a inscrição em Restos a Pagar. Na inscrição, os Restos a Pagar (RP) são classificados em: RP Processados, RP Não Processados em liquidação e RP Não Processados a liquidar:
- RP Processados: no momento da inscrição a despesa estava empenhada e liquidada;
 - RP Não Processados em Liquidação: no momento da inscrição a despesa empenhada estava em processo de liquidação e sua inscrição está condicionada a indicação pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada, formalmente no SIAFI em espaço próprio na tabela de UG;
 - RP Não Processados a liquidar: no momento da inscrição a despesa empenhada não estava liquidada e sua inscrição está condicionada a indicação pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada, formalmente no SIAFI em espaço próprio na tabela de UG.
- c) Quando ocorrer a liquidação efetiva dos Restos a Pagar Não Processados em liquidação ou a liquidar, estes passarão a serem restos a pagar não processados liquidados, com tratamento similar aos processados;
- d) Em relação aos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados, foram pagos o montante de R\$ 19.226.508,11, que corresponde a 60,96% do montante em 01/01/2016, sendo que a maior parcela paga corresponde aos empenhos do exercício de 2016, ou seja, 76,50%;
- e) Quanto aos Restos a Pagar Não Processados, foram pagos a quantia de R\$ 15.537.454,13, que corresponde a 75,67% do montante em 01/01/2016. No exercício de 2016 foram cancelados empenhos, no valor de R\$ 1.795.546,56, que depois de uma análise detalhada ficou constatado que não seriam mais utilizados pelo Órgão, ficando um saldo a pagar em 31/12/2016 de R\$ 4.017.352,47.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

A UPC apresenta a descrição dos instrumentos celebrados, conforme Quadros a seguir.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 17– RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ/158146/26431					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de repasse			1		320.830,85	184.073,77
Termo de Execução Descentralizada	4	1	2	1.339.413,27	350.504,54	262.711,21
Termo de cooperação					314.858,78	315.016,35
Totais	4	1	3	1.339.413,27	986.194,17	761.081,33

Fonte: DPG-PROPI, 2017.

Quadro 18– RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UPC NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ/158146/26431						
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênios	Contratos de repasse	de	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado				
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade				1
		Montante Repassado				R\$ 66.000,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	1		2
		Montante Repassado	R\$ 807.750,60	R\$ 504.904,62		R\$ 547.215,75

Fonte: DPG-PROPI, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestações de contas

Segundo a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), todos os instrumentos celebrados, contratos, termos de cooperação e termo de execução descentralização em vigência estão com a previsão de relatórios para o final da vigência do processo. Contudo, os valores informados estão sendo acompanhados em planilha própria do IFPI para desembolso anual. A efetivação da análise dos relatórios dos programas só será possível após o término dos mesmos, como previstos no processo.

2.3.6 Informações sobre realização de receitas

As receitas da UPC no período em análise tiveram um excesso de arrecadação em relação à previsão atualizada, no valor de R\$ 160.445,16.

Quadro 19– RECEITAS POR NATUREZA

NATUREZA DA RECEITA		FTE	RECEITA	
			Prevista	Realizada
1610.01.11	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	250	849.415,00	841.523,51
1610.01.12	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	250	0,00	0,81
1610.02.11	TAR. INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	250	0,00	450,00
1921.0111	INDENIZAÇÃO POR DANOS	250	0,00	366,57
1922.06.11	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	112	0,00	167.079,27
7610.01.11	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	250	0,00	440,00
TOTAL			849.415,00	1.009.860,16

Fonte: Tesouro Gerencial 2017.

2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

Os dados apresentados estão relacionados à execução de despesas, conforme Quadros a seguir.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 20– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	44.606.272,16		44.353.557,31		28.997.523,57		27.326.762,65	
a) Convite	406.299,30	0,11%	616.143,25	0,19%	55.810,26	0,02%	0,00	0%
b) Tomada de Preços	1.685.605,35	0,47%	2.589.992,94	0,78%	78.352,86	0,03%	54.898,40	0,01%
c) Concorrência	1.487.778,23	0,41%	954.255,12	0,29%	0,00	0%	65.181,34	0,02%
d) Pregão	41.026.589,28	11,44%	40.193.166,00	12,14%	28.863.360,45	8,45%	27.206.682,91	8,73%
e) Concurso	0,00		0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
f) Consulta	0,00		0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00		0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
2. Contratações Diretas (h+i)	9.854.690,54		13.508.274,51		8.618.850,91		11.131.992,29	
h) Dispensa	8.294.526,73	2,32%	10.811.555,24	3,27%	7.255.521,31	2,12%	8.865.659,86	2,84%
i) Inexigibilidade	1.560.163,81	0,43%	2.696.719,27	0,81%	1.363.329,60	0,4%	2.266.332,43	0,73%
3. Regime de Execução Especial	45.867,02		68.218,78		45.867,02		67.818,78	
j) Suprimento de Fundos	45.867,02	0,015	68.218,78	0,02%	45.867,02	0,01%	67.818,78	0,02%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	304.157.419,07		273.299.692,20		303.998.679,33		273.172.191,08	
k) Pagamento em Folha	303.309.288,10	84,57%	272.088.627,95	82,14%	303.152.468,82	88,72%	271.695.717,91	87,16%
l) Diárias	848.130,94	0,24%	1.211.064,25	0,36%	846.210,51	0,25%	1.476.473,17	0,47%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	358.664.248,79		331.229.742,80	100%	341.658.920,83	100%	311.698.764,80	100%
6. Total das Despesas da UPC	358.664.248,79	100	331.229.742,80	100	341.658.920,83	100	311.698.764,80	100

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017 (Consulta: 13/03/2018).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 21– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Grupo de Despesa	Exercício		2017				2016				
	Elemento Despesa		Empenhada	Liquidada	RP não processados	Valores pagos	Empenhada	Liquidada	RP não processados	Valores pagos	
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	219.195.085,78	219.195.085,78	0,00	219.143.681,29	186.406.828,01	186.406.828,01	0,00	186.356.693,34
		13	OBRIGACOES PATRONAIS	38.967.015,27	38.967.015,27	0,00	38.861.600,48	33.692.996,71	33.453.183,76	239.812,95	33.350.221,34
		01	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	29.896.581,59	29.896.581,59	0,00	29.896.581,59	24.573.500,55	24.573.500,55	0,00	24.573.500,55
		04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	5.868.464,47	5.868.464,47	0,00	5.868.464,47	4.636.211,22	4.636.211,22	0,00	4.636.211,22
		03	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	5.810.008,82	5.810.008,82	0,00	5.810.008,82	5.333.273,79	5.333.273,79	0,00	5.333.273,79
		92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.079.043,92	2.079.043,92	0,00	2.079.043,92	188.772,00	188.772,00	0,00	188.772,00
		91	SENTENCAS JUDICIAIS	688.217,93	688.217,93	0,00	688.217,93	664.140,12	664.140,12	0,00	664.140,12
		16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	435.210,72	435.210,72	0,00	435.210,72	383.842,46	383.842,46	0,00	383.842,46
		07	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	369.659,60	369.659,60	0,00	369.659,60	162.649,59	162.649,59	0,00	162.649,59
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	27.515.673,67	24.784.277,94	2.731.395,73	24.377.047,90	31.157.771,29	28.109.923,59	3.047.847,70	26.373.795,54
		46	AUXILIO-ALIMENTACAO	11.270.109,85	11.270.109,85	0,00	11.270.109,85	11.155.075,70	11.155.075,70	0,00	11.155.075,70
		39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	11.203.763,19	10.038.698,64	1.165.064,55	9.431.304,72	11.290.413,54	9.692.066,16	1.598.347,38	8.964.383,57
		30	MATERIAL DE CONSUMO	9.060.621,84	3.075.002,51	5.985.619,33	3.066.462,03	7.894.499,33	3.114.688,66	4.779.810,67	3.029.201,15

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	6.724.315,90	6.241.045,23	483.270,67	6.189.698,53	9.404.677,12	8.628.068,47	776.608,65	8.357.474,47
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.330.874,64	5.318.872,97	12.001,67	5.317.354,27	4.991.150,59	4.971.322,42	19.828,17	4.971.085,07
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.712.395,13	2.458.116,36	254.278,77	2.458.116,36	5.158.081,06	3.669.616,60	1.488.464,46	3.565.943,42
08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.024.025,69	2.024.025,69	0,00	2.024.025,69	1.885.252,67	1.885.252,67	0,00	1.885.252,67
48	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1.116.999,36	423.867,50	693.131,86	423.867,50	1.392.361,26	674.207,60	718.153,66	628.539,60
32	MATERIAL, BEM OU SERVICIO PARA DIST.GRATUITA	944.786,00	104.467,11	840.318,89	101.739,60	337.016,68	46.972,13	290.044,55	36.475,54
14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	842.916,47	842.916,47	0,00	840.996,01	1.211.064,25	1.211.064,25	0,00	1.210.083,44
04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	815.565,60	815.565,60	0,00	815.565,60	778.568,35	778.568,35	0,00	778.568,35
20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	655.514,26	650.514,26	5.000,00	641.014,26	535.054,00	529.274,00	5.780,00	529.274,00
92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	264.846,03	249.573,65	15.272,38	249.573,65	398.896,86	398.896,86	0,00	398.626,06
47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	228.549,92	184.971,48	43.578,44	184.914,68	522.553,22	274.977,46	247.575,76	254.623,86
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	194.210,13	150.069,82	44.140,31	150.069,82	294.092,97	294.092,97	0,00	294.092,97
49	AUXILIO-TRANSPORTE	132.633,90	132.633,90	0,00	132.633,90	397.869,59	397.869,59	0,00	397.869,59
95	INDENIZACAO PELA EXECUCAO	49.870,10	49.870,10	0,00	49.870,10				

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		TRABALHOS DE CAMPO									
	41	CONTRIBUICOES	36.480,00	36.480,00	0,00	36.480,00	47.235,00	47.235,00	0,00	47.235,00	
	35	SERVICOS DE CONSULTORIA	5.992,49	5.992,49	0,00	5.992,49	7.980,00		7.980,00		
	31	PREMIACOES CULTURAI, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	1.218,60	1.218,60	0,00	1.218,60	108,00	108,00	0,00	108,00	
4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES	3.614.572,53	117.452,77	3.497.119,76	117.452,77	3.935.893,35	330.649,93	3.605.243,42	133.398,45
		52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.076.533,55	584.845,65	1.491.687,90	420.845,65	5.520.040,72	2.089.193,45	3.430.847,27	1.609.665,99
		39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	37.410,35	29.410,35	8.000,00	29.410,35	286.695,49	14.418,42	272.277,07	14.418,42
		30	MATERIAL DE CONSUMO	2.650,00	2.650,00	0,00	2.650,00	4.000,00		4.000,00	
			390.171.817,30	372.901.937,04	17.269.880,26	371.490.883,15	354.648.565,49	334.115.943,78	20.532.621,71	330.284.495,27	

Fonte: Tesouro Gerencial, 2017 (Consulta: 13/mar/2018).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.3.8 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Este subitem apresenta informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de suprimento de fundos utilizados por Unidade Gestora (UG) vinculada à UPC, responsável pela apresentação do presente relatório de gestão, de forma a possibilitar a análise sucinta da evolução dos gastos efetuados por essas modalidades de pagamento.

O IFPI só utiliza Suprimento de Fundos através do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), não registrando ocorrência de movimentação de fundo por meio da Conta Tipo B, conforme Quadro 22.

Quadro 22– CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158146	Reitoria			04	24.000,00	6.000,00
	158353	Teresina-Central			07	37.000,00	8.000,00
	158354	Teresina Zona Sul			07	16.000,00	3.000,00
	158355	Floriano			06	14.000,00	5.000,00
	158357	Parnaíba			01	722,40	722,40
2016	158146	Reitoria			09	49.000,00	8.000,00
	158353	Teresina-Central			10	35.000,00	5.000,00
	158354	Teresina Zona Sul			05	10.000,00	2.000,00
	158355	Floriano			03	11.600,00	5.000,00
	158357	Parnaíba			02	940,00	640,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2017 e SIAFI 2017.

O valor total de suprimento de fundos corresponde à movimentação de concessão e de todos os suprimentos não utilizados, que foram devidamente anulados, conforme disposição legal. A UPC no ano de 2017 registrou ocorrência de movimentação de suprimento de fundo por Cartão de Pagamento do Governo Federal (saque + fatura), no valor de R\$ 91.722,40 (noventa e um mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), conforme movimentação no Quadro 23.

Quadro 23– UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158146	Reitoria			0	0,00	4.364,48	4.364,48
	158353	Teresina-Central			0	0,00	26.292,59	26.292,59
	158354	Teresina Zona Sul			0	0,00	7.725,77	7.725,77
	158355	Floriano			0	0,00	6.761,78	6.761,78
	158357	Parnaíba			0	0,00	722,40	722,40
2016	158146	Reitoria			07	1.576,00	22.068,27	23.644,27
	158353	Teresina-Central					26.618,20	26.618,20
	158354	Teresina Zona Sul					6.729,03	6.729,03
	158355	Floriano					6.751,68	6.751,68
	158357	Parnaíba					940,00	940,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2017 e SIAFI 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

O IFPI no ano de 2017 registrou a movimentação de classificação dos gastos com suprimento de fundos, conforme Quadro 24.

Quadro 24– CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158146	Reitoria	339030	01 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	4.364,48
158353	Teresina Central	339030	04 – GÁS E OUTROS MATERIAIS	247,80
			09 – MATERIAL FARMACOLÓGICO	957,18
			10 – MATERIAL ODONTOLÓGICO	1.410,37
			11 - MATERIAL QUÍMICO	2.293,07
			16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	24,95
			17 – MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	683,29
			21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	234,17
			22 - MATERIAL DE LIMPEZA	421,47
			24 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	3.474,90
			25 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS MÓVEIS	857,01
			26 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	3.283,97
			28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	198,50
			29 – MATERIAL P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	71,20
			35 – MATERIAL LABORATORIAL	2.876,64
		36 – MATERIAL HOSPITALAR	433,55	
		39 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	360,00	
		42 - FERRAMENTAS	344,02	
		339039	16 – MANUT. E CONS. DE BENS IMÓVEIS	720,00
			17 – MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.665,00
			20 – MANUT. E CONS. DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	370,00
46 – SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1.119,50			
62 – SERVIÇOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL	300,00			
63 – SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	1.186,00			
68 - SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E REBENEFICIAMENTO DE MERCADORIAS	520,00			
78 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	240,00			
158354	Zona Sul	339030	22 - MATERIAL DE LIMPEZA	153,00
			24 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.664,96

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			25 - MATERILA P/ MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.506,66
			26 - MATERIAL ELÉTRICO ELETRÔNICO	1.964,30
			28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO	87,45
			42 - FERRAMENTAS	503,40
		339039	16 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.846,00
158355	Floriano	339030	24 - MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	109,46
			25 - MATERIAL P/ MANUT. DE BENS MÓVEIS	2.893,63
			26 - MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	482,00
			39 - MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	64,00
			42 - FERRAMENTAS	88,69
		339039	17 - MANUT. E CONS. DE MÁQ. E EQUIPAMENTOS	3.124,00
	Parnaíba	339030	26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	722,40
TOTAL				45.867,02

Fonte: Fonte: Tesouro Gerencial 2017 e SIAFI 2017.

Esta UPC utilizou o Cartão de Pagamentos do Governo Federal em 5 UG's (Reitoria, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Floriano e Parnaíba), cuja finalidade foi para atender demandas de despesas de pequeno vulto, assim como para a utilização em viagens pelos motoristas. Informamos que não houve movimentações de saque no exercício de 2017, assim como também, houve uma diminuição na movimentação do Cartão de Pagamento via fatura. A movimentação de suprimento de fundos do exercício foi realizada e encaminhada para análise da auditoria, que emitiu o devido parecer de aprovação.

Como análise crítica, a UPC deverá implantar um maior controle no item e subitem de despesa, no momento da reclassificação da despesa e o controle de justificativas, bem como realizar um melhor planejamento para aquisição de materiais e serviços.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Neste subitem serão apresentados os principais indicadores de desempenho: acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e gestão de pessoas, conforme as deliberações do TCU.

2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Os principais indicadores de desempenho: acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e gestão de pessoas estão descritos no Quadro 25.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 25– INDICADORES DE GESTÃO, CONFORME DELIBERAÇÕES DO TCU

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2017	2016	2015	2014	2013
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos Inscritos / Número de Vagas	5,87	5,73	7,75	8,4	6,47
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	33,31	26,77	27,41	25,9	30,01
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	40,6	10,34	4,19	7,24	11,90
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externos	43,0	52,81	39,42	55,21	51,28
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	5,6	48,36	47,79	46,22	42,16
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Total de Matriculados / ((Docentes 20h * 0,5) + Docentes 40 h + Docentes DE)	20,72	23,23	20,39	19,42	35,50
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Gastos Correntes / Total de Matriculados	14.851,69	11.344,66	11.884,99	10.032,31	6.456,58
	Percentual de Gastos com Pessoal	(Gastos com Pessoal * 100) / Gastos Totais	78,4	77,26	73,29	61,47	74,2
	Percentual de Gastos com outros Custeios	(Gastos com Outros Custeios * 100) / Gastos Totais	15,51	20,10	16,40	17,44	20,8
	Percentual de Gastos com Investimentos	((Gastos com Investimentos + Gastos com Inversões Financeiras) * 100) / Gastos Totais	1,14	2,77	6,17	17,2	14,6
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	0,5 SM < RFP <= 1 SM	23	23	23	1.706,40	
		1 SM < RFP <= 1,5 SM	6	10	10		
		1,5 SM < RFP <= 2,5 SM	3	6	8		
		2,5 SM < RFP <= 3,5 SM	2	3	5		
		RFP <= 0,5 SM	60	54	49		
		RFP > 3,5 SM	5	2	4		
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	((Qtde de Graduados * 1) + (Qtde de Aperfeiçoados * 2) + (Qtde de Especialistas * 3) + (Qtde de Mestres * 4) + (Qtde de Doutores * 5)) / (Qtde Total de Docentes)	3,6	3,54	3,44	3,28	3,25

Fonte : SISTEC (2013-2016) , Plataforma Nilo Peçanha (2017).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A) Análise de Indicadores de Gestão de Pessoas:

Os Indicadores de Desempenho dispostos no Quadro 25, foram obtidos da Plataforma Nilo Peçanha, esta plataforma e um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), disponível no sítio eletrônico <https://www.plataformanilopecanha.org/> de forma pública.

Os indicadores acadêmicos dividem-se em seis tipos:

I. Relação Candidato/ Vaga – Este indicador leva em consideração a procura pelos cursos ofertados e, todos os processos seletivos de ingresso realizados pelo IFPI.

Analisando-se os dados, verifica-se que, comparado ao ano de 2016, houve um acréscimo de 2,4% na relação candidato/ vaga, tornando este indicador praticamente estável. Tal fato deve-se à estabilização da oferta de vagas nos *campus* não consolidado (Menos de 05 anos de implantação).

O número de vagas ofertados pela UPC em 2017 aumentou em cerca de 20% em relação ao ano de 2016, ano em que a UPC ofertou 8.022 (oito mil e vinte e duas) vagas, aumentando principalmente nas unidades não-consolidadas.

Em 2017, as unidades não consolidadas ofertaram 2.185 (duas mil cento e oitenta e cinco) vagas, comparado ao ano de 2016, quando foram ofertadas 1.704 (mil setecentas e quatro) vagas.

Concomitantemente, ocorreu o aumento do número de vagas ofertadas no ensino superior na instituição, com a criação de novos cursos de Bacharelado em Administração (Campi Pedro II, Oeiras, São João do Piauí, Angical do Piauí), Bacharelado em Zootecnia (Campus Paulistana), Tecnologia em Design de Moda (Campus Teresina Zona Sul), Licenciatura em Ciências Biológicas (Campus São João do Piauí), Licenciatura em Física (Campi São Raimundo Nonato e Oeiras) Tecnologia em Agroecologia (Campus Cocal), Tecnologia em Processos Gerenciais (Campus Parnaíba), aumentando de 1.485 vagas para 1.915 vagas, um aumento percentual de 29% das vagas no ensino superior.

II. Relação de Ingressos/Alunos ($R_{I/A}$)- Este índice apresenta o percentual de estudantes ingressantes na instituição em relação ao total de alunos.

No ano de 2017, o índice $R_{I/A}$ foi 33,31, o que representa um aumento de 24,4% em relação a 2016. Esse aumento foi provocado pela oferta de mais 233 vagas em cursos técnicos nos campi e é responsável pelo aumento de 5% para essa forma de oferta. Já o aumento da oferta dos cursos de ensino superior deu-se com a ampliação das vagas em 29% em relação ao ano de 2016, correlacionado com o aumento do número de ingressantes.

III. Relação Concluintes/Aluno – Índice que relaciona o total de concluintes com o total de alunos em um determinado ciclo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Este índice teve um aumento de 392,6 % em relação ao ano anterior, provocado por diferentes fatores:

- A Consolidação dos Cursos Técnicos nas Unidades não-consolidadas e a conclusão das primeiras turmas de ensino técnico integrado nestes campi.
- A Concomitância da conclusão das primeiras turmas de ensino médio integrado ofertadas com duração de 3 anos, juntamente com os alunos das turmas de ensino integrado com duração de 4 anos, o que favoreceu ao aumento pontual nos indicadores de conclusão.
- O reequilíbrio entre ano letivo e ano civil em alguns dos campi, que possuíam um calendário acadêmico bastante afetado em decorrência das greves no período 2014-2015-2016, o que prolongou a permanência dos alunos além do prazo definido nos ciclos, levando a conclusão acumulativa de alunos no ano de 2017, o que impactou no índice de conclusão.

IV. Índice de Eficiência Acadêmica, corresponde ao número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externos.

Este índice teve uma redução de aproximadamente 17% em relação ao ano anterior, os fatores que contribuíram com a diminuição são:

- a. Abandono de curso: Muitos alunos que romperam o período de 365 dias sem matrícula em turma e foram categorizados como abandono de curso conforme o art.41 da Organização Didática da Instituição, disponível na página http://libra.ifpi.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/Organizacao_Didatica_IFPI.pdf.
- b. Mobilidade acadêmica com o SISU: muitos alunos fazem inscrição na segunda edição do SISU para outros cursos em outras IES, provocando a evasão destes alunos na instituição,
- c. Certificação do ensino médio: a possibilidade de certificação, por meio do ENEM em 2016 e do ENCCEJA em 2017, provoca a evasão dos alunos maiores de 18 anos do Ensino Médio Integrado, principalmente nos cursos nos campi com o calendário acadêmico afetados pelas greves no período 2014-2015-2016.

V. Índice de Retenção do Fluxo Escolar, obtido pela relação entre o número total de retidos e o número total de Matriculados.

Este índice em 2017 apresentou uma redução significativa de 88,4% em relação ao ano de 2016. Tal redução deu-se pelos mesmos motivos do aumento Relação Concluintes/Aluno e da diminuição do Índice de Eficiência Acadêmica. O índice de Retenção do Fluxo Escolar teve uma redução inversamente proporcional ao aumento de concluintes, juntamente com o aumento da evasão escolar demonstrado na diminuição do indicador de Eficiência Acadêmica, diminuindo o índice de alunos considerados retidos.

VI. Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral

Este índice teve um decréscimo de 12% em 2017. Esse decréscimo pode ser justificado pelo ingresso de novos docentes em decorrência do último concurso público. Mesmo com a oferta de novos cursos técnicos e superiores, ainda precisará de um tempo para consolidar-se, fato que ocorrerá

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

progressivamente com o aumento do número de matrículas e conseqüentemente aumento da Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral.

B) Análise de Indicadores Administrativos:

- I. Gastos Correntes por Aluno – Este índice que relaciona Gastos Correntes / Total de Matriculados, indica o investimento feito pela UPC em cada aluno. São considerados gastos correntes, todos os gastos da instituição menos os gastos com investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas.

No ano 2017, estes valores tiveram, em relação ao ano 2016, um acréscimo em torno de 30%, proveniente da contratação de pessoal; do reajuste salarial; das mudanças de nível, classe e titulação dos servidores; dos reajustes das tarifas públicas e dos contratos dos campi; da consolidação dos Campi com menos de 5 anos. Ressalte-se com a modificação do método de coleta das informações de matrículas, que passou a ser feito por meio da revalidação dos dados através da Plataforma Nilo Peçanha, o número de alunos não apresentou alteração significativa em relação ao ano de 2016, o que contribuiu com a elevação do valor.

II. Percentual de Gastos com Pessoal – percentual da despesa geral do IFPI destinada à folha de pagamento dos Servidores. Considera-se gastos com pessoal aqueles efetuados com servidores ativos, sentenças judiciais e precatórios cujas despesas foram liquidadas em 2017, acrescidas dos restos a pagar não-processados pagos.

Constatou-se em 2017 que 78,4% dos gastos totais foram gastos com pessoal, um aumento percentual de 5% em relação ao ano 2016. Devido à redução dos gastos com investimentos e outros custeios, o **aumento relativo** foi de 18% de gastos com pessoal em relação ao ano 2016.

Fatores que contribuíram para o aumento:

- Contratação de novos servidores, aumentando em 7% o número de servidores no IFPI.
- Aumento da titulação dos docentes: aumentou para 9% o número de mestres e em 23% o de doutores.
- Reconhecimento de Saberes e Competências: A progressão funcional dos docentes por Reconhecimento de Saberes e Competências tem impacto no aumento dos gastos com pessoal.

III. Percentual de Gastos com outros Custeios – Esse indicador tem por objetivo quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais.

Estes valores variaram de 16,4% em 2015, 20,1% em 2016, e em 2017 representaram 15,5% dos gastos, mostrando uma variação negativa de 22% no custeio.

IV. Percentual de Gastos com Investimentos, quantifica o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais, ou seja, gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa, exceto bolsa formação.

Em 2017, verificou-se uma redução de 41% nos gastos com investimento. Os gastos com “obras e instalações” representaram cerca de 63% dos gastos com o investimento em 2017, ano no qual aconteceram a conclusão de diversas obras de infraestrutura: reforma do Ginásio do Campus Parnaíba; a Drenagem do Campus Angical; Calçadas do Teresina Central; Subestação de Pio IX;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Muro de Picos; Construção da Academia de Floriano; Adaptação do Laboratório de Cocal; Reforma dos Laboratórios de Valença do Piauí; Reforma dos Laboratórios do Campus São João do Piauí; Poços nos Campus de São João do Piauí, Paulistana, Pio IX, São Raimundo Nonato e Uruçuí.

Os gastos com “equipamentos e material permanente” reduziram 62% em relação a 2016.

C) Análise de Indicador Socioeconômico:

Este indicador tem como finalidade auferir o grau de inclusão social da UJ, por meio do perfil socioeconômico dos alunos.

Até o ano de 2016 não havia uma definição clara de como este cálculo deveria ser efetuado. Dessa forma, para melhor tabulação das informações, alteramos o mecanismo de cálculo para a indicação de percentual dos alunos, através do perfil Renda Familiar Per Capita (RFP) por faixa de salários mínimos (SM):

$0,5 \text{ SM} < \text{RFP} \leq 1 \text{ SM}$

$1 \text{ SM} < \text{RFP} \leq 1,5 \text{ SM}$

$1,5 \text{ SM} < \text{RFP} \leq 2,5 \text{ SM}$

$2,5 \text{ SM} < \text{RFP} \leq 3 \text{ SM}$

$\text{RFP} \leq 0,5 \text{ SM}$

$\text{RFP} > 3 \text{ SM}$

Em 2015 e 2016, estes indicadores foram tabulados do preenchimento dos dados socioeconômicos no sistema eletrônico de controle acadêmico Q-Acadêmico, com a tabulação dos dados, em 2016 cerca de 91% dos alunos, apresentam uma renda per capita menor que 1,5 salário mínimo, porém o indicador representava apenas 17% do total de discentes da instituição.

Com a Plataforma Nilo Peçanha, adotou-se o mecanismo de cálculo e a faixa para a Renda Per Capita (RFP) para:

$0,5 \text{ SM} < \text{RFP} \leq 1 \text{ SM}$

$1 \text{ SM} < \text{RFP} \leq 1,5 \text{ SM}$

$1,5 \text{ SM} < \text{RFP} \leq 2,5 \text{ SM}$

$2,5 \text{ SM} < \text{RFP} \leq 3,5 \text{ SM}$

$\text{RFP} \leq 0,5 \text{ SM}$

$\text{RFP} > 3,5 \text{ SM}$

A partir de 2017, estes indicadores foram obtidos na Plataforma Nilo Peçanha, o resultado obtido com a tabulação dos dados, cerca de 89% dos alunos, apresentam uma renda per capita menor que 1,5 salário mínimo.

Vale ressaltar que nem todos os matriculados responderam no sistema a informação, o que possibilitou realizar indicador com 11.496 matriculados, cerca de 52% dos discentes, apresentando ganho expressivo no percentual de amostragem em relação ao ano de 2016.

D) Análise de Indicadores de Gestão de Pessoas:

Índice de Titulação do Corpo Docente, este indicador tem como função quantificar a titulação do Corpo Docente, este índice pode variar de um (todos os docentes graduados) a cinco (todos os docentes doutores).

Este índice teve um acréscimo de 3 % comparando os anos de 2016 e 2015, com 22 professores doutores e 60 professores mestres a mais que o ano de 2015, comprovando o aumento do

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

número de doutores e mestres. Em 2017, o acréscimo de 1,6%, com 28 professores doutores e 48 professores mestres a mais em 2017 comparado ao ano de 2016, comprovando o aumento do número de doutores e mestres.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Esta seção apresenta a estrutura de governança da UPC, explicitando sua estrutura, os mecanismos para apuração de ilícitos administrativos, a atuação da auditoria interna, sistema de correição e gestão de riscos e controles internos.

3.1 Descrição das estruturas de governança

A Estrutura de Governança do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí tem como base a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais; o Estatuto do IFPI aprovado pela Resolução nº 01/2009-CONSUP, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro de 2009; e o Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 020/2011-CONSUP, de 06 de dezembro de 2011.

De acordo com a Lei nº 11.892, os Institutos Federais se organizam em estrutura multicampi, tendo como órgãos superiores responsáveis pela sua administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo de administração central a Reitoria, que inclui um reitor e cinco pró-reitores. Cada Campus é administrado por um diretor-geral. Além do Conselho Superior (CONSUP) e do Colégio de Dirigentes (COLDIR), o IFPI possui ainda o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES). As competências desses órgãos colegiados estão previstas no arts. 9º, 11, 13 e 15 do Regimento Interno do IFPI.

O Conselho Superior, órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo, é formado por representantes dos docentes, técnico-administrativos, discentes e egressos da Instituição, bem como a sociedade civil, do Ministério da Educação e do próprio Colégio de Dirigentes. Dentre as suas competências, estão as seguintes:

- a) aprovar a política geral para a atuação institucional e zelar pelo seu cumprimento;
- b) aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor e dos Diretores-Gerais dos Campi;
- c) aprovar o plano de desenvolvimento institucional, o plano geral de cada gestão e os planos anuais de ação, assim como a proposta orçamentária anual;
- d) aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais;
- e) aprovar o projeto político-pedagógico;
- f) autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- g) apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- h) deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pela Instituição;
- i) autorizar a criação e extinção de cursos no âmbito do Instituto, bem como o registro de diplomas;
- j) aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFPI;
- k) deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

Já o COLDIR, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, é composto pelos pró-reitores e diretores-gerais, além dos diretores sistêmicos. É de sua competência, entre outras:

- a) definir a distribuição interna de recursos;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- b) estabelecer normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- c) deliberar, mediante solicitação da Reitoria, sobre alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFPI;
- d) propor normas e ações para o aperfeiçoamento da gestão;
- e) aprovar o calendário de referência anual;
- f) elaborar e aprovar o seu próprio regimento.

O CEPEX, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, reúne os pró-reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão e representantes dos coordenadores de cursos, docentes, discentes, técnico-administrativos, equipe técnico-pedagógica e sociedade civil, tendo, entre outras, as seguintes competências:

- a) delinear diretrizes e definir prioridades institucionais nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão;
- b) elaborar e aprovar o seu próprio regimento;
- c) emitir parecer conclusivo prévio ao Conselho Superior sobre o projeto político-pedagógico e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;
- d) deliberar sobre desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou adequação de cursos e programas e emitir parecer conclusivo prévio ao CONSUP no caso de criação ou extinção;
- e) estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos;
- f) criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- g) emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

O Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES) é órgão colegiado consultivo, normativo e educativo, responsável por fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, envolvendo seres humanos e animais de laboratório do IFPI. Compete ao CEPES:

- a) analisar os projetos e protocolos de pesquisa envolvendo animais de laboratório e seres humanos pertencentes ao IFPI ou fora dele;
- b) expedir instruções e orientar os pesquisadores, conforme disposição legal sobre o assunto;
- c) emitir parecer substanciado sobre o ensaio, documentos estudados e data de revisão;
- d) garantir a manutenção dos aspectos éticos em pesquisa envolvendo seres humanos;
- e) acompanhar o desenvolvimento de projetos através da análise de relatórios semestrais dos pesquisadores, nas situações exigidas pela legislação;
- f) manter comunicação regular e permanente com o Comitê Nacional de Ética em pesquisa (CONEP/MS);
- g) desempenhar papel consultivo e educativo e promover a reflexão em torno da ética na pesquisa;
- h) controlar e resguardar a confidencialidade dos dados na área;
- i) receber e analisar as denúncias de abusos ou notificações sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo;
- j) analisar e emitir parecer sobre a continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa;
- k) desenvolver outras atribuições afins.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Esses órgãos colegiados obedecem a normas gerais de funcionamentos previstas no Regimento Geral. Assim, através de reuniões periódicas, com pauta determinada, decidem sobre as questões que lhe são apresentadas. Existem ainda, órgãos consultivos, os quais encontram-se descritos a seguir.

O Conselho Editorial (CE) do Instituto Federal do Piauí é um órgão consultivo, normativo e executivo, responsável pela formulação e implementação da política de editoração e publicação da Revista SOMMA, em suas versões eletrônica e impressa, bem como de livros editados pelo IFPI. Foi instituído pela Resolução CONSUP 049/2012 e, além do estabelecimento de normas editoriais, apresenta como atribuições: a emissão de pareceres sobre matérias submetidas a sua apreciação e o controle de qualidade de material a ser editado pelo IFPI. Compete ainda ao Conselho Editoria fomentar a pesquisa e a produção científica, literária e cultural, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e fortalecimento da difusão científico-cultural do Piauí.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) foi constituído pela Resolução Nº 032/2010-CONSUP em 15 de setembro de 2010. O CGTI é um fórum de natureza consultiva e deliberativa, que estabelece políticas e diretrizes sobre os princípios de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Os objetivos compreendem em homologar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e deliberar no âmbito do IFPI sobre os princípios de Tecnologia da Informação, a arquitetura de TI, inclusive os requisitos de segurança, integração e padronização de dados, informações e sistemas, a Infraestrutura de TI, em especial a rede corporativa e seus serviços, os níveis de acesso, o compartilhamento das informações e os sistemas de suporte, as necessidades de aplicações corporativas, especificando e priorizando as soluções que serão adquiridas, contratadas ou desenvolvidas e os investimentos em TI na distribuição do orçamento, dos limites e prioridades dos projetos e ações.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicação foi constituído pela Portaria Interna Nº 242, de 13 de fevereiro de 2014. Ele define as diretrizes para a Segurança da Informação, visando preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações no âmbito do IFPI. Dentre as competências desse comitê têm-se assessorar na implementação das ações de segurança da informação e comunicações, constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação e comunicações, propor alteração na Política de Segurança da Informação e Comunicações e propor normas relativas à segurança da informação e comunicações.

Quanto aos órgãos executivos, no âmbito da administração central, o IFPI é dirigido pelo Reitor, que além do Gabinete e Assessorias, dispõe na Reitoria de uma estrutura de cinco Pró-Reitorias (Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional) e duas Diretorias Sistêmicas (Gestão de pessoas e Gestão de Tecnologia da Informação), às quais estão subordinadas diretorias e/ou coordenações e que se encarregam da supervisão, coordenação e articulação nas áreas sob a sua responsabilidade.

A Reitoria conta ainda com um órgão de consultoria jurídica (Procuradoria Federal) e vários órgãos de assessoramento, a saber: Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) e Comissão de Ética, cujas composições e competências estão previstas no Regimento Geral do IFPI e nos respectivos Regimentos Internos. É importante salientar que esses órgãos atuam de maneira independente em relação à gestão, contribuindo para obter o diagnóstico da realidade institucional e, por conseguinte, para a solução dos problemas identificados, exercendo, pois, uma forma de controle e fiscalização.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A mesma estrutura executiva existente na administração central é encontrada na organização de cada Campus, observados os níveis de descentralização, os graus de hierarquização e a articulação funcional dos órgãos em relação à administração central. Em termos de execução, cada Campus é dirigido por um Diretor-Geral, que além do Gabinete, dispõe de uma estrutura de Diretorias e Coordenações, às quais estão subordinadas diretamente ao Diretor-Geral, mas que se relacionam funcionalmente com as respectivas Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas.

A Auditoria Interna Geral, que atua como órgão de controle da gestão do IFPI. Conforme prevê o Art. 23 do Regimento Geral, a Auditoria Geral é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

A Unidade de Auditoria Interna da Reitoria está vinculada administrativamente ao Conselho Superior, tendo como objetivo exercer orientação, acompanhamento, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos do IFPI, devendo atuar de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Além disso, deve propor as ações corretivas necessárias, buscando sempre agregar valor à gestão e racionalizar as ações de controle. Deve, também, prestar assessoramento à alta administração da entidade, tendo, as seguintes competências:

- a) realizar auditorias internas periódicas no IFPI;
- b) analisar os procedimentos, rotinas e controles internos;
- c) avaliar a eficiência, eficácia e economia na aplicação e utilização dos recursos públicos;
- d) dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público;
- e) assessorar a gestão nas ações de controle;
- f) apoiar, dentro de suas especificidades, no âmbito do IFPI, os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU);
- g) verificar a aplicação de normas, legislação vigente e diretrizes traçadas pela administração;
- h) elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (RAINT);
- i) manter registro atualizado da tramitação e dos resultados dos processos auditados;
- j) desenvolver outras atribuições afins.

Os trabalhos da Auditoria Interna do IFPI são efetivados de acordo com as ações do Plano Anual de Auditoria Interna, elaborado pela Auditoria Interna e com as necessidades e solicitações que surgem no decorrer do ano.

3.2 Atuação unidade de auditoria interna

Neste subitem serão abordados dados específicos da atuação da unidade de AUDIN, nesta UPC:

- a) Indicação do Estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna

Os documentos que norteiam a atuação da AUDIN no IFPI estão estabelecidos no art. 28 da Resolução nº 01/2009 – CONSUP (Estatuto do IFPI) http://www5.ifpi.edu.br/attachments/article/237/estatuto_dou.pdf, no art. 23 da Resolução nº 020/2011 – CONSUP (Regimento Geral do IFPI) http://www5.ifpi.edu.br/attachments/article/55/regimento_completo.pdf e na Resolução nº 058/2014 – CONSUP (Estrutura Organizacional para o IFPI).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A Unidade de Auditoria Interna, a AUDIN, é o órgão de assessoramento da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme assevera o art.15 do Decreto nº 3.591/2000. Considerando que a Auditoria Interna tem como função básica fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito do IFPI, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A IN/SFC-MF nº 01, de 06 de abril de 2001, disciplina no capítulo X, as atividades específicas quando trata sobre as Unidades de Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta, define Auditoria Interna como um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada. Dentre suas atribuições cabe à AUDIN elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna PAINT do exercício seguinte, bem como, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, que serão encaminhados ao Órgão ou à Unidade de Controle Interno que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015.

A Auditoria Interna insere-se no contexto de expansão e consolidação da Instituição. A atuação da Auditoria Interna, nos moldes de hoje, é relativamente recente, tendo em vista que a AUDIN ocupava-se anteriormente de outras atividades alheias a sua natureza, tais como correição (abertura de PAD's), emissão de pareceres em processos (assessoramento jurídico), etc.

Na atual gestão, foram feitos os devidos ajustes na estrutura da AUDIN, separando as funções de correição, ouvidoria e assessoramento jurídico, do modo como orientado pela CGU e TCU, o que fortaleceu a Unidade, dada a especialização das funções que passaram a ser exclusivamente de auditoria.

Em vista de sua atuação recente como órgão de auditoria interna propriamente dito, dentre outras dificuldades, a Auditoria Interna do IFPI ainda não possui normas definidas internamente que regulem a sua atuação, consolidadas em manuais ou normas esparsas. Neste sentido, todavia, foi encaminhado ao gabinete da Reitoria, solicitação de atualização das informações da AUDIN no Regimento Interno da Instituição, com a inclusão de suas competências e prerrogativas.

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

Os auditores internos do IFPI são independentes das atividades que auditam, vez que podem exercer suas funções livre e objetivamente fazer julgamentos neutros e imparciais. A condição de independência técnica da Unidade de Auditoria Interna sofreu expressivo reforço com a alteração de sua vinculação e posicionamento dentro da Instituição. A AUDIN passou a ser vinculada diretamente ao seu Conselho Superior do IFPI, conforme disposto na Resolução nº 058/2014, do CONSUP, que aprova a Estrutura Organizacional para o IFPI, de 23 de outubro de 2014.

A independência técnica de atuação também é assegurada pela liberdade quanto à fixação anual do escopo dos trabalhos de auditoria, ainda que a AUDIN esteja sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. É garantido aos auditores internos do IFPI, o livre acesso às dependências da Instituição.

A Auditoria Interna evita participar diretamente da gestão, desempenhando o papel que pertence ao gestor. Neste sentido, abstém-se de elaborar procedimentos pertencentes aos auditados, cuidando, no entanto, para que os controles administrativos existam.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Importa enfim dizer, que os auditores interno do IFPI buscam sempre apoiar-se em documentos e evidências que permitam convicção sobre a realidade ou a veracidade dos fatos ou situações examinadas.

- c) Estratégias de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

A atuação da Auditoria Interna se dá de forma centralizada, na sede da Reitoria em Teresina, não existindo em sua estrutura unidades ou subunidades descentralizadas.

- d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da UPC

A Auditoria Interna do IFPI é composta pela chefia, indicada pelo Magnífico Reitor e demais auditores de carreira. A atuação se dá de forma centralizada, na sede da Reitoria em Teresina, não existindo em sua estrutura unidades ou subunidades descentralizadas. O IFPI possui uma chefe de auditoria e três auditores, todos, como sobredito, lotados na Reitoria da Instituição.

A Auditoria Interna Geral (AUDIN) está diretamente ligada ao seu Conselho Superior, consoante o organograma da Instituição aprovado pelo Colégio Superior, por intermédio da Resolução nº 058/2014, de 23/10/2014.

- e) Informações sobre com se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

Após a realização das atividades de auditoria, os auditores emitem relatórios ao Reitor, Pró-Reitores ou Diretores Gerais, conforme o caso, a fim de cientificá-los das principais constatações e recomendações emitidas. Estes relatórios são encaminhados por meio de memorandos aos responsáveis pelos setores auditados.

No que se refere aos riscos, a Instituição, observando-se um comparativo entre a quantidade de recomendações feitas e implementadas no exercício, tem incorrido, de forma geral, nos riscos de não implementar as recomendações emitidas pela Auditoria Interna, existindo ainda forte resistência de alguns gestores em executá-las. É comum, inclusive, não haver resposta aos questionamentos realizados durante os trabalhos de auditoria ou atraso no envio de documentos e esclarecimentos solicitados pela equipe.

- f) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

Conforme referido, ao término dos trabalhos de cada auditoria são encaminhados os relatórios com os resultados dos exames para que os gestores adotem as providências necessárias à regularização das impropriedades encontradas.

Após o fim dos trabalhos, a Auditoria Interna permanece à disposição dos gestores para esclarecimento de dúvidas ou proposições sempre que necessário. Ademais, os profissionais da AUDIN são convocados, de acordo com cada caso, a participar de reuniões juntamente com os

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

membros da administração superior a fim de tratar de temáticas relativas às fragilidades da Instituição, suscitadas, inclusive, em decorrência de relatórios de auditoria.

- g) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento da estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

No ano de 2017, não houve alterações na estrutura organizacional da Auditoria Interna.

3.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec

Os dados descritos neste subitem são apresentados pela AUDIN. Segundo a Chefe de Auditoria, inicialmente, cabe trazer à tona, no que concerne à determinação contida no Acórdão nº 975/2016/TCU, o fato de que foi aberto pelo IFPI o Processo nº 2312.000621/2016-92, com o objetivo de verificar a sobreposição de jornada de trabalho constatada pelo Tribunal de Contas da União, cuja amostra englobava os bolsistas dos anos de 2013 e 2014.

Impende mencionar que o citado processo não se perfaz em processo administrativo disciplinar, uma vez que não preenche os requisitos da Lei n. 8.112/90.

No que concerne ao acompanhamento do Processo nº 23172.000621/2016-92, disponibilizado pela equipe do Pronatec, reunindo as informações e as providências adotadas para cada servidor apontado pelo TCU durante a execução de sua auditoria, extraiu-se o seguinte resultado: dos 18 servidores listados pelo TCU, 10 (dez) apresentaram proposta de compensação de horários, mas não comprovaram compensação, 01 (um) afirmou que compensou o respectivo horário, mas não o comprovou, 01(um) restituiu o valor da bolsa (GRU), 03 (três) não se manifestaram, 02 (dois) tiveram AR devolvido e 01(um) negou a sobreposição.

Eis o detalhamento da narrada situação no Quadro abaixo.

Quadro 26 - DETALHAMENTO DA SOBREPOSIÇÃO PRONATEC

Nº	Bolsista Pronatec - CPF	Horas Devidas	Situação no processo
1	*****353	16	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.58)
2	*****3320	30:40	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.51)
3	*****2320	07:40	Não foi comunicado - AR devolvida (fl.142)
4	*****326	11	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.140)
5	*****356	26	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.63)
6	*****391	01:52	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.48)
7	*****191	08:40	Sem resposta, teve ciência por AR. (fl.47)
8	*****351	14:10	Sem resposta, teve ciência por AR. (fl.47)
9	*****9353	5	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.49)
10	*****304	49:20	Negou a sobreposição.
11	*****308	05:03	Servidor restituiu bolsa via GRU.
12	*****382	11:00	Não há AR devolvida no processo, foi comunicado por email (fl.122), sem resposta.
13	*****0353	15:20	Não há AR devolvida no processo, nem AR recebida.
14	*****368	25	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.131)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

15	*****391	2	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.141)
16	*****379	2	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.56)
17	*****334	31	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.62)
18	*****372	13	Não apresentou comprovação de compensação assinada pela chefia imediata. (fl.130)

Fonte: AUDIN, 2017.

Inferiu-se que as informações prestadas pelo Pronatec na peça 15, a seguir apresentada, não condizem com a situação verificada pela AUDIN, como demonstrado nos itens 1, 2, 4, 5, 6, 9, 14, 15, 16, 17 e 18. Na maioria dos casos, a compensação não foi comprovada, mas não formalmente atestada pela chefia imediata, perdurando a falha. A Coordenação do Pronatec apresentou a Peça 15, reproduzida no (Quadro 27)

Quadro 27- QUADRO RESPOSTA PRONATEC

Nº	SERVIDOR	CPF	HORAS	SOLUÇÃO	RESPOSTA
1		*****353	16	Compensação apresentada	05/01/17
2		*****3320	30:40:00	Compensação apresentada	03/01/17
3		*****2320	07:40:00		AR devolvido
4		*****326	11	Compensação apresentada	09/03/17
5		*****356	26	Compensação apresentada	06/01/17
6		*****391	01:52	Compensação apresentada	20/12/16
7		*****191	08:40:00		Sem resposta
8		*****351	14:10:00		Sem resposta
9		*****9353	5	Compensação apresentada	27/12/16
10		*****304	49:20:00	Negou a sobreposição	11/01/17
11		*****308	05:03:00	Servidor restituiu bolsa	GRU
12		*****382	11:00:00		AR devolvido
13		*****353	15:20:00		Sem resposta
14		*****368	25	Compensação apresentada	11/01/17
15		*****391	2	Compensação apresentada	06/04/17
16		*****379	2	Compensação apresentada	04/01/17
17		*****334	31	Compensação apresentada	09/01/17
18		*****372	13	Compensação apresentada	11/01/17

Fonte: AUDIN, 2017.

A partir da análise formulada no corpo da constatação em tela, foi possível observar as discrepâncias entre as informações prestadas pelo Pronatec e as averiguações da AUDIN, nos itens abaixo descritos.

Quadro 28 - QUADRO DISCREPÂNCIAS PRONATEC

Nº	CPF	Horas	Solução
1	*****353	16	Compensação apresentada
2	*****3320	30:40	Compensação apresentada
4	*****326	11	Compensação apresentada
5	*****356	26	Compensação apresentada
6	*****391	01:52	Compensação apresentada
9	*****9353	5	Compensação apresentada
14	*****368	25	Compensação apresentada
15	*****391	2	Compensação apresentada
16	*****379	2	Compensação apresentada

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

17	*****334	31	Compensação apresentada
18	*****372	13	Compensação apresentada

Fonte: AUDIN, 2017.

No que concerne aos itens 1, 2, 4, 5, 6, 9, 14, 15, 16, 17 e 18 da tabela, observou-se que não houve solução efetiva para estes servidores bolsistas do Pronatec, posto que no Processo nº 23172.000621/2016-92 não foram apresentadas comprovações de compensações assinadas pela chefia imediata, ou seja, o processo ainda se encontra carente de solução para estes servidores.

Foi visto também, que há servidores que nem tem ciência do processo, e ainda não foi verificado se o servidor constante do item 11 do Quadro exposto na constatação pode ser afastado do processo em comento. Além disso, os servidores dos itens 3, 7, 8, 10, 12 e 13 estão com pendências em relação à sobreposição de horas, em especial o bolsista do item 10, que apresentou contraditório, sem qualquer decisão constante no processo.

Diante deste cenário, a AUDIN recomendou que se procedesse à regularização do processo no que concerne à comprovação da compensação de horas, que só devem ser aceitas com visto da chefia imediata, e que fosse promovida a regularização da situação dos demais bolsistas constantes do processo em epígrafe.

O Tribunal de Contas da União, quando dos trabalhos acima mencionados, determinou à Auditoria Interna do IFPI que acompanhasse o cumprimento das determinações ao IFPI constantes do Acórdão gerado, bem assim, incluísse em seus planos de auditoria, ações de fiscalização com vistas à identificação de outros casos de sobreposição, além daqueles verificados na amostra analisada pelo Tribunal.

Neste sentido, em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço-AUDIN nº 003/2017, de 28/03/2017, foram apresentados pela equipe de auditoria, consubstanciados no Relatório de Auditoria Interna 003/2017, os resultados dos exames efetuados para acompanhar o cumprimento das determinações do Acórdão nº 975/2016-TCU-Plenário, relativas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), no âmbito do Instituto Federal do Piauí.

Para a execução dos trabalhos, foi selecionada uma amostra de 50% (cinquenta por cento) dos bolsistas do Pronatec do IFPI, dos anos de 2015 e 2016, que também são servidores desta instituição, para análise de sobreposição de horários, perfazendo um total de 153 (cento e cinquenta e três) servidores. Foram analisados os horários do total de 111 (cento e onze) servidores, sendo que não obtivemos a documentação de 42 (quarenta e dois) itens da amostra.

A Auditoria Interna, como bem demandou o TCU, comparou os registros da jornada de trabalho regular do profissional no IFPI com os dos serviços prestados ao PRONATEC nos anos de 2015 e 2016, constatando que 31 (trinta e um) servidores que também são bolsistas do respectivo programa sobrepueram o horário regular da instituição com a frequência regular à bolsa formação, aproximadamente 27,9% da quantidade amostral efetivamente auditada.

Apresentam-se a seguir, o resumo dos Quadros de sobreposição, elaboradas durante as análises.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 29– QUADRO RESUMO DE SOBREPOSIÇÃO

IFPI- REITORIA				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****390		
Cargo do IFPI: Assistente em Administração				
Função na Bolsa Formação: Apoio				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		78:04
IFPI- PIRIPIRI				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****387		
Cargo do IFPI: Professora				
Função na Bolsa Formação: Coordenador Adjunto				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		6:36
IFPI- CAMPUS PICOS				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****353		
Cargo do IFPI: Docente				
Função na Bolsa Formação: Apoio				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		1:10
IFPI- CAMPUS CAMPO MAIOR				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****368		
Cargo do IFPI: Docente				
Função na Bolsa Formação: Professor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		38:20
IFPI- CAMPUS PICOS				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****349		
Cargo do IFPI: Docente				
Função na Bolsa Formação: Professor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		4:00
IFPI- CAMPUS PIRIPIRI				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****377		
Cargo do IFPI: Assistente em Administração				
Função na Bolsa Formação: Apoio				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		57:30

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

IFPI- CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****300		
Cargo do IFPI: Pedagogo				
Função na Bolsa Formação: Coordenador- Adjunto				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
			Total:	0:39
IFPI- CAMPUS PICOS				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****387		
Cargo do IFPI: Pedagogo				
Função na Bolsa Formação: Supervisor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
			Total:	9:00
IFPI- CAMPUS PICOS				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****300		
Cargo do IFPI: Docente				
Função na Bolsa Formação: Professor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
			Total:	4:00
IFPI- CAMPUS REITORIA				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****391		
Cargo do IFPI: Assistente em Administração				
Função na Bolsa Formação: Coordenador- Adjunto				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
			Total:	11:00
IFPI- CAMPUS VALENÇA				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****349		
Cargo do IFPI: Técnico em Assuntos Educacionais				
Função na Bolsa Formação: Coordenador Adjunto				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
			Total:	5: 00
IFPI- REITORIA				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****318		
Cargo do IFPI: Analista Tecnologia da Informação				
Função na Bolsa Formação: Coordenador Adjunto				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
			Total:	2:35

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

IFPI- TERESINA CENTRAL				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****318		
Cargo do IFPI: Pedagoga				
Função na Bolsa Formação: Orientador				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		28:00
IFPI- CAMPUS TERESINA ZONA SUL				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****353		
Cargo do IFPI: Assistente em Administração				
Função na Bolsa Formação: Apoio				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		3:00
IFPI- CAMPUS REITORIA				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****309		
Cargo do IFPI: Técnico em Contabilidade				
Função na Bolsa Formação: Apoio				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		22:38
IFPI- CAMPUS REITORIA				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****353		
Cargo do IFPI: Nutricionista				
Função na Bolsa Formação: Supervisor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		10:00
IFPI- CAMPUS REITORIA				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****359		
Cargo do IFPI: Técnico em Contabilidade				
Função na Bolsa Formação: Apoio				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		1:40
IFPI- CAMPUS PICOS				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****349		
Cargo do IFPI: Assistente Social				
Função na Bolsa Formação: Orientador				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		1:00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

IFPI- CAMPUS TERESINA ZONA SUL				
Servidor: ██████████		CPF: *****391		
Cargo do IFPI: Assistente em Administração				
Função na Bolsa Formação: Apoio				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		03:11
IFPI- CAMPUS TERESINA CENTRAL				
Servidor: ██████████		CPF: *****372		
Cargo do IFPI: Assistente em Administração				
Função na Bolsa Formação: Supervisor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		1:30
IFPI- CAMPUS REITORIA				
Servidor: ██████████		CPF: *****328		
Cargo do IFPI: Assistente em Administração				
Função na Bolsa Formação: Coordenador- Adjunto				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		8:00
IFPI- CAMPUS CAMPO MAIOR				
Servidor: ██████████		CPF: *****357		
Cargo do IFPI: Docente				
Função na Bolsa Formação: Coordenador- Adjunto				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		39:20
IFPI- CAMPUS TERESINA CENTRAL				
Servidor: ██████████		CPF: *****341		
Cargo do IFPI: Técnico em Assuntos Educacionais				
Função na Bolsa Formação: Supervisor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		4:00
IFPI- TERESINA CENTRAL				
Servidor: ██████████		CPF: *****349		
Cargo do IFPI: Auxiliar de Biblioteca				
Função na Bolsa Formação: Apoio				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		80:00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

IFPI- CAMPUS PARNAIBA				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****304		
Cargo do IFPI: Pedagogo				
Função na Bolsa Formação: Supervisor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		9:12
IFPI- CAMPUS PICOS				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****350		
Cargo do IFPI: Docente				
Função na Bolsa Formação: Professor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		32:00
IFPI- CAMPUS COCAL				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****307		
Cargo do IFPI: Assistente Social				
Função na Bolsa Formação: Coordenador-Adjunto				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		21:50
IFPI- CAMPUS TERESINA ZONA SUL				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****334		
Cargo do IFPI: Técnico em Assuntos Educacionais				
Função na Bolsa Formação: Coordenador-Adjunto				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		21:00
IFPI- CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****308		
Cargo do IFPI: Analista Tecnologia da Informação				
Função na Bolsa Formação: Professor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		1:59
IFPI- CAMPUS PARNAÍBA				
Servidor: [REDACTED]		CPF: *****449		
Cargo do IFPI: Professor				
Função na Bolsa Formação: Professor				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		0:50

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

IFPI- TERESINA CENTRAL				
Servidor: ██████████		CPF:*****372		
Cargo do IFPI: Assistente de alunos				
Função na Bolsa Formação: Coordenador - Adjunto				
MÊS	DATA	Frequências com Sobreposição		Horas Sobrepostas
		Servidor	Bolsista	
		Total:		110:00

Fonte: AUDIN, 2017.

Em face dos resultados supra demonstrados, a Auditoria Interna recomendou ao IFPI que ponha em prática o entendimento do TCU constante do Relatório de Auditoria TC 025.128/2015-9, posto serem aquelas recomendações também aplicáveis à sobreposição de horários dos 31 (trinta e um) servidores bolsistas acima constatados, quais sejam: aprofundar a apuração dos casos de sobreposições entre a jornada regular de profissional do Instituto Federal e o período dedicado a atividades no âmbito do Pronatec Bolsa Formação, com vistas ao ressarcimento dos valores recebidos indevidamente, garantindo aos interessados o direito ao contraditório e à ampla defesa; e adotar, sob pena de responsabilidade, as providências cabíveis para a cessação da prática de sobreposição indevida, bem assim que as jornadas registradas, adequadas aos parâmetros legais, tanto no IFPI como no Pronatec, sejam efetivamente cumpridas.

Fez-se pertinente sugerir, ainda, o que segue, recomendações genericamente aplicáveis àqueles setores envolvidos na esfera do PRONATEC: buscar uniformizar os processos e procedimentos, estabelecendo em todas as Unidades a sistemática padronizada de ações de controle de horários; aprimorar os controles internos com a finalidade de evitar sobreposição de horários no desenvolvimento das atividades do Pronatec com as horas dedicadas à carga horária regular, com a implantação de sistema informatizado; atribuir ao Coordenador Adjunto nos Campi a responsabilidade pela verificação da compatibilidade entre a carga horária regular com a jornada dedicada às atividades do Pronatec, conforme responsabilidade transcrita no item j, Inciso II, Art. 13, da Lei 12.513/11; acompanhar as manifestações dos 06 servidores pendentes de regularização nas sobreposições de carga horária, solicitando as providências cabíveis, anexando os documentos comprobatórios ao processo correspondente.

Na fase de monitoramento de atendimento às recomendações proferidas, foi encaminhada a SA nº 013/2017, que no ITEM 1, letra c, requisitou à Coordenação do PRONATEC a disponibilização das informações que iriam figurar no relatório de gestão 2016/IFPI, relativas às medidas adotadas para apurar as irregularidades apontadas pelo TCU, conforme determinado no item 1.8 do Acórdão nº 975/2016- TCU- Plenário, de 27/04/2016.

Em resposta ao questionamento, foi encaminhado pela Controladoria Interna o Memorando nº 028/2017- CONINT, de 07/03/2017, que assim se manifestou:

“As medidas estão sendo adotadas através do Processo nº23172.000621/2016-92. Onde os servidores estão sendo (foram) solicitados no sentido de ressarcirem os valores recebidos ou compensarem a jornada de trabalho, no prazo de 10 (dez) dias úteis”.

Já na etapa de acompanhamento da implementação das recomendações propostas no Relatório de Auditoria Interna nº 003/2017, a Coordenação-Geral do PRONATEC encaminhou o Memorando nº08/18/PRONATEC, de 26.01.2018, em resposta à SA nº 002/2018, de 22/01/2018, cujo teor encontra-se reproduzido abaixo.

RECOMENDAÇÃO:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Que se proceda à regularização do processo no que concerne à comprovação da compensação de horas, que só devem ser aceitas com visto da chefia imediata, e que seja promovida a regularização da situação dos demais bolsistas constantes do processo em epígrafe.

RESPOSTA DO PRONATEC

Todos os servidores que figuram na peça 15 foram notificados através de aviso de recebimento (AR). A Coordenação Geral do Pronatec notificará mais uma vez aqueles que ainda não apresentaram justificativas, para exercício do contraditório e ampla defesa, além de solicitar a folha de ponto dos servidores que propuseram compensação de jornada, com o devido atesto dos chefes imediatos.

RECOMENDAÇÃO:

Que se proceda a uma organização mais eficiente, a fim de encerrar respectivo processo administrativo, cujo atraso remete à procrastinação desta Instituição.

RESPOSTA DO PRONATEC

A Coordenação Adjunta, responsável pela tramitação do processo 23172.000621/2016-92, apensará ao referido processo todas as solicitações, respostas e expedientes referentes ao objeto desta demanda. Apesar do lapso temporal para conclusão dos trabalhos da recomendação 00/2017, pela Coordenação Geral, não há procrastinação, mas sim variáveis externas que impediram a sua conclusão, contudo, ações são implementadas para cumprimento pleno das determinações do acórdão 875/Plenário/TCU.

RECOMENDAÇÃO:

Que se ponha em prática o entendimento TCU constante do Relatório de Auditoria TC 025.128/2015-9, posto serem aquelas recomendações também aplicáveis à sobreposição de horários dos 31 (trinta e um) servidores bolsistas acima constatados.

RESPOSTA DO PRONATEC

Todos os editais realizados pela Coordenação Geral do Pronatec vão ao encontro das recomendações do Tribunal de contas da União, alguns deles até citam o referido acórdão em seu texto. Apesar disso, há divergência de interpretação da Resolução 13/2013 que veda a concomitância da Bolsa Pronatec nas funções de coordenador, supervisor e orientador por servidores titulares de FG e CD, sem contudo, vedar tal cumulatividade para bolsas de apoio e professor. No edital nº 28/2017, um recurso administrativo de servidor do IFPI sobre tal compatibilidade, á luz do decreto 1590/95, resultou na autuação do processo nº 23172.001175/2017-14. Tendo em vista a incompetência da Coordenação Geral do Pronatec para aplicar entendimento legal não previsto em norma institucional, uma vez que o servidor obteve aval da chefia imediata ou da Diretoria de Gestão de Pessoas para atuar como bolsista do Pronatec sem prejuízos às atividades do setor. Outra dificuldade institucional que impede o controle da jornada de trabalho do servidor é a ausência do controle eletrônico de frequências na instituição, somando-se a isso, os diversos programas e bolsas existentes, onde por vezes, o mesmo servidor acumula funções (Pronatec, Mediotec, Parfor, Pibid, etc).

RECOMENDAÇÃO:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Buscar uniformizar os processos e procedimentos, estabelecendo em todas as Unidades a sistemática padronizada de ações de controle de horários.

RESPOSTA DO PRONATEC

Com o SISPRONATEC, os procedimentos de seleção e controle de horário dos professores (limitados a 16h semanais) é realizado a priori, sendo criticado pelo próprio sistema, vedando ultrapassar o limite legal, independentemente, do local de prestação de serviços. Para a equipe administrativa (apoio, supervisor e orientador) foi desenvolvido sistema de ponto eletrônico, porém sua implementação foi desestimulada pela ausência de controle eletrônico na instituição e pela polarização das escolas. Atualmente, as aulas do Pronatec não são ministradas nas dependências do IFPI. O controle de frequência dos servidores/ bolsistas é realizado através de preenchimento da folha de atividades em sistema próprio e o pagamento realizado após apresentação da folha de frequência da lotação.

RECOMENDAÇÃO:

Aprimorar os controles internos com a finalidade de evitar sobreposição de horários no desenvolvimento das atividades do Pronatec com as horas dedicadas à carga horária regular, com a implantação de sistema informatizado.

RESPOSTA DO PRONATEC

Aguardamos manifestação do Gabinete, Projur e Controladoria Interna no Processo 23172.001175/2017-14 para mudanças nos controles internos de frequência, tendo em vista que formalmente todos os requisitos exigidos e respaldados pela resolução 1/2013 estão sendo observados.

RECOMENDAÇÃO:

Atribuir ao Coordenador Adjunto nos Campi o controle pela verificação da compatibilidade entre a carga horária regular com a jornada dedicada às atividades do Pronatec, conforme responsabilidade transcrita no item j, Inciso II, Art. 13, da Lei 12.513/11.

RESPOSTA DO PRONATEC

A Coordenação Geral do Pronatec formalizará a atribuição dos coordenadores adjuntos nos Campi Parnaíba e Teresina Central, por serem os únicos em atividade atualmente, a responsabilidade pela conferência da compatibilidade entre a carga horária regular com a jornada dedicada ao Pronatec.

RECOMENDAÇÃO:

Acompanhar as manifestações dos 06 servidores pendentes de regularização nas sobreposições de carga horária, solicitando as providências cabíveis, anexando os documentos comprobatórios ao processo em epígrafe.

RESPOSTA DO PRONATEC

As manifestações pendentes de regularização serão reiteradas e todos os documentos apensados aos autos e o processo remetido à Auditoria Interna.

Em vista, portanto, da análise procedida na situação em que se encontra o atendimento das determinações do TCU e das recomendações proferidas pela Auditoria Interna, é possível observar

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

que as falhas e irregularidades apontadas perduram-se na condução das atividades e nos controles internos do PRONATEC.

Não foram implementadas em completude as recomendações daquele Órgão, a exemplo do processo administrativo aberto pelo IFPI que versa sobre a sobreposição de horas dos bolsistas do Pronatec, que ainda não logrou o êxito de seu término, posto que ainda se perpetua no tempo, bem assim, a exemplo do efetivo controle de frequência dos bolsistas colaboradores do Pronatec, o que, inclusive, prejudicou demasiadamente o andamento desta ação de auditoria.

O expressivo percentual de sobreposição verificado na amostra auditada evidenciou a fragilidade dos controles relacionados adotados pelo IFPI. É notória a ausência de controle efetivo da sobreposição da jornada regular do IFPI com a do PRONATEC.

Importante evidenciar, por fim, que as informações aqui reunidas, foram encaminhadas à alta gestão, por meio do relatório de auditoria correspondente, tendo sido assim, dado a ela ciência da situação em que se encontra a questão relacionada à sobreposição de jornada no âmbito do PRONATEC, cumprindo o nosso dever funcional de acompanhar e sugerir as melhorias na gestão do Programa.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Esta UPC possui em sua estrutura organizacional a unidade de Controladoria Interna, composta pelos seguintes órgãos: Corregedoria Geral, Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), nos termos da Resolução do Conselho Superior nº 58, de 23 de outubro de 2014.

Os processos instaurados na Instituição, nas modalidades de sindicância e processos disciplinares, são executados por comissões designadas para cada finalidade específica.

No ano de 2017 a Controladoria desenvolveu as atividades constantes no Quadro a seguir.

Quadro 30 – TIPO DE PROCEDIMENTO

Discriminação	Quantidade
Processo Administrativo Disciplinar	06
Termo de Ajuste de Conduta - TAC	06
Acumulação	04
Parecer Técnico	11
Demanda Ouvidoria / e-SIC	269

Fonte: CONTROLADORIA, 2017.

Quanto ao fluxo dos trabalhos, o mesmo se processa da seguinte forma:

- A representação e/ou denúncia é dirigida à autoridade instauradora desta instituição, Magnífico Reitor, que remete para Controladoria/Corregedoria para análise e manifestação;
- Ato contínuo, a Corregedoria analisa a plausibilidade para, só então, emitir um parecer no sentido de instaurar ou não medidas correcionais;
- No entendimento pela instauração, cabe ao Magnífico Reitor instaurar o processo administrativo, encaminhando à corregedoria para entrar em contato com os membros da comissão a fim de instalar o processo e dar-lhe seguimento;
- Concluso, o processo pela comissão, remete-se os autos ao Reitor para fase final, que é o julgamento.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3.4 Gestão de riscos e controles internos

Segundo a Controladoria do IFPI foram realizadas visitas técnicas em 04 (quatro) campi, com vista a testar o controle interno nas seguintes áreas: administração e ensino. O fruto dessas visitas foram orientações relativas a penalidades nos contratos administrativos (procedimentos) e a cumprimento dos dias letivos, frequência dos servidores, orientação quanto ao desconto de faltas, reposição das aulas, frequência dos docentes no atendimento extraclasse.

Vale ressaltar que outras atividades foram desempenhas pela pelos servidores que fazem a Controladoria Interna, principalmente no monitoramento e acompanhamento das demandas solicitadas, manifestações acerta de procedimentos administrativos nas áreas administrativas e de ensino, como também no assessoramento e apoio as Comissões de PAD e Sindicância.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Nesta Seção a UPC apresenta dados relacionados a áreas especiais de gestão e demais itens, relacionada gestão de pessoas, gestão de patrimônio e da infraestrutura, gestão da tecnologia da informação, gestão ambiental e sustentabilidade.

4.1 Gestão de pessoas

Este item destaca informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UPC, que será subdividido em cinco subitens, conforme descrição a seguir.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho do IFPI é composta por servidores efetivos ocupantes dos cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Técnico-Administrativos em Educação e Professores Substitutos, conforme descrição no Quadro 31.

Quadro 31– FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	4	2.139	138	38
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4	2.139	138	38
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	NÃO HÁ	2135	138	38
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	0	0
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	NÃO HÁ	137	69	88
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4.Total de Servidores (1+2+3)	4	2.276	207	126

Fonte: DIGEP, 2017.

A referida força de trabalho é distribuída entre os *Campi* de acordo com a necessidade e avaliação das turmas, carga horária de cada disciplina e quantitativo de professores, no caso de docentes e no caso dos Técnico-Administrativos, de acordo com as competências e ambientes organizacionais, apesar de haver a necessidade de se feito o mapeamento de competências na Instituição. A relação entre professores efetivos e temporários é feita obedecendo-se o percentual de 20% para as contratações temporárias.

A distribuição da lotação efetiva do IFPI está descrita no Quadro 32

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 32– DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	950	1185
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	9	128
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	963	1.313

Fonte: DIGEP, 2017.

O estudo quanto à distribuição de pessoal é feito de acordo com as vagas existentes e a necessidade de cada Campus.

O detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do IFPI, segue a descrição do Quadro 33.

Quadro 33– DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	106	106	52	24
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	106	106	52	24
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	106	106	52	24
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	451	398	162	122
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	451	398	162	122
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	557	504	214	146

Fonte: DIGEP, 2017.

Outro ponto a destacar é a importância, incentivo e a disponibilidade do IFPI em autorizar a qualificação dos servidores a nível de especialização, mestrado e doutorado, observando-se o disposto na Lei nº 8.112/90 e Lei nº 12.772/2012.

Quanto à política de capacitação, este IFPI tem elaborado e executado, na medida do

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

possível, tendo em vista as limitações orçamentárias, o Plano Anual de Capacitação, bem com trabalho em parceria entre Diretoria de Gestão de Pessoas e Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação no que diz respeito à oferta de Mestrado e Doutorado.

A força de trabalho existente no Instituto Federal do Piauí tem crescido e atendido as necessidades dos *Campi*, totalmente quanto ao cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e parcialmente em relação aos cargos da carreira de Técnico-Administrativo em Educação, tendo em vista que existe a necessidade de técnico-administrativos em alguns dos *Campi* e o IFPI não tem como prover seja por falta de códigos de vaga já existentes na Instituição ou por indisponibilidade desses cargos no MEC para redistribuir para a Instituição.

A quantidade de servidores tem sido suficiente para o bom desempenho da atividade fim da instituição. Quanto às funções gratificadas e cargos de direção, existem Campus necessitando de ajustes no quantitativo e distribuição das funções/cargos já existentes nesses IFPI.

As aposentadorias não estão impactando diretamente no desempenho da Instituição pois até o momento foi feita a devida reposição da força de trabalho. A partir do ano de 2018 deverá ser observado o disposto na Portaria Interministerial nº 109/2017.

Quanto aos afastamentos, estes estão sendo administrados de forma que os servidores possam se qualificar, com a contratação de Professores substitutos no caso de docentes e no caso de técnicos, o trabalho é distribuído com os demais servidores da área.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

As despesas com pessoal são direcionadas e controladas de acordo com a disponibilidade orçamentária deste IFPI, observados o limite do Banco de Professor Equivalente e Quadro de Referência dos Técnico-Administrativos em Educação.

A descrição das despesas de pessoal no exercício 2017 está descritas no Quadro 34.

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Ao definirmos nossos objetivos, várias coisas ocorrem que podem impedir o alcance desses objetivos. A gestão de riscos é uma ferramenta para gerenciar esses riscos e permitir que a organização tenha mais chance de atingir seus objetivos. O setor público tem vários desafios nessa área, pois quando é estabelecido um objetivo, as circunstâncias mudam, os dirigentes mudam, o orçamento disponível muda, a quantidade alocada de pessoal muda e, depois de um tempo, aquele objetivo já não é mais cumprido. A gestão de riscos vem para suprir essa carência, dando mais previsibilidade ao atingimento dos objetivos estratégicos.

A Gestão de Pessoas entra como fator essencial para que a Instituição atinja seus objetivos: educação pública de qualidade. Dessa forma: “Ter pessoas capacitadas, motivadas e que, além disso, acreditem na missão e no propósito da organização é fundamental para o sucesso. A Governança Pública precisa olhar para a gestão de pessoas com muita atenção, pois manter os servidores com esse grau de engajamento é necessário para conduzir bem a organização ao sucesso. A influência da liderança sobre as pessoas, a ética e a cultura organizacional são fatores importantíssimos que a Governança precisa estar atenta e, portanto, direcionar a gestão de pessoas da melhor forma”.

Conclui-se que uma boa gestão de pessoas é fundamental para a gestão de riscos.

Para gerenciar esses riscos deverá haver uma avaliação de desempenho eficaz, procurando

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

evitar que os esforços da instituição não resultem em bons resultados para a sociedade.

Este IFPI tem procurado acompanhar o desenvolvimento do quadro de pessoal, procurando avaliar o desempenho e adequando a demanda de trabalho à realidade do IFPI e de cada unidade organizacional.

Em relação ao controle e fiscalização de acumulação de cargos, o IFPI adotou a prática de solicitar que os servidores informem ao IFPI sobre a existência ou não de acumulação de cargos, através de preenchimento de formulário próprio em sistema específico da instituição, onde o módulo de controle de acumulação de cargos é aberto anualmente e solicitado aos servidores, em caráter obrigatório, que haja o devido preenchimento.

O principal risco observado na área de gestão de pessoas foi a publicação da Portaria Interministerial 109/2017 que condiciona novas nomeações bem como reposição de servidores em decorrência de vacâncias decorrentes das mais variadas causas, ao planejamento orçamentário para exercício subsequente.

Os indicadores de gestão de pessoas podem ser extraídos a qualquer momento do Sistema SIAPE.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 34 – DESPESAS COM PESSOAL

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	X										
	X-1										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	X	113.689.023,37	7.686.973,34	17.421.133,74	8.524.323,63	13.474.156,02	5.259.818,93		2.052.870,02		168.108.299,05
	X-1	99.236.608,41	7.091.984,72	15.014.829,94	7.187.853,75	13.087.901,26	4.998.297,45		165.172,02		146.782.647,55
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	X										
	X-1										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	X										
	X-1										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	X	362.925,22	0,00	41.285,74	11.811,97	42.242,00	10.994,34		0,00		469.259,27
	X-1	494.812,07	0,00	74.661,27	12.848,41	50.203,50	11.766,84		0,00		644.292,09
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	X	5.431.768,48	0,00	361.112,33	157.985,99	841.260,99	0,00		0,00		6.792.127,79
	X-1	4.107.974,62	0,00	299.264,17	86.646,23	837.167,70	0,00		0,00		5.331.052,72

X=exercício de referência do relatório de gestão. Fonte: DIGEP, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Neste subitem a UPC retrata as informações sobre a terceirização de mão de obra, referentes a contratos de prestação de serviços e sobre a locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão. O IFPI possui os seguintes objetos dos contratos:

Os dados estão discriminados por Unidade Gestora (UG), nos quadros a seguir:

- a) Reitoria;
- b) Reitoria/Unidades sem UG, que ficam sob responsabilidade da Reitoria (Campus Avançado Dirceu, José de Freitas e Pio IX);
- c) Angical;
- d) Campo Maior;
- e) Cocal;
- f) Corrente;
- g) Floriano;
- h) Oeiras;
- i) Parnaíba;
- j) Paulistana;
- k) Pedro II;
- l) Picos;
- m) Piripiri;
- n) São João do Piauí;
- o) São Raimundo Nonato;
- p) Teresina Central;
- q) Teresina Zona Sul;
- r) Uruçuí;
- s) Valença do Piauí.

Informamos que não há terceirização de cargos em atividades inerentes às categorias funcionais do plano de cargos da UPC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 35– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – REITORIA						
UG/Gestão: 158146/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	30/11/2018	Nível médio completo	P
2015	Vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Nível médio completo	E
2015	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	23/11/2015	23/11/2018	Nível fundamental completo	P
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	10/12/2016	10/12/2018	Nível fundamental completo	P
2016	Copeiragem	10.427.965/0001-19	14/11/2016	14/11/2018	Nível fundamental completo	P
2017	Vigilância	10.674.819/0001-98	07/10/2017	07/10/2018	Nível médio completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 36– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA /DIRCEU

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – DIRCEU						
UG/Gestão: 158146/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Vigilância	10.674.819/0001-98	08/12/2016	08/12/2017	Nível médio completo	E
2016	Limpeza e conservação	04.365.758/0001-84	22/09/2016	21/03/2017	Nível Fundamental Completo	E
2017	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	22/03/2017	22/03/2018	Nível fundamental completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Nota explicativa: O serviço de vigilância do Campus Avançado do Dirceu, no exercício 2017, ficou de responsabilidade do Campus Teresina-Central.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 37– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA /JOSÉ DE FREITAS

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS JOSÉ DE FREITAS						
UG/Gestão: 158146/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Nível Médio Completo	E
2015	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	20/10/2015	20/10/2018	Nível Fundamental Completo	P

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Nota explicativa: O serviço de vigilância do Campus Avançado José de Freitas, no exercício 2017 ficou de responsabilidade do Campus Teresina-Central.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 38– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA /PIO IX

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PIO IX						
UG/Gestão: 158146/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Nível Médio Completo	E
2016	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	20/10/2016	20/10/2018	Nível Fundamental completo	P
2017	Vigilância	10.674.819/0001-98	07/10/2017	07/10/2018	Nível Médio Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 39– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG ANGICAL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS ANGICAL						
UG/Gestão: 158358/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Ensino Médio Completo	E
2015	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	01/02/2016	31/01/2019	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Cozinha	11.895.759/0001-04	04/01/2016	03/01/2019	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Limpeza e conservação	04.365.758/0001-84	03/10/2016	02/10/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	05/12/2016	05/12/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2017	Vigilância	12.062.071/0001-06	06/10/2017	06/10/2018	Ensino Médio Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 40– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CAMPO MAIOR

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS CAMPO MAIOR						
UG/Gestão: 155207/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	30/11/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Cozinha	10.427.965/0001-19	11/11/2016	11/11/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Vigilância	10.674.819/0001-98	02/11/2016	02/11/2018	Ensino médio Completo	P
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	26/12/2016	26/12/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Limpeza e conservação	132.301.24/0001-05	03/11/2016	03/11/2018	Ensino médio Completo	P

Fonte: Departamento de Administração de Campo Maior, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 41– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG COCAL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI – CAMPUS COCAL						
UG/Gestão: 155214/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Cozinha	11.895.759/0001-04	17/11/15	17/11/18	Ensino fundamental	P
2015	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/15	30/11/18	Ensino fundamental	P
2016	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	30/10/16	30/10/18	Ensino fundamental	P
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	29/12/16	29/12/18	Ensino fundamental	P
2017	Vigilância	10.674.819/0001-98	30/10/17	30/10/18	Ensino fundamental	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 42– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CORRENTE

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS CORRENTE						
UG/Gestão: 158362/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2017	Ensino médio completo	E
2015	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	04/01/2016	03 /01/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2015	Cozinha	07.488.933/0001-19	04/01/2016	03/01/2017	Ensino fundamental incompleto	E
2015	Condução de veículos	09.019.150/0001-11	01/02/2016	31/01/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	05/12/2016	05/12/2017	Ensino fundamental incompleto	A
2017	Cozinha	10.427.965/0001-19	04/01/2017	04/01/2018	Ensino fundamental incompleto	A
2017	Vigilância	08.644.690/0001-23	06/10/2017	06/10/2018	Ensino médio completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 43– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG FLORIANO

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS FLORIANO						
UG/Gestão: 158355/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza e conservação	132.301.24/0001-05	21/12/2015	21/12/2017	Sem exigência	E
2017	Limpeza e conservação	043.657.58/0001-20	22/12/2017	21/12/2018	Sem exigência	A
2013	Cozinha	13.362.720/0001-49	02/05/2013	21/03/2017	Ensino médio completo	E
2017	Cozinha	10.427.965/0001-19	22/03/2017	21/03/2018	Ensino médio completo	A
2015	Vigilância	14.151.949/0001-05	18/11/2015	18/11/2018	Ensino médio completo	P
2017	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	16/01/2017	15/01/2018	Ensino médio completo	E
2017	Manutenção predial	19.152.814/0001-70	02/10/2017	02/10/2018	Ensino médio completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 44– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG OEIRAS

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS OEIRAS						
UG/Gestão: 154701/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2017	30/11/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Vigilância	08.644.690/0001-23	04/03/2017	04/03/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Cozinha	09.019.150/0001-11	14/09/2017	14/09/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	04/12/2016	03/12/2017	Ensino fundamental completo	E
2017	Limpeza e conservação	13.230.214/0001-05	26/03/2017	26/03/2018	Ensino fundamental completo	A
2017	Manutenção predial	04.365.758/0001-84	04/12/2017	04/12/2017	Ensino fundamental completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 45– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PARNAÍBA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PARNAÍBA						
UG/Gestão: 158357/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Vigilância	10.674.819/0001-98	07/07/2012	31/05/2017	Ensino Fundamental Completo	E
2014	Cozinha	07.194.788/0001-63	21/01/2014	21/01/2019	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Condução de veículos	09.019.150/0001-11	21/01/2014	20/01/2019	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Limpeza e conservação	12.193.181/0001-07	14/03/2014	13/03/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Manutenção predial	15.150.504/0001-65	01/08/2015	31/07/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2017	Vigilância	10.674.819/0001-98	01/06/2017	01/06/2018	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda: Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 46– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PAULISTANA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PAULISTANA						
UG/Gestão: 158359/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	01/02/2016	31/01/2018	Ensino médio completo	P
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	17/11/2016	17/11/2018	Ensino médio completo	P
2016	Cozinha	10.427.965/0001-19	24/11/2016	24/11/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limpeza e conservação	09.172.237/0001-24	05/02/2016	05/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2017	Vigilância	08.644.690/0001-23	07/10/2017	07/10/2018	Ensino médio completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 47– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PEDRO II

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PEDRO II						
UG/Gestão: 154705/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
04/2015	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	30/11/2018	Ensino médio completo	P
04/2016	Cozinha	10.427.965/0001-19	17/11/2016	17/11/2018	Ensino fundamental completo	P
02/2017	Vigilância	10.674.819/0001-98	04/03/2016	04/03/2018	Ensino médio completo	A
01/2017	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	01/02/2017	01/02/2019	Ensino médio completo	P
02/2017	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	15/03/2017	15/03/2019	Ensino fundamental completo	P

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 48– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PICOS

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PICOS						
UG/Gestão: 158356/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Reprografia	07.507.989/0001-73	18/10/2012	17/10/2017	Ensino Médio	E
2015	Vigilância	08.644.690/0001-23	07/10/2015	06/10/2018	Ensino Fundamental	P
2015	Cozinha	03.909.976/0001-70	04/01/2016	03/01/2017	Ensino Fundamental	E
2015	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	19/01/2016	19/01/2018	Ensino Fundamental	E
2016	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	07/10/2016	05/04/2017	Ensino Fundamental	E
2016	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	06/04/2017	15/12/2017	Ensino Fundamental	E
2017	Cozinha	10.427.965/0001-19	25/01/2017	15/12/2017	Ensino Fundamental	E
2017	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	06/02/2017	15/12/2017	Ensino Fundamental	E
2017	Cozinha	09.508.282/0001-07	16/12/2017	16/12/2018	Ensino Fundamental	A
2017	Limpeza e conservação	04.365.758/0001-84	16/12/2017	16/12/2018	Ensino Fundamental	A
2017	Manutenção predial	04.365.758/0001-84	16/12/2017	16/12/2018	Ensino Fundamental	A
2017	Reprografia	07.507.989/0001-73	18/10/2017	18/10/2018	Não se aplica	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 49– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PIRIPIRI

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PIRIPIRI						
UG/Gestão: 158360/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Reprografia	07.507.989/0001-73	31/07/2013	31/07/2018	Ensino Médio Completo	P
2015	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	01/02/2018	01/02/2019	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Cozinha	11.895.759/0001-04	04/01/2018	04/01/2019	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	03/01/2017	02/01/2018	Ensino Fundamental Completo	E
2016	Vigilância	10.674.819/0001-98	31/09/2018	31/09/2019	Ensino Médio Completo	A
2017	Manutenção predial	04.365.758/0001-84	03/01/2018	03/01/2019	Curso Técnico Completo	A
2017	Limpeza e conservação	04.365.758/0001-84	03/01/2018	03/01/2019	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 50– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ						
UG/Gestão: 154704/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço condução veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	30/11/2018	Ensino Médio Completo	P
2016	Serviço de limpeza e conservação	07.767.949/0001-60	23/09/2016	22/09/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Serviço de vigilância	08.644.690/0002-04	04/03/2017	03/03/2018	Ensino Médio Completo	P
2016	Serviços de cozinha	10.427.965/0001-19	04/12/2016	04/12/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2016	Serviço de manutenção predial	09.019.150/0001-11	04/12/2016	04/12/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2017	Reprografia	00.193.738/0001-12	01.11.2018	01.11.2018	Não informado	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 51– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO RAIMUNDO NONATO

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO						
UG/Gestão: 158361/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	02/2016	01/2018	Ensino Médio Completo	E
2016	Cozinha	11.895.759/0001-04	01/2016	01/2018	Ensino Fundamental	E
2016	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	01/2016	01/2019	Ensino Fundamental	P
2015	Vigilância	14.151.949/0001-05	10/2015	10/2018	Ensino Médio Completo	P
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	12/2016	11/2017	Ensino Médio Completo	E
2017	Manutenção predial	04.365.758/0001-84	11/2017	12/2018	Ensino Médio Completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 52– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA-CENTRAL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS TERESINA CENTRAL						
UG/Gestão: 158353/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Manutenção predial	06.234.467/0001-82	17/06/2014	16/06/2015	Nível médio/Técnico	P
2015	Ascensoristas	05.365.957/0001-55	01/12/2015	30/11/2016	Nível médio	P
2016	Cozinha	05.365.957/0001-55	20/05/2016	19/05/2017	Nível fundamental	P
2016	Copeiragem	08.573.956/0001-94	20/05/2016	19/05/2017	Nível fundamental	P
2016	Vigilância	12.062.071/0001-06	01/07/2016	30/06/2017	Nível médio	E
2016	Limpeza	19.152.814/0001-70	30/11/2016	29/11/2017	Nível fundamental	P
2017	Vigilância	21.088.004/0001-43	01/07/2017	31/12/2017	Nível médio	P
2017	Vigilância José de Freitas	08.644.690/0001-23	02/10/2017	01/10/2018	Nível médio	A
2017	Vigilância Dirceu Arcoverde	12.062.071/0001-06	09/12/2017	08/12/2018	Nível Médio	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 53– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA ZONA SUL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS TERESINA ZONA SUL						
UG/Gestão: 158354/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Vigilância	05.522.602/0001-22	10/12/2013	10/12/2017	Ensino Médio	E
2013	Limpeza e conservação	12.193.181/0001-07	22/11/2013	22/11/2017	Ensino Fundamental	E
2014	Reprografia	08.353.461/0001-50	04/08/2014	03/08/2018	Ensino Médio	P
2014	Cozinha	06.234.467/0001-82	25/09/2014	24/09/2018	Ensino Fundamental	P
2015	Manutenção predial	10.013.974/0001-63	02/02/2015	01/02/2019	Ensino Fundamental	P
2015	Condução de veículo	13.362.720/0001-49	16/03/2015	31/10/2017	Ensino Médio	E
2017	Condução de veículos	09.166.965/0001-23	01/11/2017	01/11/2018	Ensino Médio	A
2017	Limpeza e conservação	13.224.659/0001-73	23/11/2017	23/11/2018	Ensino Fundamental	A
2017	Vigilância	10.674.819/0001-98	11/12/2017	11/12/2018	Ensino Médio	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 54– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG URUÇUÍ

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS URUÇUÍ						
UG/Gestão: 158363/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância	05.522.602/0001-22	09/10/2016	09/10/2017	Ensino Médio Completo	E
2015	Limpeza e conservação	13.230.124/0001-05	20/10/2017	20/10/2018	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Condução veículos	11.895.759/0001-04	29/11/2016	29/11/2018	Ensino Médio Completo	P
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	18/11/2017	18/11/2018	Ensino Médio Completo	P
2016	Cozinha	09.019.150/0001-11	15/09/2107	15/09/2018	Ensino Médio Completo	P
2017	Vigilância	08.644.690/0001-23	10/10/2017	10/10/2018	Ensino Médio Completo	A
2017	Outsourcing de Impressão – Reprog.	05.307.143/0001-64	21/11/2017	21/11/2018	Não se aplica	A
2017	Outsourcing de Impressão – Reprog.	18.114.016/0001-90	24/01/2017	30/10/2017	Não se aplica	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 55– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG VALENÇA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS VALENÇA						
UG/Gestão: 155199/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Condução de veículos	11.895.759/0001-04	11/2015	11/2018	Ensino médio completo	P
2016	Manutenção predial	09.019.150/0001-11	11/2016	11/2018	Ensino médio completo	P
2016	Limpeza e conservação	06.234.467/0001-82	11/2016	11/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Cozinha	10.427.965/0001-19	12/2016	12/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Vigilância	10.674.819/0001-98	03/2017	03/2018	Ensino médio completo	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria, 2017.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quanto à contratação de estagiários, a UPC no ano de 2017, conforme dados da Pró-Reitoria de Extensão, movimentou despesas conforme Quadro a seguir.

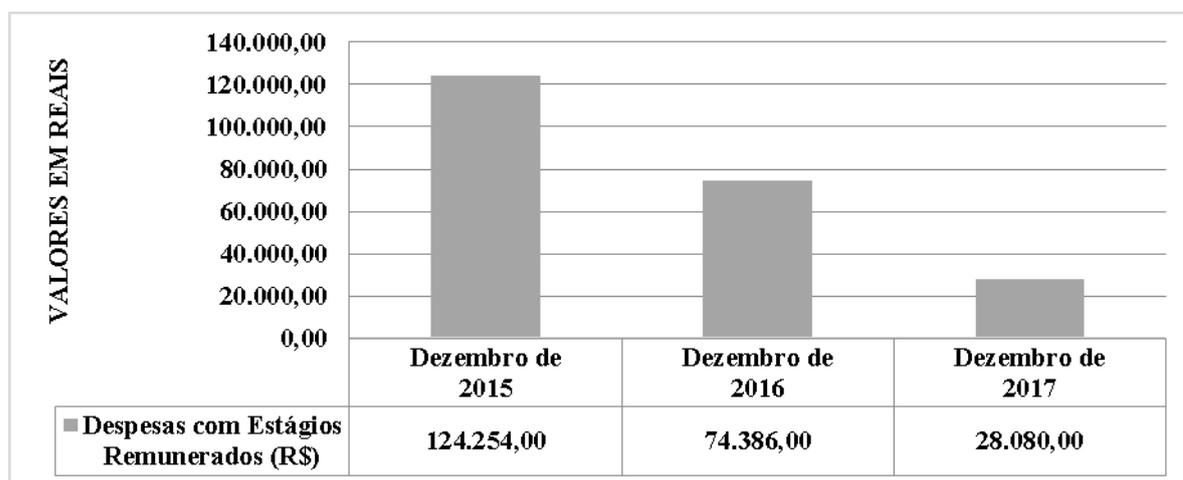
Quadro 56– DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO NO ANO DE 2017

Dezembro de 2015	Dezembro de 2016	Dezembro de 2017
R\$ 124.254,00	R\$ 74.386,00	R\$ 28.080,00

Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX, 2017.

A evolução das despesas em 2017 é retratada na Figura a seguir. Vale ressaltar que no decorrer do ano, ocorreram várias movimentações de rescisões e consequentes substituições, por meio novas seleções.

Figura 5– EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO EM 2017



*No decorrer do processo há inúmeras rescisões e consequentes seleções.

**Valores aproximados.

Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX, 2017.

A evolução do quantitativo de estagiários está descrita no Quadro a seguir e a evolução por nível de escolaridade na Figura a seguir.

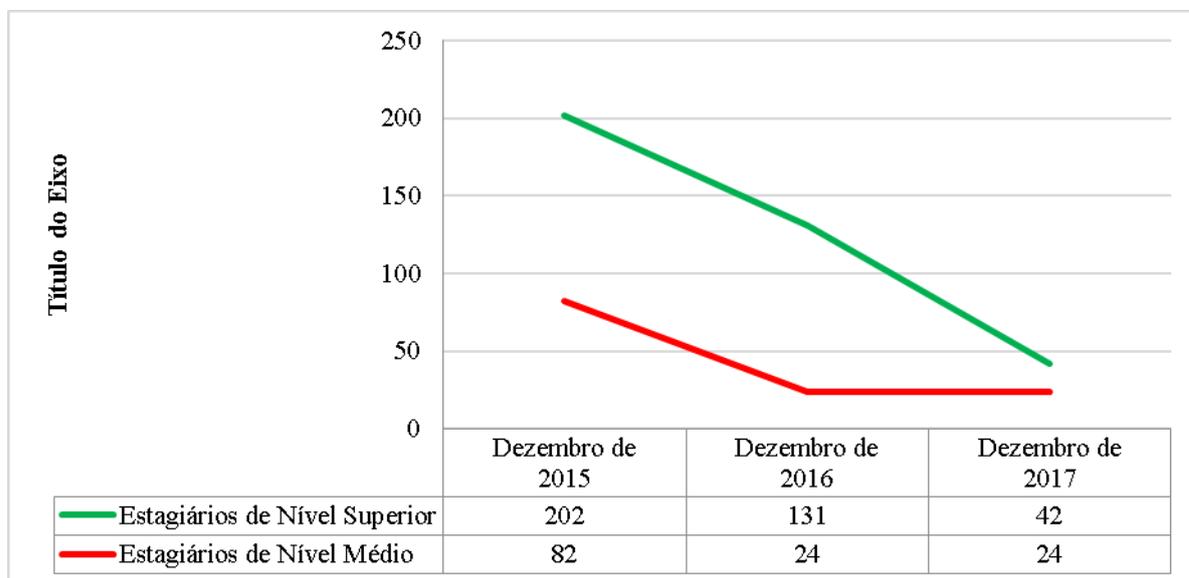
Quadro 57– EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIO (2015-2017)

Dezembro de 2015		Dezembro de 2017		Dezembro de 2017	
MÉDIO	SUPERIOR	MÉDIO	SUPERIOR	MÉDIO	SUPERIOR
82	202	34	131	24	42

Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Figura 6 – EVOLUÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO ANO (2015-2017)



Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX, 2017.

4.1.5 Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A UPC participou do Edital CONIF/AI nº 03/2013 – CHAMADA PÚBLICA PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE PESQUISADORES FRANCESES, cujo objetivo foi identificar as instituições da rede federal interessadas e aptas a receber pesquisadores franceses em seus *campi*, mediante apresentação de proposta de plano de trabalho, corroborada pelo objetivo do CONIF de fomentar a integração, o fortalecimento e a consolidação do processo de internacionalização das instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica.

Contudo, na seleção final, o IFPI não foi contemplado com nenhum candidato para o período 2017/2018.

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Neste item a UPC retrata as informações sobre a gestão da frota, políticas de destinação de veículos inservíveis, gestão do patrimônio imobiliário, cessão de espaços, locação de terceiros e principais obras realizadas no exercício.

4.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

As informações a seguir são descritas pelo Departamento de Logística e Manutenção.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Embora, no âmbito do IFPI, ainda não tenham sido formalizadas normas próprias com o intuito de regular a constituição da frota e sua utilização, a instituição faz o acompanhamento próximo do cumprimento das normais gerais da administração pública, a exemplo da Instrução Normativa 03,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

de 15 de maio de 2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assim como o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, da Presidência da República.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

A frota do Instituto Federal do Piauí atualmente trabalha com três diferentes serviços/focos simultâneos direcionados ao atendimento das duas grandes áreas que se caracterizam como públicos bastante distintos e característicos a saber.

A área-fim, ensino, recebe a grande maioria dos investimentos, cerca de 70%. Com dois dos três serviços atualmente desenvolvidos, esta área conta com uma frota equipada com 20 micro-ônibus, 08 ônibus rodoviários, ambos dedicados à realização de visitas técnicas de curtas e longas distâncias respectivamente assim como conta com 12 ônibus urbanos dedicados ao transporte coletivo de alunos, suporte dados aos alunos daqueles campi encravados em cidades que não contam com serviço de transporte coletivo.

O primeiro dos serviços acima citados é a realização de visitas técnicas. Considerando o processo de ensino-aprendizagem em nível técnico, ganham importância diversos instrumentos e métodos voltados à transferência de conhecimento em nível prático e que simulem situações do dia-a-dia da atuação profissional dos, atualmente estudantes, e futuramente, mão-de-obra inserida no mercado de trabalho. Neste diapasão, sair do contexto teórico e imergir ao máximo em ambiente extraclasse se torna essencial. Como formar bons técnicos sem proporcionar, aos menos, condições para experienciar o conhecimento prático, parece inconcebível, daí o grande impacto dos bons serviços prestados pela frota da instituição.

O segundo serviço referenciado preliminarmente se apresenta essencial na medida em que tem se consolidado como ação concreta no combate à evasão escolar. Esta ação foi assumida de forma plena no início do ano de 2016 e desde então já passou a representar 30% do consumo de combustíveis e principais ocupações da mão de obra alocada pela instituição em favor da frota.

A área meio da instituição, atividade administrativa, atualmente representa um terço do consumo da frota. Não menos importante, esta atividade conduz servidores, materiais e documentos em objetivos diversos, seja no cumprimento de requisitos legais seja na execução de ações discricionárias imprimem o dinamismo necessário à instituição com o foco sempre voltado à melhoria administrativa e estrutural das condições de trabalho do corpo docente; reflexo direto na qualidade do ensino.

Dentre os destaques desta atividade pode ser citada a condução de servidores na fiscalização de obras que atualmente encontram-se em andamento nos diversos campi assim como a condução de servidores da área de controladoria na realização de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, e por fim, a entrega de documentos em empresas e entes públicos em nível local.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

O IFPI conta com uma frota de 88 (Oitenta e Seis) veículos, dos quais 76 (Setenta e Seis) em pleno uso e outros 12 (Doze) parados aguardando processo de desfazimento para leilão (Quadro 58). Os veículos estão distribuídos nas 18 (Dezoito) Unidades Gestoras. Todos os veículos deste instituto,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

conforme IN 03, de 15/05/2008, classificam-se como veículos de serviços comuns por se destinarem ao transporte de servidores a serviço e de materiais, bem como à execução de atividades específicas, no caso, a promoção do processo de ensino-aprendizagem em ambiente externo às salas de aula. A instituição classifica sua frota por categorias conforme apresentada a seguir. A totalização por unidade gestora é apresentada em lista individualizada.

Quadro 58– QUANTITATIVO DA FROTA POR CATEGORIA

CATEGORIA	QUANT. DE VEÍCULOS
CAMINHÃO	02
MICRO-ÔNIBUS	20
ONIBUS RODOVIÁRIO	08
ONIBUS URBANO	12
PASSEIO	05
TRATOR	02
UTILITÁRIO	27
Total geral	76

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2017.

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Obedecendo a mesma categorização do item anterior, a média anual de quilômetros rodados é apresentada no Quadro a seguir.

Quadro 59– DETALHAMENTO DA FROTA POR KM RODADOS EM 2017

CATEGORIA	QUANT. DE KM ROD.	QUANT. DE VEÍCULOS	MÉDIA ANUAL
CAMINHÃO	15.125	02	7.562,50
MICRO-ÔNIBUS	148.198	20	7.409,90
ONIBUS RODOVIÁRIO	68.037	08	8.504,63
ONIBUS URBANO	149.473	12	12.456,08
PASSEIO	36.838	05	7.368,60
TRATOR	86.639	02	43.319,50
UTILITÁRIO	548.243	27	20.305,30
Total geral	1.052.553	76	13.849,38

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2017.

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A idade média geral da frota deste IFPI é de 5,12 anos, sendo melhor detalhadas as médias por categoria conforme segue.

Quadro 60– IDADE MÉDIA DA FROTA EM 2017

CATEGORIA	ID. MED. 2016
CAMINHÃO	7,00
MICRO-ÔNIBUS	5,36
ONIBUS RODOVIÁRIO	5,22
ONIBUS URBANO	2,00
PASSEIO	5,33
TRATOR	5,00
UTILITÁRIO	5,93
Total Geral	5,12

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2017.

- f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Ressalta-se neste tópico que são apresentados valores diminuídos, em relação ao ano de 2016 (R\$ 3.369.304,70). Importante esclarecer que ocorreu um aumento expressivo de gastos no item revisões periódicas, em virtude da falta de uma empresa prestadora de serviço de manutenção de frota de veículos no período de janeiro a novembro de 2016. Somente em dezembro de 2016 que o IFPI contratou uma empresa para o referido serviço.

Para compensar o período que a frota não passou por manutenção, foram realizadas no ano de 2017, reformas completas nos diversos veículos para atender com segurança as demandas da instituição; e executados serviços de melhoramento da suspensão dos ônibus coletivos com o objetivo de preparar (e suportar) essa frota ao estado irregular das nossas estradas e rodovias.

Quadro 61– DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA EM 2017

ITEM	VALOR
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	R\$ 621.657,47
REVISÕES PERIÓDICAS	R\$ 886.893,47
SEGUROS OBRIGATÓRIOS	R\$ 9.995,28
CONT. DE CONDUÇÃO (pessoal)	R\$ 1.636.423,08
Total Geral	R\$ 3.154.969,30

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2016.

- g) Plano de substituição da frota;

A instituição formaliza que este instrumento é uma das metas incluídas no Plano de Ação 2018, porque até o momento não foi definido, internamente, critérios claros e objetivos para a

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

realização da substituição da frota. A exceção é quando o veículo fere o princípio da economicidade, tornando-se uma justificativa plausível para uma abertura de processo para a sua substituição.

A ação citada acima é deveras importante porque o plano de substituição se encontra desacelerado em virtude de dois fatores: a existência de um controle interno efetivo e restrições orçamentárias a nível nacional.

As normas de controle e condução interna da gestão da frota é o outro fator que influenciou nesta ação, dado que o contrato para abastecimento e manutenção da frota de todos os campi é um só, e este gerenciado pela reitoria. A Reitoria é responsável pela contratação e orçamento dedicado ao pagamento de todas as Notas Fiscais.

A reitoria estabeleceu normas de acompanhamento do consumo de combustíveis e realiza ela própria a manutenção dos veículos de toda a frota. Com tais controles em posse da reitoria, cada decisão de aquisição tem suas circunstâncias avaliadas também pela reitoria. Da mesma forma o desfazimento se procede.

As restrições nacionais foram relevantes desde 2016, dado que foi a editada portaria ministerial restringindo as aquisições de veículos, salvo casos mediante justificativa plausível, assim como a locação de veículos, esta última ainda mais restrita.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A administração acompanha as condições do mercado local, realizando consultas de preços simulando a contratação do serviço de locação de veículos com as mesmas características da frota atual, com os índices atuais de desempenho de seus veículos mostrando cenário ajustado à tomada de decisão mais acertada.

Atualmente a locação, no mercado local, se apresenta uma medida antieconômica, credenciando a decisão de adquirir e manter frota própria mais adequada para a instituição.

A administração acompanha o controle de desempenho dos veículos oficiais através das normas insculpidas na Instrução Normativa nº 03 de 15.05.2008, e seus anexos.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Atualmente dispondo de um só contrato de abastecimento e manutenção, gerido pela reitoria, a composição qualitativa e quantitativa das frotas de cada *campus* é mantida enxuta.

Demandas temporárias de um *campus* são resolvidas com a disponibilidade de veículos de outros campi, conforme circunstâncias analisadas pela reitoria. Tal condução da gestão tem imprimido um perfil de enxugamento constante da frota e, levando a uma maior economia de combustíveis, assim como redução da necessidade de intervenções mecânicas.

Cada campus possui uma coordenação de transporte na qual são prestados serviços de agendamento de visitas técnicas, uso dos veículos em geral, realizado o acompanhamento e controla o consumo de combustíveis, das condições gerais de uso dos veículos. Mensalmente estas coordenações prestam conta do consumo de combustíveis à reitoria com bases na Nota Fiscal e relatório de conferência da mesma. Nela são enviados todos os comprovantes de abastecimentos. Caso a prestação de contas não esteja íntegra e legível, o uso da frota em nível local fica comprometido, já que é realizado o bloqueio da base de gerenciamento de saldos dos veículos.

Em observância à IN 03, anteriormente citada, cada utilização de veículos é acompanhada de formulário próprio, no qual são registrados dados como quilometragem do veículo na saída e na

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

chegada, seu horário de saída e de chegada, assim como a identificação do veículo, usuários, motorista, destino e objetivo. As viagens mais longas contam com formulários mais extensos, onde são registrados nome por nome dos passageiros, assim como outras informações complementares.

Outro instrumento utilizado no âmbito do IFPI é a realização de agendamentos dos veículos tipo ônibus rodoviários, que possuem maior capacidade (até 50 passageiros).

Por padrão, todos os campi possuem pelo menos um micro-ônibus cuja capacidade é de até 30 (trinta) passageiros e apenas seis destes contam com os já citados ônibus rodoviários.

Em caso de necessidade de qualquer *campus* que não possua um destes, a demanda é encaminhada à reitoria que realiza os contatos necessários para que um dos *campi* proprietários de um deste tipo de veículo, racionalmente distribuídos em todos o território do estado, realize tal atendimento.

Desta forma foi possível propiciar maior eficácia e economicidade na realização de viagens longas. Diga-se de passagem, os ônibus tipo rodoviários foram adquiridos atendendo a descrição especialmente elaborada por esta autarquia tendo como foco a economia de combustíveis.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso da instituição é a mesma adotada através dos procedimentos de desfazimento de bens permanentes. Até a presente data, a única forma de desfazimento foi o leilão e assim tem sido mantida, dado o posicionamento da procuradoria federal ao recomendar tal método por critério de isonomia e impessoalidade da administrativa diante da necessidade posta.

O procedimento é adotado periodicamente de forma que é iniciado, sempre que os espaços físicos não suportam a guarda segura e de forma a garantir o estado de conservação dos bens e veículos parados.

Atualmente, 12 (doze) veículos encontram-se parados e um processo de leilão já se encontra em andamento em fase ainda preparatória, realizando a concentração do lote em uma só localidade e os veículos passam por avaliação.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

- a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

A instituição se prepara para a migração de sistema de gerenciamento da área de patrimônio. E nesse sentido tem promovido ações no sentido de sanear possíveis lacunas anteriores. A regularização de vários dos imóveis está sendo movimentada e, a atualização no SPIUNet realizada à medida que se avança em novas etapas de regularização.

Atualmente a instituição utiliza como sistema de informações o SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública) e busca adotar o SIADS no exercício 2018.

- b) Distribuição geográfica dos imóveis da União;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Tendo sido mantida a estrutura do exercício anterior, o IFPI se mantém com 21 (vinte e uma) instalações, considerando que a Reitoria e Campus Teresina Central contam com dois imóveis cada, são totalizados 23 (vinte e três) imóveis. São eles: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Dirceu Arcoverde (campus avançado), Floriano, José de Freitas (campus avançado), Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX (campus avançado), Piripiri, Reitoria, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Uruçuí, Valença.

É possível verificar o posicionamento de cada um dos campi no sítio da instituição na internet: <http://www.ifpi.edu.br/>. No *menu* à esquerda, em sua primeira opção, abaixo do *logo*, é encontrada a opção “Nossos *Campi*”. Ao acessar esta opção, cujo link direto é <http://libra.ifpi.edu.br/campi>, são mostrados os dados de identificação das 21 instalações da instituição. Nesta área do sítio está disponível a localização de cada um dos *campi*, no mapa do estado, sendo que, cada um deles tem um link para acesso a informações complementares tais como: endereço, informações sobre a administração, cursos, assistência estudantil e outras.

- c) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

Embora os imóveis tenham todos os seus dados inseridos no Sistema SPIUnet sempre que são providenciadas adquiridos/recebidos ou quando sofrem alterações em suas características, os 06 (seis) imóveis mais novos, cujos terrenos foram recebidos em doação encontram-se em fase de regularização cartorial para posterior cadastramento.

Os imóveis recebidos em doação, terra nua, receberam edificações que se encontram em fase de averbação das benfeitorias no documento inicial. Cada *campus* tem providenciado junto aos cartórios locais assim como por diligências pessoalmente feitas à corpo de bombeiros e prefeituras.

- d) Informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

A instituição não possui imóveis integralmente locados para terceiros. Existem ocorrências de cessões, todas formalizadas, apenas de pequenas áreas para a instalação de empreendimentos com fins lucrativos conforme detalhamento dos quadros a seguir.

- e) Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;

Cada UG possui um contrato de manutenção predial. Os contratos de manutenção predial são monitorados pelo Departamento de Projetos e Manutenção Predial da Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

Quanto à qualidade dos registros contábeis relativos aos imóveis, a UPC declara que alguns imóveis estão devidamente registrados no SIAFI, e os imóveis com registro no SPIUNET estão sendo depreciados, conforme determinação legal.

- f) Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Os riscos relacionados à gestão dos imóveis são monitorados pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional e as devidas providências e controles são acionados de forma preventiva e corretiva, por meio de vistorias e visitas técnicas da equipe, que resultam na elaboração de novos projetos para implementação da segurança patrimonial e infraestrutura.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

Todas as cessões de espaço em vigência realizada no âmbito da UPC são de abrangência parcial dos imóveis, conforme descrição a seguir.

Quadro 62– CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS NA UPC

IFPI CAMPUS FLORIANO		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1077 00001.500-1
	Endereço	Rua Francisco Urquiza Machado, nº 462, Bairro Meladão, Floriano – PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	18.186.264/0001-47
	Nome ou Razão Social	ALDENIR ALVES DOS SANTOS 66325862104
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentação
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Tomada de Preço
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Cantina/Lanchonete
	iii. prazo de cessão;	12 Meses podendo ser prorrogado até o prazo máximo de 60 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	27,24 m ² de espaço total sendo 19,40 m ² destinada para atendimento e 7,84 m ² de depósito
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 1010,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód.: 28830-6. Ug: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Pagamento feita via GRU. Financeiro destinado a União
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Proporcionar aos alunos, professores, servidores e demais usuários, facilidades de acesso aos serviços de lanchonete nas instalações do campus.
IFPI CAMPUS CORRENTE		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP:	1057.00011.500-1
	Endereço	Rua Projetada Seis, 380, Bairro Nova Corrente. CEP:64.980-000, Corrente – PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ:	27.114.150/0001-82
	Nome ou Razão Social:	Ireide Ribeiro Souza Araujo
	Atividade ou Ramo de Atuação:	Restaurantes e similares e serviços ambulantes de alimentação.
	i. forma de seleção do cessionário;	Permissão de uso de espaço público. (licitação)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

c) Caracterização da cessão;	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Proporcionar aos discentes e servidores, facilidade de acesso aos serviços de cantina e lanchonete nas instalações do campus.
	iii. prazo de cessão;	12 meses prorrogável por mais 48 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	No 2º Hall, próximo ao restaurante institucional. Área cedida de 12 m² (4X3).
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Pagamento de taxa via GRU no valor de R\$715,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód.: 28830-6. UG: 158362
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados à energia, água, conservação, limpeza e manutenção, todos são obrigações e deveres da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	São devolvidos ao tesouro nacional via GRU.
	IFPI CAMPUS PARNAÍBA	
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	115.00098.500-0
	Endereço	Av. Monsenhor Antônio Sampaio, s/nº bairro Dirceu Arcoverde cep: 64.211-145 Parnaíba-PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	15.351.500/0001-45
	Nome ou Razão Social	João Robson do Amaral – Distribuidora Mais
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviço de Lanchonete
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Cconcorrência – Permissão de Uso de Espaço Público, A Título Oneroso
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Proporcionar aos discentes, docentes, técnicos-administrativos, terceirizados, visitantes, o acesso aos serviços de lanchonete nas dependências do campus
	iii. prazo de cessão;	12 MESES PRORROGÁVEL POR MAIS 48 MESES
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço com área de 12 m², situado no segundo bloco, entre o restaurante institucional e o bloco de salas de aulas
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Pagamento de Taxa Mensal de R\$ 884,06
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	CÓD.RECEITA 28830-6 UG 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	NÃO HÁ
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	São devolvidos ao tesouro nacional via GRU.
IFPI CAMPUS TERESINA ZONA SUL		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	-
	Endereço	Av Pedro Freitas 1020- vermelha Teresina-PI / CEP 64018-000
	CNPJ	18.368.288/0001-17

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

b) Identificação dos cessionários;	Nome ou Razão Social	F.G. de Lima –ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonetes, casa de chá de sucos e similares
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Concorrência
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Permissão de uso para exploração dos serviços de lanchonete
	iii. prazo de cessão;	36 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	Corredor de acesso ao refeitório
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 280,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhimento via GRU pelo código 28830-6 UG: 158146.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados a energia, água, conservação e limpeza. Todas são de obrigação da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Alunos e servidores
IFPI CAMPUS TERESINA CENTRAL – PRÉDIOS B e C		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1219.00145.500-0
	Endereço	Rua Quintino Bocaiúva, s/n, bairro centro
		CEP 64000-270, Teresina PI
	CNPJ	18.368.288/0001-17
b) Identificação dos cessionários;	Nome ou Razão Social	F G de Lima-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares, lanchonetes, casas de chás, de sucos e similares e outras atividades;
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Outorga de permissão de uso através de edital de licitação – nº01/2014
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Exploração do serviço de lanchonete no Campus Teresina Central do IFPI;
	iii. prazo de cessão;	12(doze) meses – out2015 a out/2018;
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço localizado no prédio “c”, térreo, com 01 pia de cozinha, torneira e pontos de energia, área total de 25m²;
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 212,25 mensais – informações sobre os valores recolhidos a cargo da reitoria;
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód. 28830-6 UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados a energia, água, conservação e limpeza. Todas são de obrigação da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Alunos e servidores
IFPI CAMPUS TERESINA CENTRAL – PRÉDIO A		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1219.00146.500-6
	Endereço	Praça da Liberdade, 1597, Bairro Centro CEP 64.000-040 Teresina PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira sob a forma de empresa pública
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Outorga de Permissão Real de uso para instalação e exploração dos serviços bancários
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Prestação de serviços bancários aos usuários interno do IFPI, alunos e servidores;
	iii. prazo de cessão;	2013/2016
	iv. caracterização do espaço cedido;	Bloco "A", duas salas, um banheiro e um depósito, com área interna total de 36,82m ² ;
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 1.099,80 mensais – informações sobre os valores recolhidos a cargo da Reitoria;
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhimento via GRU pelo código 28830-6 UG: 158146.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados a energia, água, conservação e limpeza. Todas são de obrigação da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Alunos e servidores
IFPI CAMPUS VALENÇA		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	
	Endereço	Avenida Joaquim Manoel S/N
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	18.358.674/0001-28
	Nome ou Razão Social	MARILU E MARILA DOCES E SALGADOS
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Concorrência - Permissão de uso de espaço público
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Proporcionar aos discentes e servidores facilidade de acesso aos serviços de cantina e lanchonete nas instalações do campus
	iii. prazo de cessão;	12 Meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço de 16 m ² no 2º Hall próximo ao refeitório
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Pagamento de taxa via GRU no valor de R\$ 280,00.
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód. 28830-6 UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	
IFPI CAMPUS COCAL		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	
	Endereço	Rodovia PI-213, km 21, s/n, Cocal(PI)
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	17.823.695/0001-04
	Nome ou Razão Social	Jardiel Nunes Pereira 04308493382
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Licitação - Modalidade Concorrência
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Serviço de lanchonete
	iii. prazo de cessão;	2 anos
	iv. caracterização do espaço cedido;	No segundo pátio, espaço compreendido entre o restaurante e o bloco das coordenações de ensino. Área cedida 9 metros quadrados.
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Pagamento de taxa mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais).
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód. 28830-6 UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não há
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Somente Alunos
IFPI CAMPUS OEIRAS		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	
	Endereço	Rua Projetada SN, Bairro: Uberaba II, Oeiras-PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	17.202.744/0001-91
	Nome ou Razão Social	Gian Tista Reis Passos Luz
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Permissão de Espaço público através de concorrência (Licitação)
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Fornecimento de Lanches, refeições preparadas para alunos e servidores do Campus Oeiras.
	iii. prazo de cessão;	36 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço de 12 metros quadrados, na área do recreio coberto do IFPI-Campus Oeiras.
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pagos via Guia de Recolhimento da União.
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód. 28830-6 UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Inexistente por parte desta UG.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Público Interno (Alunos e Servidores)
IFPI CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	
	Endereço	Travessa 7 de Setembro, SN, Centro, São João do Piauí
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	10.315.167/0001-03
	Nome ou Razão Social	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Permissão de uso de espaço público. Licitação na modalidade concorrência
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Proporcionar aos alunos, professores, servidores e demais usuários, facilidade de acesso aos serviços de lanchonete nas instalações do campus.
	iii. prazo de cessão;	12 meses, podendo ser prorrogado anualmente até o limite de 60 meses.
	iv. caracterização do espaço cedido;	No 2º hall próximo ao restaurante institucional. Área cedida de 12 m² (4x3).
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Pagamento de taxa via GRU no valor atual de R\$ 380,73
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód. 28830-6 UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados a energia, água, conservação, limpeza e manutenção, todos são obrigações e deveres da permissionária.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Público Interno e Externo
IFPI CAMPUS PIRIPIRI		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	116700229500-0
	Endereço	Av. Rio dos Matos, S/N, Bairro Germano, Piripiri-PI CEP: 64.260-000
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	23.093.947/0001-90
	Nome ou Razão Social	THIAGO DE BRITO SOUSA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fotocópias, encadernação e plastificação
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Concorrência Pública n.02/2015
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Exploração dos serviços de Fotocópias, encadernação e plastificação.
	iii. prazo de cessão;	08/09/2018
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço de Concessão de Uso 02.2015
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Valor Mensal R\$ 370,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód. 28830-6 UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não há

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;		Público Interno e Externo
IFPI CAMPUS PIRIPIRI		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	116700229500-0
	Endereço	Av. Rio dos Matos, S/N, Bairro Germano, Piripiri-PI CEP: 64.260-000
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	27.845.872/0001-07
	Nome ou Razão Social	TAMIRES MARIA DO NASCIMENTO 614.444.463-71
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Licitação/Concorrência Pública
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Oferta de lanches para alunos e comunidade interna do Campus Piripiri
	iii. prazo de cessão;	08/01/2018 a 08/01/2019
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço de 3X6m, próximo ao pátio no 2ºhall.
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 1.059,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód. 28830-6 UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Os gastos com água e energia fazem parte do valor mensal, já a limpeza e manutenção do espaço é de responsabilidade do cessionário.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Público Interno (Alunos e Servidores)
IFPI CAMPUS PAULISTANA		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1155.00018.500-0
	Endereço	Rodovia Br 407, s/n, Zona Rural, CEP 64750-000
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	23.024.336/0001-90
	Nome ou Razão Social	CARLON CARVALHO BRITO 05008432362
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	LICITAÇÃO - MODALIDADE CONCORRÊNCIA
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Oferta de lanches para alunos e comunidade interna do Campus Paulistana
	iii. prazo de cessão;	12 MESES, NÃO SE LIMITANDO A 60 MESES
	iv. caracterização do espaço cedido;	Construção em alvenaria
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 301,00
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód. 28830-6 UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Os gastos com água e energia fazem parte do valor mensal, já a limpeza e manutenção do espaço é de responsabilidade do cessionário.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;		Público Interno (Alunos e Servidores)
IFPI CAMPUS PEDRO II		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	
	Endereço	Rua Manoel Jorge da Cruz, nº 750, Bairro Engenho Novo, CEP 64.250-000, Pedro II - Piauí.
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	26.095.883/0001-54
	Nome ou Razão Social	ANTONIO BRUNO PEREIRA DE CASTRO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Concorrência
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Exploração do serviço de lanchonete
	iii. prazo de cessão;	36 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço próximo ao refeitório do Campus, onde a empresa ganhadora da Concorrência responsabiliza-se por arcar com os custos de instalação de um trailer medindo 3m x 3m conforme disposto no Projeto Básico do processo.
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	A empresa vencedora paga ao IFPI, via GRU, o valor mensal de R\$ 239,90.
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód. 28830-6 UG: 158146
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Estão incluídas no valor da taxa de utilização
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Público Interno e Externo
IFPI CAMPUS PEDRO II		
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	
	Endereço	Rua Manoel Jorge da Cruz, nº 750, Bairro Engenho Novo, CEP 64.250-000, Pedro II - Piauí.
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	27.878.519/0001-23
	Nome ou Razão Social	MARIA ELISABETH DE OLIVEIRA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Concorrência
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Exploração do serviço de reprografia e impressão.
	iii. prazo de cessão;	36 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço de 6 m ² no hall do recreio coberto próximo ao refeitório, para instalação de boxe para reprografia a ser ocupado mediante processo licitatório.
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	A empresa vencedora paga ao IFPI, via GRU, o valor mensal de R\$ 150,00.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód. 28830-6 UG: 158146
vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Estão incluídas no valor da taxa de utilização.
viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Público Interno e Externo

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2017.

4.2.5 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim

Segundo a Diretoria de Engenharia Institucional no ano de 2017 a movimentação obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim estão discriminados no Quadro 63.

Quadro 63– RELAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELACIONADAS À ATIVIDADE-FIM

Item	Obra/Descrição	Fornecedor/Empresa	Vigência do Contrato	Estágio da obra
1	Reforma do Ginásio de Parnaíba	LGL SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	Concluída	Concluída
2	Drenagem do Campus Angical	CONSTRUTORA WN LTDA	Concluída	Concluída
3	Adaptação da Reitoria	-	Concluída	Concluída
4	Divisória Reitoria	JES CONSTRUTORA LTDA – ME	Concluída	Concluída
5	Poço de Uruçuí	ESCALA – TRANSPORTES GERAIS LTDA EPP	Concluída	Concluída
6	Calçadas do Teresina Central	R & G VERDE CONSTRUÇÕES LTDA – ME	Concluída	Concluída
7	Subestação de Pio IX	TELETRICA ENGENHARIA LTDA ME	Concluída	Concluída
8	Muro de Picos	TELETRICA ENGENHARIA LTDA ME	Concluída	Concluída
9	Construção de Salas de aula no Teresina Zona Sul	J. F. CUNHA IMPERMEABILIZACAO LTDA	21/09/2016 a 20/09/2017	Paralisada
10	Construção de Salas de aula do campus de Corrente	J. F. CUNHA IMPERMEABILIZACAO LTDA	05/12/2016 a 05/12/2017	Paralisada
11	Construção da Academia de Floriano	WL ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	Concluída	Concluída
12	Adaptação do Laboratório de Cocal	DELMAR CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP	Concluída	Concluída
13	Reforma dos Laboratórios de Valença PI	ELYON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	Concluída	Concluída
14	Reforma dos Laboratórios de São João PI	GUIMARAES & VRAGA LTDA-EPP	Concluída	Concluída
15	Reforma dos Laboratórios de São Raimundo Nonato	J. F. CUNHA IMPERMEABILIZAÇÃO LTDA	19/12/2016 a 18/12/2017	Paralisada
16	Poço de São João do Piauí	POÇOS E CIA	Concluída	Concluída
17	Poço de Paulistana	TERRENA LTDA	Concluída	Concluída

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

18	Poço de Pio IX	ESCALA – TRANSPORTES GERAIS LTDA EPP	Concluída	Concluída
19	Poço de São Raimundo Nonato	TERRENA LTDA	Concluída	Concluída

Fonte: Diretoria de Engenharia Institucional, PRODIN, 2017.

4.3 Gestão de tecnologia da informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) tem como objetivo buscar a aplicação e uso de recursos de tecnologia do IFPI, alinhando as ações de Tecnologia da Informação aos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019, bem como cumprir aos princípios e diretrizes das legislações da administração pública federal, tais como a racionalização, padronização, uniformidade e economicidade. Também é intuito deste documento abordar os princípios e diretrizes que norteiam a TI, as necessidades, as ações, as metas, os planos e a previsão orçamentária para os investimentos tecnológicos necessários à manutenção e ampliação da Tecnologia da Informação voltada principalmente para a educação.

O alinhamento estratégico visa garantir a que as ações elencadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sejam atendidas ou suportadas pela TI, definindo, mantendo e validando a proposta de valor de TI, e alinhando as operações de TI com as operações da organização. Portanto, um elemento chave para o PDTI é a sua integração e alinhamento com o planejamento estratégico e as estratégias de desenvolvimento do IFPI.

Compete ao CGTIC análise e manifestação ou proposição, quando couber, do que se segue:

- I. Propor atualização do seu regimento interno e submetê-lo ao Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CONSUP) para apreciação;
- II. Propor e executar a Política de Tecnologia da Informação do IFPI por meio de um plano integrado de ações, considerando o Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI e as políticas e orientações do Governo Federal;
- III. Analisar, se manifestar e aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC);
- IV. Estabelecer e propor o Plano de Investimento para a área de Tecnologia da Informação, inclusive quanto a aquisições de hardware e software;
- V. Definir as diretrizes de planejamento, organização e execução das atividades de tecnologia da informação;
- VI. Definir prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação;
- VII. Estabelecer um cronograma de atividades do Comitê para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária;
- VIII. Propor a criação de Comissões Especiais para auxiliarem nas decisões do Comitê de TI, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso.

O CGTIC é composto pelos servidores ocupantes dos seguintes cargos ou seus representantes designados por ato de delegação própria: Reitor; Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional; Pró-Reitor de Ensino; Pró-Reitor de Extensão; Pró-Reitor de

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Pesquisa e Inovação; Diretor de Gestão de Pessoas; Diretor de Tecnologia da Informação; Diretores dos Campi do IFPI, atualmente em um total de 20 diretores de campi. Durante o ano de 2017 não houve nenhuma reunião.

4.3.1 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação da UPC estão descritas no Quadro 64.

4.3.2 Descrição do plano de capacitação do pessoal da TI

No Departamento de Sistemas de Informação (DSI) foram realizados cursos na modalidade EaD em plataforma online de estudos. Os cursos foram realizados por vários servidores em momentos diferentes do ano de 2017:

- HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos
- HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web
- Segurança de redes: Conheça as vulnerabilidades de servidores e clientes
- Python 2: Programando com a linguagem
- Python 2: Programando com a linguagem
- Ionic 2 parte 1: aplicações híbridas mobile ainda mais poderosas
- Java II: Orientação a Objetos
- Java I: Primeiros passos
- JavaScript: Programando na linguagem da web
- HTML e CSS: Os seus primeiros passos
- Design Patterns PHP I: Boas práticas de programação
- JavaScript: Programando na linguagem da web
- JavaScript : Programando na linguagem da web
- HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas
- Redis I: Armazenando chaves e valores
- HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas
- HTML e CSS: Os seus primeiros passos
- Lógica de Programação I: comece na carreira com JavaScript
- TypeScript parte 2: Mais técnicas e boas práticas
- TypeScript parte 1: Evoluindo seu Javascript
- Redes parte 4: Configuração de protocolos de roteamento e IPv6
- Redes parte 3: Defina as listas de controle e políticas de acesso de usuários
- Redes parte 2: Montando um projeto do cliente até o provedor de serviços
- Redes parte 1: Introdução, Conceitos e Prática
- HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web
- Orientação a Objetos: Melhores técnicas com Java
- Jasper Reports: Relatórios com Java
- Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 2
- Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 1
- Vue.js parte 2: construindo Single Page Applications
- Vue.js parte 1: construindo Single Page Applications
- JavaScript Avançado II: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos
- JavaScript Avançado III: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos
- HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- Redes parte 1: Introdução, Conceitos e Prática
- Go: Iniciando com a linguagem do Google
- Python 3 parte 2: Avançando na linguagem
- Design Patterns Python II: Boas práticas de programação
- HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos
- Python 3 parte 1: Introdução à nova versão da linguagem
- Chrome DevTools: análise, inspecione e depure suas páginas Web
- Princípios da influência: persuasão com foco em negócios
- Scrum: Agilidade em seu projeto
- SQLServer I: desvendando o banco de dados
- Android I: Crie sua App fantástica no Eclipse
- Android I: Crie sua App fantástica com Android Studio
- Design Patterns Python I: Boas práticas de programação

No Departamento de Redes e Telecomunicações (DRT) foram cursos na modalidade EaD em plataforma online de estudos. Os cursos foram:

SERVIDOR	SIAPE	CARGO	CURSO	PERÍODO
Rafael Moraes da Cunha	2178256	Analista de TI	IPv6 Básico	04/12/2017 a 08/12/2017
Paulo Alex Maranhão	1826971	Analista de TI	Curso de pfSense	13/01/2017 a 13/04/2017
			Virtualização de Servidores	23/10/2017 a 27/10/2017
Natanael Ribeiro da Silva	2151098	Analista de TI	IPv6 Básico	04/12/2017 a 08/12/2017
			Curso de pfSense	13/01/2017 a 13/04/2017
Thiago Rafael Pereira de Carvalho	1140257	Analista de TI	IPv6 Básico	04/12/2017 a 08/12/2017

Fonte: DTI, 2017.

4.3.3 Descrição do quantitativo de pessoal da TI

SERVIDORES EFETIVOS DE TI	SERVIDORES EFETIVOS DE OUTRAS CARREIRAS	TERCEIRIZADOS
48	3	0

Fonte: DTI, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 64 – RELAÇÃO DE SISTEMAS EM USO NO IFPI E SUAS FUNCIONALIDADES

SISTEMA	OBJETIVOS	FUNCIONALIDADES	RESP. TÉCNICO	RESP. NEGÓCIO	CRITICIDADE
SUAP	Administração dos trâmites da Instituição;	- Gerenciamento de almoxarifado e patrimônio; - Gerenciamento de RH; - <i>HelpDesk</i> ; - Protocolo;	Tércio Andrade Oliveira (Analista de T.I.)	PROAD	EXTREMAMENTE CRÍTICO PARA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.
Memorandos	Gerência de memorandos e solicitação de diárias e passagens.	- Criação de memorandos; - Impressão de memorandos; - Armazenamento de memorandos; - Solicitação de diárias e passagens; - Edição e impressão de relatórios de viagens;	Sistema legado: toda a equipe é responsável por suporte e manutenção.	PROAD	CRÍTICO PARA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.
PSAD / RSAD	Planejamento e relatórios de atividades docentes	- Produção de relatórios de atividades semestrais; - Disponibilização de relatórios em formato zip; - Planejamento de atividades semestrais;	Gislene Pires (Analista de T.I.)	PROEN	CRÍTICO PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS E DE ENSINO.
Q-Acadêmico	Gerência acadêmica	- Matrícula de alunos; - Geração de relatórios; - Importação e exportação entre sistemas; - Geração de documentos acadêmicos (histórico, diplomas,	José Assunção (Analista de T.I.)	PROEN	EXTREMAMENTE CRÍTICO PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		declarações, etc)			
Processos Seletivos	Gerenciamento de processos simplificados de seleção.	- Configuração de inscrições - Emissão de relatórios de inscritos; - Processamento de resultados;	Wellington Viana (Analista de T.I.)	PROEN	CRÍTICO PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS.
Seleção (classificatórios)	Gerenciamento de processos classificatórios	- Configuração de inscrições - Emissão de relatórios de inscritos; - Processamento de resultados;	Sistema legado: toda a equipe é responsável por suporte e manutenção.	PROEN	CRÍTICO PARA ATIVIDADES DE ENSINO.
Sistema de backup e transferência de arquivos	Gerenciamento de backups de bases de dados de sistemas.	- Geração de arquivos <i>dump</i> de base de dados - Transferência de arquivos.	Francisco Alysson (Técnico de T.I.)	DTI	EXTREMAMENTE CRÍTICO.
Pergamum	Gerencia de Bibliotecas	- Importação/exportação para outros sistemas; - Acesso mobile; - Acompanhamento via web;	Tony (Assistente Administrativo)	PROEN	CRÍTICO PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS.
SIFAE	Gerenciamento de atividades de assistência social	- Importação/exportação para outros sistemas; - Gerenciamento de permissões; - Acompanhamento de atividades médicas e sociais do aluno; - Emissão de relatórios e números gerais;	Diego Cordeiro (Analista de T.I.)	PROEN	LEVEMENTE CRÍTICO PARA ATIVIDADES ACADÊMICAS E SOCIAIS.

Fonte: DTI, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4.3.4 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI

Quadro 65 – RELAÇÃO PROCESSOS

SETOR	SERVIÇO	FINALIDADE	DESCRIÇÃO
DEPARTAMENTO DE REDES E TELECOMUNICAÇÕES - DRT	1. Zabbix	Monitoramento (Serviços e Links)	É uma ferramenta de monitoramento de redes, servidores e serviços para monitorar a disponibilidade, experiência de usuário e qualidade de serviços.
	2. OCS	Inventário de ativos de TI	É um software livre que permite aos usuários inventariar ativos de TI. O OCS-NG coleta informações sobre o hardware e o software das máquinas em rede executando um programa cliente do OCS ("OCS Inventory Agent").
	3. CUPS	Monitoramento de Impressoras e Impressões	É um gerenciador de impressão para sistemas. Um computador rodando o CUPS é um hospedeiro que pode aceitar tarefas de impressão de computadores clientes, processá-los e enviá-los à impressora correta, além disso é possível monitorar impressões, relatar erros de impressões, visualizar relatórios sobre número de páginas impressas, data e horário da mesma.
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (DSI)	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento de execução de atividades e projetos • Definição de metodologia de desenvolvimento usando ferramentas para modelagem, aquisição e registro de requisitos. • Documento de sistemas e base de conhecimentos em sistemas eletrônicos. • Atendimento a usuários por meio de Central de Serviços no SUAP. 		

FONTE: DTI, 2017.

4.3.5 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período e principais resultados

Nos Quadros a seguir serão tratadas as descrições de projetos da DSI e DRT.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 66 – DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI/DSI

Sistema	Descrição	URL	Detalhes
SUAP	Sistema de administração pública	https://suap.ifpi.edu.br	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema com atividades permanentes, sem prazo de conclusão. • Não há custos envolvidos em aquisição. • Planejamento TI
Sincronismo e atualização do SUAP	Atividade interna		<ul style="list-style-type: none"> • Atividade permanente • Não há custos envolvidos • PDTI: M11 A66, M11 A63
IFPIDEX	Sistema de envio de emails em lote	https://concursos.ifpi.edu.br/ifpidex	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema concluído em 2 semanas. • Não houve custos envolvidos. • Planejamento TI
Portal do Servidor	Site para o servidor do IFPI	https://servidor.ifpi.edu.br	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação realizada em 1 mês • Não houve custos envolvidos. • Planejamento TI: M13A79
Geplanes	Sistema de planejamento estratégico		<ul style="list-style-type: none"> • Sistema disponibilizado em 2014. • Não houve custos envolvidos. • Planejamento TI
Monitor de sistemas	Sistema para monitoramento de serviços de T.I.	Sistema de uso interno	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação realizada em 1 mês • Não houve custos envolvidos. • PDTI: M06 A35
SUAP-EDU	Sistema acadêmico	https://suap.ifpi.edu.br Modulo EDU	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação em andamento (2 campi avançados) • Não há custos envolvidos. • PDTI: M11 A63, M11 A64
Processos eletrônicos	Sistema de processos eletrônicos Em implantação e testes	https://suapclone.ifpi.edu.br	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação em andamento (Reitoria) • Não há custos envolvidos. • PDTI: M11 A67
SMP	Sistema de manutenção predial	http://dsi.ifpi.edu.br/smp/login/?next=/smp/	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação realizada em 1 mês • Não houve custos envolvidos.
Projetos	Sistema de	https://sistemas.ifpi.edu.br/projetos/1	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação realizada em 1 mês

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	acompanhamento e gerenciamento de sistemas	ogin/?next=/projetos/ Uso interno	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve custos envolvidos. • PDTI: M05 A20, M08 A42
--	--	--	--

FONTE: DSI/DTI, 2017.

Quadro 67 – DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI/DRT

Ord.	Descrição dos Projetos	
01	Atividade desenvolvida:	REESTRUTURAÇÃO DO RACK DA ENGENHARIA
	Campus:	Reitoria
	Descrição:	Reestruturação do rack da engenharia. Foi adicionado um switch de 24 portas e organizado o cabeamento.
	Benefícios:	Melhor gerenciamento da rede, bem como sua segmentação através de VLANs.
	Conclusão:	Janeiro de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-
02	Atividade desenvolvida:	REPLICAÇÃO DO CONTROLADOR DE DOMÍNIO PARA ALGUNS CAMPIS
	Campus:	Valença e Corrente
	Descrição:	Instalação de servidor controlador de domínio com a replicação da base de dados da reitoria.
	Benefícios:	Inserção dos computadores dos campi no domínio do IFPI proporcionando maior controle e segurança para a rede e usuários. Base de dados dos usuários replicados, permitindo dessa forma a criação e alteração de senhas no próprio campus.
	Período de Execução:	Junho - Setembro de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-
03	Atividade desenvolvida:	SUPORTE PRESENCIAL NOS CAMPI
	Campus:	PIOIX, Valença, José de Freitas e Dirceu.
	Descrição:	Apoio técnico aos campi citados. Solução de problemas de conectividade, rede, voip, kaspersky, avaliação técnica entre outros.
	Benefícios:	Resolução de problemas locais levando o funcionamento normal dos campis.
	Período de Execução:	Maior - Dezembro de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	PETI:	-
04	Atividade desenvolvida:	CRIAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES DE REDE E SERVIÇOS
	Campus:	IFPI
	Descrição:	Criação dos seguintes servidores: Servidor de licenças dos produtos da Autodesk (Windows e Linux), servidor de licenças dos produtos da Matlab, Servidor de abertura de chamados – Helpdesk, Novo servidor de domínio, Servidor para o PRONATEC, Servidor de Gerencia – Zabbix.
	Benefícios:	Disponibilização de novos serviços e aplicações para a comunidade do IFPI.
	Período de Execução:	Janeiro - Dezembro de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-
05	Atividade desenvolvida:	MANUTENÇÃO DO DATACENTER
	Campus:	Reitoria
	Descrição:	Manter em funcionamento os computadores servidores no datacenter do IFPI. Acesso aos sistemas de monitoramento da blade, backup e storage diariamente (inclusive finais de semana e feriados).
	Benefícios:	Alta disponibilidade dos serviços com prevenção e solução de problemas.
	Período de Execução:	Janeiro - Dezembro de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-
06	Atividade desenvolvida:	SUPORTE REMOTO AOS CAMPI
	Campus:	IFPI
	Descrição:	Suporte técnico aos campi do IFPI. Com mais de 150 atendimentos para os mais diversos serviços relacionados com controlador de domínio, rede sem fio, acesso remoto ao qacademico, vpn, servidores de rede e email.
	Benefícios:	Manutenção do funcionamento normal do campus.
	Período de Execução:	Janeiro - Dezembro de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-
07	Atividade desenvolvida:	SUPORTE AOS TABLETS INSTITUCIONAIS
	Campus:	IFPI
	Descrição:	Suporte, configuração e ativação dos tablets educacionais do MEC.
	Benefícios:	Ativação dos tablets para uso como material pedagógico dos docentes do IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Período de Execução:	Janeiro - Dezembro de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-
08	Atividade desenvolvida:	CONFIGURAÇÃO DO NOVO FIREWALL
	Campus:	IFPI
	Descrição:	Configuração do novo firewall no datacenter.
	Benefícios:	Garantir uma melhor gerencia do tráfego e facilitar a manutenção, backups e atualizações.
	Período de Execução:	Junho de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-
09	Atividade desenvolvida:	CONFIGURAÇÃO DO NOVO SERVIDOR VPN
	Campus:	IFPI
	Descrição:	Implantação de um novo servidor de VPN.
	Benefícios:	Garantir replicação dos dados entre reitoria e demais campus através de um rede encriptada ponto a ponto.
	Período de Execução:	Julho de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-
10	Atividade desenvolvida:	CONFIGURAÇÃO DO NOVO SERVIÇO DE DNS
	Campus:	IFPI
	Descrição:	Implantação de um novo serviço de DNS.
	Benefícios:	Garantir o correto funcionamento do DNS, configurando uma nova versão no BIND no firewall.
	Período de Execução:	Julho de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-
11	Atividade desenvolvida:	CONFIGURAÇÃO DE UM FIREWALL REDUNDANTE PARA DATACENTER
	Campus:	Reitoria
	Descrição:	Implantação de um novo firewall redundante para datacenter.
	Benefícios:	Garantir o correto funcionamento do firewall. Em caso de pane, temos uma máquina secundária para ser como redundância.
	Período de Execução:	Agosto de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	PETI:	-
12	Atividade desenvolvida:	EXPANSÃO DO ZABBIX MONITORAMENTO DOS LINKS
	Campus:	IFPI
	Descrição:	Expansão do zabbix e monitoração dos links do campus.
	Benefícios:	Garantir o melhor acompanhamento dos links da instituição. É possível saber quais campus estão com link offline e com isso agilizar o processo de restabelecimento da internet nesses campis.
	Período de Execução:	Agosto de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-
13	Atividade desenvolvida:	SEGMENTAÇÃO DAS REDES WIFI DA REITORIA
	Campus:	Reitoria
	Descrição:	Segmentação das redes WIFI da Reitoria.
	Benefícios:	Garantir uma melhoria na segurança da informação, uma vez que com a segmentação, as redes mais vulneráveis a ataques, não terão acesso a redes que trafegam importantes dados da instituição.
	Período de Execução:	Setembro de 2017.
	Valores orçados para execução:	R\$ 0,00
	PETI:	-

Fonte: DRT/DTI, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4.3.6 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade

Segundo dados da DTI:

- Implantação do sistema SUAP-EDU nos campi:
 - Campus avançado José de Freitas;
 - Campus avançado Dirceu.
- Substituição do sistema terceirizado Q-Acadêmico;
- Uso do sistema SUAP para administração pública;
- Desenvolvimento e manutenção de módulos internos;
- Implantação de plataforma EAD (moodle) em infraestrutura interna;
- Substitui contrato com terceiros para hospedagem e manutenção de plataforma EAD;
- Desenvolvimento e manutenção em sistema próprio de classificatório e seletivos;
- Substitui compra/aquisição de sistema para gerência de classificatório e seletivos.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

A UPC ainda não implantou uma política de sustentabilidade ambiental, bem como o Plano de Logística Sustentável no âmbito geral do IFPI, que já consta no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Algumas ações isoladas foram realizadas, como no Campus Floriano, que aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e constituiu Comissão Gestora de implantação e execução da A3P (Portaria nº 047/2016, de 28 de novembro de 2016), composta por dez titulares e dez suplentes.

No âmbito geral, o IFPI aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), por meio do Termo de Adesão nº 02/2012, celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação, com vigência a partir do exercício de 2013. O Projeto Esplanada Sustentável (PES) tem por finalidade integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

O IFPI está ciente das normas vigentes na área ambiental, mas ainda não implantou a política geral, devido às pendências internas.

No Quadro 68 demonstra a síntese de pendências a serem solucionadas na UPC.

Quanto a ações de consumo de água e energia, a UPC em 2017 realizou a análise de demanda e redimensionamento do consumo, tendo em vista que há um aumento da oferta de vagas e entrada de novos alunos e equipe de servidores, por motivo de expansão da unidade, o que conseqüentemente, ocasiona um aumento proporcional de consumo e valor monetário correspondente, além disso, a partir do segundo semestre, por motivos climáticos, há um aumento de consumo, bem como um reajuste significativo das tarifas contratadas, conforme calendário do governo federal.

A movimentação de 2017 do consumo de água e esgoto (Figura 7) estão distribuídos em dez Campi, totalizando a movimentação de 32.272 m³, no valor anual de R\$ 322.561,50 (trezentos e vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos). A concessão na Capital é realizada pelas Águas de Teresina e no interior, por meio de concessão com a Companhia de Água e Esgoto do Piauí S.A.

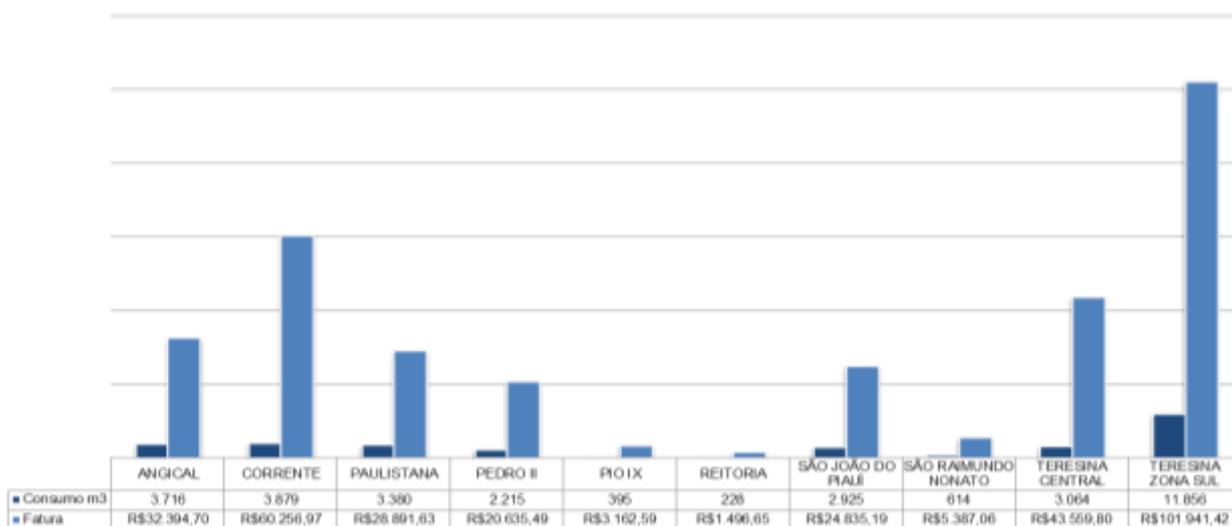
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 68– TÓPICOS DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Questionamentos		SITUAÇÃO	
		Sim	Não
a)	Existe política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade?		X
b)	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)? Ações isoladas, como o Campus Floriano e Corrente	X	
c)	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
d)	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
e)	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?		X
i)	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012? Ações isoladas, como o Campus Floriano (Portaria n 047/2016) e Campus Corrente	X	
ii)	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
iii)	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
iv)	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
Considerações Gerais			
A UPC não participa integralmente da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), apenas por iniciativa de alguma UG, mas aderiu no ano de 2012 ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), por meio do Termo de Adesão nº 02, celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação, com vigência a partir do exercício de 2013.			

Fonte: PROAD, 2017.

Figura 7– CONSOLIDAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO ANO 2017



Fonte: PROAD/SISPES, 2017.

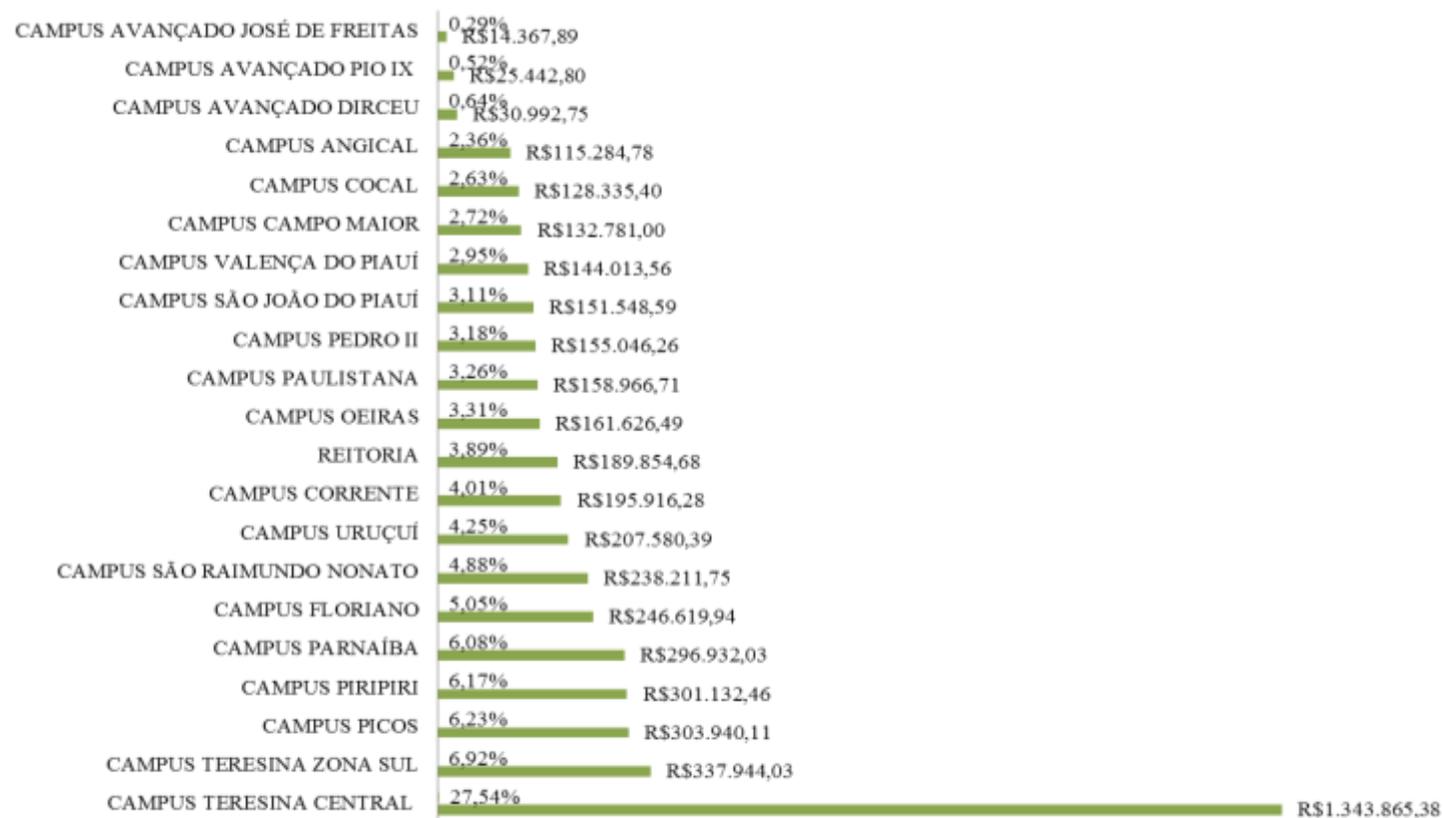
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A movimentação anual do consumo de energia (Figura 8) está distribuída em 21 Campi, totalizando 1.169.314 kWh de consumo ponta, 6.688.584 kWh de consumo fora de ponta, no valor anual de R\$ 4.880.403,28 (Quatro milhões e oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e três reais e vinte e oito centavos), por meio de concessão com a Eletrobras Distribuição Piauí.

Como análise crítica, a UPC reconhece as iniciativas já implantadas, mas reconhece a necessidade de planejamento e execução de ações mais diretas que estimulem práticas mais sustentáveis em mais Campi, tanto na implantação de políticas gerais como no consumo de recursos, tendo como resultado a efetividade com a gestão ambiental.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Figura 8– CONSOLIDAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ANO 2017



Fonte: PROAD/SISPES, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Segundo o Departamento de Licitações da Pró-Reitoria de Administração, (PROAD) em 2017 não foi recebida demanda para aquisição de material com características sustentáveis. De acordo com o responsável pelo Departamento, “o setor trabalha por demanda, não sendo responsável pela descrição dos materiais ou serviços a serem adquiridos, desta forma, estamos limitados às descrições dos objetos conforme nos são encaminhadas pelos solicitantes”.

Neste sentido, os únicos parâmetros de sustentabilidade que são incluídos em algumas licitações, no ano de 2017, se limitam a aspectos referentes aos critérios de habilitação, nos quais foram exigidas declarações das empresas licitantes, no sentido de comprometerem-se com o exercício de práticas sustentáveis no ato de fornecimento do material ou serviço licitado.

Segundo o Departamento de Administração da Reitoria, nos contratos de serviços, como ainda não foi implantada a política ambiental no IFPI, os termos de referência e contratos seguem os modelos da Advocacia Geral da União (AGU), conforme orientação da Procuradoria Jurídica do IFPI, além da IN 02/2008 e 05/2017 e os cadernos de logística do Ministério do Planejamento.

Quanto à IN SLTI/MPOG N° 01/2010, apenas o item “IV – Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços” está claro nos editais.

Segundo a Diretoria de Engenharia Institucional, no ano de 2017 foram realizadas algumas medidas de sustentabilidade:

- Aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo inverter;
- Projeto arquitetônico padrão com janelas que contemplam as normas de iluminação natural e cores favoráveis a economicidade de energia elétrica;
- Aquisição de placas solares pelo campus de Floriano, na expectativa de gerar autossuficiência do campus.
- Todas as obras são executadas com aplicação de telhas termo acústica para favorecer a temperatura ambiente.

O IFPI ainda conta no Campus Floriano o projeto de placas solares no telhado do Campus, tendo uma avaliação positiva de utilização e compensação de energia ao ano.

Figura 9– PLACAS SOLARES NO TELHADO DO IFPI FLORIANO



Foto: Divulgação IFPI, 2017.

Como análise crítica, a UPC reconhece a necessidade de planejamento e execução de ações mais diretas que estimulem aquisições (bens, serviços e obras) mais sustentáveis tanto na implantação como na padronização de procedimentos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Nesta Seção a UPC apresenta dados relacionados à descrição dos canais de acesso do cidadão, informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, demonstração de mecanismos de avaliação, mecanismos de transparência e detalhamento de informações relevantes e as medidas adotadas pela unidade com vistas ao cumprimento da acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

5.1 Canais de acesso do cidadão

A Diretoria de Comunicação (DIRCOM) do Instituto Federal do Piauí é o setor responsável pelo desenvolvimento de ações e ferramentas de comunicação institucional construídas sobre três áreas de atuação: a instituição e os servidores, a instituição e a comunidade acadêmica, a instituição e a sociedade.

As redes sociais têm figurado dentre os canais de comunicação utilizados pelas organizações para se relacionarem com seus públicos de interesse, funcionando, assim, como uma "ouvidoria virtual". Diante desse cenário, o IFPI está presente nas redes sociais Facebook, Twitter, Youtube e Instagram. Principalmente no Facebook e no Instagram, recebemos críticas, elogios, sugestões e dúvidas e denúncias. Procuramos responder a todas as manifestações, seja de forma direta, após consulta aos setores da instituição, ou com indicações de como o interessado pode obter determinada informação.

Além das redes sociais, também temos outros canais de acesso ao cidadão, utilizados, para esclarecimento de dúvidas e atendimento a pedidos, reclamações, agradecimentos e elogios, como e-mail (comunicacao@ifpi.edu.br), telefone (86-3131-1406) e o link *Fale com o Reitor*, disponível no portal do IFPI na internet (www.ifpi.edu.br).

No recebimento das manifestações (reclamações, sugestões, elogios) oriundas da sociedade através dos canais citados, a DIRCOM atua na triagem e encaminhamento para o setor competente na instituição, agindo diversas vezes também no retorno ao cidadão. A DIRCOM atua prestando atendimento presencial, por telefone ou internet.

O site do IFPI traz informações sobre a instituição, sua estrutura, cursos, programas e projetos, informações de interesse dos servidores, estudantes e comunidade, além de notícias com as ações do Instituto. A seção "Acesso à Informação" reúne informações úteis à sociedade sobre a atuação do Instituto e que contribuem para a transparência da gestão, como dados institucionais, informações sobre ações e programas e perguntas frequentes.

5.2 Carta de serviços ao cidadão

Esta UPC ainda não desenvolveu e implantou a Carta de Serviços ao Cidadão.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Não há mecanismo oficial para mensuração da satisfação dos cidadãos-usuários. No ano de 2017 a DIRCOM não realizou pesquisa de opinião com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do Instituto Federal do Piauí.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Esta UPC ainda não desenvolveu e implantou a Pesquisa de Satisfação junto aos usuários de seus serviços, em relação ao cumprimento de compromissos dos padrões de qualidade fixados na Carta de Serviços ao Cidadão.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No que se refere ao Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade, devemos informar que o relacionamento, do Instituto Federal de Educação do Piauí, com a sociedade, se dá através da unidade sistêmica Ouvidoria que gerencia o do Serviço de Informação ao Cidadão – E-SIC, e do link Fale com o Reitor, gerenciada pela Diretoria de Comunicação da Reitoria.

No ano de 2017, a Ouvidoria analisou e respondeu 18 manifestações, relacionados a Processo seletivo, certificado, educação, administração instituição financeira e gestão de pessoas. Tais manifestações foram registradas no E-OUV, sobre o tipo de assunto questões administrativas e de gestão de pessoas foram os temas com o maior número de demandas.

Dentre os registros no sistema E-OUV foram identificados: 5 reclamações, 4 denúncias e solicitações. Das denúncias registradas, em apenas uma delas foi possível aferir a materialidade da conduta, que resultou na autuação de processo administrativo, cuja tramitação está sob responsabilidade da Controladoria Interna.

Além dos registros no E-OUV, o sistema E-SIC obteve 260 questionamentos, solicitados por 191 cidadãos (pessoas físicas), destes 52,36% do sexo masculino e 40,84% do sexo feminino. Além dos canais de comunicação da Ouvidoria e do E-SIC o IFPI ainda conta com formulário eletrônico disponibilizado no site da instituição: “Fale com Reitor” onde a comunidade acadêmica pode contatar, questionar e solicitar informações à gestão.

Atualmente, o canal é gerenciado pela Diretoria de Comunicação, porém, para uniformizar e mapear todas as demandas da sociedade, esta ferramenta poderá ser absorvida pela Ouvidoria. Quanto às demandas do “Fale com o Reitor” foram registrados em 2016: **752 questionamentos** e; em 2017: **627 questionamentos**, todos prontamente respondidos pela Diretoria de Comunicação.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A PROEX monitora e acompanha em todos os Campi do IFPI o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), através da assessoria de inclusão e diversidade .

O NAPNE é um setor consultivo que tem por finalidade promover e desenvolver ações que propiciem a inclusão de pessoas com necessidades específicas apontadas pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a saber: pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No ano de 2017, ao todo o NAPNE atendeu 98 (alunos) alunos com necessidades educacionais específicas diversas, se destacando as áreas de deficientes visuais , alunos surdos, deficiência física e deficiências sensoriais.

Os programas de atendimento foram construídos a partir de uma série de ações que visaram instaurar as necessidades, dificuldades e demandas por adaptações pedagógicas e por aquisição de Tecnologias Assistiva.

O Quadro a seguir são descritas as principais ações no ano de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro __ - NAPNE e Ações desenvolvidas em 2017

Nº	Ação	METODOLOGIA
1	Formação continuada para servidores (sensibilização) em 6 (seis) campus;	Promoção de Evento – I ciclo de palestra (Projeto Inclusão, um gesto de aceitação).
2	Aquisição de recursos pedagógicos voltados para o atendimento da aluna com Deficiência Visual;	Por meio da compra de recursos pedagógicos para o atendimento da aluna com Deficiência Visual e da solicitação junto à Pró-reitoria de extensão do empréstimo de uma impressora em Braille.
3	Edital especificamente ao núcleo com disponibilidade de 20 (vinte)vagas.;	Foi proposto um edital fomentado aos núcleos para desenvolvimento de projetos e ações voltadas a demanda de alunos com NEE.
4	Divulgação do Núcleo no Campus e adesão de membros;	Visita da coordenadora e vice as salas nos três turnos para auto-apresentação, divulgação e convite a professores e alunos para integrar ao núcleo.
5	Encontro com os coordenadores dos NAPNEs;	Discussão sobre educação inclusiva no encontro integra 2017 Oficina: Conversando sobre Inclusão/ Educação Inclusiva.
6	Palestra na área na de inclusão	Palestra: Dificuldades de Aprendizagem: o que são e como abordá-las no contexto escolar.
7	Questionário de triagem e identificação de alunos com necessidades educacionais específicas;	Orientação de Elaboração e encaminhamento ao controle acadêmico para identificação e solicitação de atendimento específico no ato da matrícula.
8	Evento: I Mostra Cultural Inclusiva.	Atividades Culturais, Desportivas e Exposições, alusivas ao Dia Nacional de Luta das Pessoas Deficientes.

Fonte: NAPNE/PROEX, 2017.

Em 2017, a Diretoria de Engenharia Institucional/PRODIN elaborou projeto de acessibilidade de todos os Campi propondo medidas de adequação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Nesta Seção a UPC apresenta dados relacionados ao desempenho financeiros no exercício e demais itens, relacionados ao tratamento contábil da depreciação, amortização, exaustão, avaliação e mensuração de ativos e passivos, e as demonstrações contábeis.

6.1 Desempenho financeiro no exercício

No exercício de 2017, a UPC recebeu de ingressos no valor de R\$ 472.021.861,38 (quatrocentos e setenta e dois milhões, vinte e um mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), enquanto em 2016 foi de R\$ 445.381.294, (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos). A movimentação a maior em 2017 foi devido a realização de um concurso público.

Quanto aos dispêndios, em 2017 a UPC efetuou pagamentos e incorreu em obrigações, conforme demonstrativo no Balanço Financeiro do Anexo 3.

A gestão financeira da UPC encontrou dificuldades para realizar os pagamentos devidos, motivados pelos repasses realizados pela setorial, com valores insuficientes para honrar compromissos assumidos no exercício. Também ocorreu contingenciamento, por motivo de dificuldade de arrecadação de receita da União.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A UPC ainda não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. Justificamos por meio deste, que o sistema utilizado pelo IFPI, o sistema SUAP, não está adaptado para realizar depreciação, amortização e exaustão de bens de forma fidedigna. A Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças está trabalhando para adquirir o Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), para que os bens do IFPI sejam depreciados e amortizados em conformidade com as normas legais.

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, visto que a UPC ainda não tem permissão para utilizar o Sistema de Custos do Governo Federal.

O acesso ao SIC está restrito a servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou indicados por unidades de gestão interna, reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas

A UPC apresenta as demonstrações contábeis, conforme anexos:

- a) Balanço patrimonial (Anexo 1);
- b) Balanço orçamentário (Anexo 2);
- c) Balanço financeiro (Anexo 3);
- d) Demonstrações dos fluxos de caixa (Anexo 4);
- e) Demonstrações das variações patrimoniais (Anexo 5).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Esta seção retrata o tratamento e atendimento das demandas específicas provenientes de legislação específica e dos órgãos de controle.

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Segundo a Controladoria, no exercício de 2017, não foram recebidas recomendações do TCU e que todas as determinações e recomendações originadas do Tribunal de Contas da União são acolhidas pela gestão.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2017, não foram emitidas ao IFPI recomendações constantes em relatórios ou notas técnicas da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme manifestação da Controladoria.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Segundo a Controladoria Interna da UPC, no ano de 2017 não ocorreu fatos que justificassem a apuração de responsabilidades por dano ao erário.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.

Segundo o Departamento de Licitações da Reitoria e do Departamento de Administração da Reitoria, todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações, terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, conforme artigo 5º, da lei 8.666/93.

O Departamento de Administração da Reitoria destaca que o cronograma segue a cláusula de pagamento das minutas padrões, conforme a especificação do objeto licitado:

- a) O pagamento será efetuado pelo contratante no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da contratada;
- b) No caso de as notas fiscais ou faturas serem emitidas e entregues no contratante em data posterior ao dia 20 (do mês da prestação do serviço), será imputado à contratada o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes;
- c) Nenhum pagamento será efetuado à contratada na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
 - Atestação de conformidade do serviço executado;
 - Apresentação da comprovação dos documentos legais necessários;
 - O contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos do contrato.
- d) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação de fórmula específica.

Quanto ao cumprimento de pagamento das obrigações por parte da contratante, segundo a Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (DOCF), os encargos tributários são pagos, conforme data específica de recolhimento. O pagamento do valor líquido da fatura fica condicionado ao repasse de recursos financeiros provenientes da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO).

O Departamento de Licitações da Reitoria destaca que há utilização dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, que beneficia Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), sempre que cabível, a citar editais preparados pela Reitoria.

No IFPI não existe manual próprio de licitações e contratações, mas segue normas e ordenamento jurídico sobre o tema.

7.5 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

A UPC no ano de 2017 incorreu em despesas com publicidade do tipo institucional, legal e utilidade pública, conforme Quadro 69, e não houve despesas com ações de Publicidade Mercadológica. Segundo a Instrução Normativa da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), da nº 5/2011, de 5 de junho de 2011, a Publicidade Institucional, a Publicidade Legal e Publicidade de Utilidade Pública são definidas como:

Publicidade Institucional: a que se destina a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas e de promover o Brasil no exterior;

Publicidade Legal: a que se destina a dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender a prescrições legais;

Publicidade de Utilidade Pública: a que se destina a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos, com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios individuais ou coletivos e que melhorem a sua qualidade de vida. (TCU, 2016).

Quadro 69 – DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2080/20RL	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
Legal	2080/20RL	R\$ 25.000,00	R\$ 24.640,44
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	2080/20RL	-	-
	-	R\$ 31.000,00	R\$ 30.640,44

Fonte: Tesouro Gerencial 2017, PROAD.

A Publicidade Institucional foi decorrente de serviços de contratação de emissora de rádio e publicação em jornal local. A publicação legal foi decorrente de serviços com a Imprensa Nacional e outros jornais locais, atendendo aos fins previstos.

No ano de 2017 e como análise crítica, há uma necessidade de padronização de rotinas para as solicitações de publicidade, tendo em vista, a existência da Diretoria de Comunicação Social (DIRCOM), órgão responsável pelas atribuições de planejamento, organização e a avaliação dos materiais de divulgação de informações institucionais e de interesse público em diversas mídias.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quanto aos resultados da estratégia de publicidade aplicados, os setores responsáveis pelo atesto dos serviços manifestam a efetividade das ações.

7.6 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

A instituição cumpre totalmente o atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005, em relação a oferta da disciplina de Libras nos Cursos Superiores de Licenciatura, conforme o Quadro 70, comprovada nas matrizes curriculares disponíveis na página da instituição, <http://libra.ifpi.edu.br/cursos/licenciatura>.

Quadro 70 – TABELA DE CURSOS SUPERIORES DE LICENCIATURA

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
MATEMÁTICA	1103910	Angical do Piauí	SIM	Parcialmente
FÍSICA	1126885	Angical do Piauí	SIM	Parcialmente
QUÍMICA	1341227	Cocal	SIM	Publicado
MATEMÁTICA	1341230	Cocal	SIM	Publicado
MATEMÁTICA	1103911	Corrente	SIM	Publicado
FÍSICA	1419843	Corrente	SIM	Publicado
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	83927	Florianópolis	SIM	Parcialmente
MATEMÁTICA	83929	Florianópolis	SIM	Parcialmente
FÍSICA	1375998	Oeiras	SIM	Parcialmente
QUÍMICA	1103371	Parnaíba	SIM	Parcialmente
FÍSICA	1103809	Parnaíba	SIM	Parcialmente
QUÍMICA	1341231	Paulistana	SIM	Publicado
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1341234	Pedro II	SIM	Parcialmente
QUÍMICA	1103854	Picos	SIM	Publicado
FÍSICA	1103900	Picos	SIM	Publicado
MATEMÁTICA	1103813	Piripiri	SIM	Parcialmente
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1376002	São João do Piauí	SIM	Parcialmente
MATEMÁTICA	1127113	São Raimundo Nonato	SIM	Parcialmente
FÍSICA	1375423	São Raimundo Nonato	SIM	Parcialmente
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	63045	Teresina	SIM	Publicado
FÍSICA	63055	Teresina	SIM	Publicado
QUÍMICA	63059	Teresina	SIM	Publicado
MATEMÁTICA	63062	Teresina	SIM	Publicado
INFORMÁTICA	1166493	Teresina	SIM	Publicado
MATEMÁTICA	1103912	Uruçuí	SIM	Parcialmente
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1341233	Uruçuí	SIM	Parcialmente

Fonte: PROEN

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Atendemos parcialmente o artigo 32 § 1º da Portaria MEC 40/2007; devido a dificuldades físicas, as informações se encontram nos departamentos e coordenações e § 2, a página eletrônica passa por reformulação, visando atender totalmente ao artigo, mas a mesma já atende totalmente ou parcialmente, os quesitos:

- Conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Estatuto ou Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC (totalmente). Página eletrônica: <http://libra.ifpi.edu.br/aceso-a-informacao/institucional>.
- Descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização. Página eletrônica: <http://libra.ifpi.edu.br/area-do-estudante/biblioteca>.
- A página com as informações dos cursos, visto que a página passou por alterações substanciais no ano de 2017, está sendo reformulada em 2018 para atender melhor a publicação da mencionada Portaria, sendo os cursos já estão com os dados preliminares cadastrados em <http://libra.ifpi.edu.br/cursos> e alguns campus já apresentam a página dedicadas com maiores informações dos cursos ofertados, por exemplo <http://libra.ifpi.edu.br/teresinacentral/o-campus/cursos>, demonstrados na Figura 10.

Figura 10 - PÁGINA ELETRÔNICA DOS CURSOS DO CAMPUS TERESINA CENTRAL



Fonte: <http://libra.ifpi.edu.br/teresinacentral/o-campus/cursos>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ANEXOS

- Anexo 1 – Balanço patrimonial
- Anexo 2 – Balanço orçamentário
- Anexo 3 – Balanço financeiro
- Anexo 4 – Demonstrações dos fluxos de caixa
- Anexo 5 – Demonstrações das variações patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	279.545.423,46	265.332.349,56	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	279.545.423,46	265.332.349,56

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	3.552.752,07	6.162.007,68	PASSIVO FINANCEIRO	25.578.107,33	31.547.777,38
ATIVO PERMANENTE	275.992.671,39	259.170.341,88	PASSIVO PERMANENTE	7.675,62	8.821,73
			SALDO PATRIMONIAL	253.959.640,51	233.775.750,45

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	38.968.110,67	35.258.907,80	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	12.764.536,62	11.698.962,49
Execução dos Atos Potenciais Ativos	38.968.110,67	35.258.907,80	Execução dos Atos Potenciais Passivos	12.764.536,62	11.698.962,49
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	644.427,23	644.427,23	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	38.323.683,44	34.614.480,57	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	5.292,00	1.932,00
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	12.759.244,62	11.697.030,49
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	38.968.110,67	35.258.907,80	TOTAL	12.764.536,62	11.698.962,49

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-5.567.001,39
Recursos Vinculados	-16.458.353,87
Educação	-16.163.274,62
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-716.127,78
Operação de Crédito	-499.998,79
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.403.362,43
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.482.315,11
TOTAL	-22.025.355,26



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/03/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTA EXPLICATIVA:

- 1) Caixa e Equivalentes de Caixa: o total geral do Ativo Circulante no quarto trimestre é de R\$ 6.802.374,86; desse total, o Caixa e Equivalentes de Caixa, corresponde a R\$ 3.552.752,07. Em relação ao final do exercício de 2016, essa conta houve um decréscimo de 42,34%. Em relação ao total do Ativo, essa conta corresponde a 1,27%. O Ativo Circulante representa 2,43% do total do Ativo, e em relação ao mesmo período do exercício anterior, decresceu em 24,38%.
- 2) Estoques: o total dos estoques em 31/12/2017 corresponde a R\$ 2.779.594,51, ou seja, 0,99% do Ativo Total. No período em análise, ou seja, de 31/12/2016 a 31/12/2017, houve uma variação positiva de 17,71%. Desse total, a conta de Material de Consumo (115610100) é que apresenta o maior valor, R\$ 2.364.652,60, ou seja, 85,10% do Estoque total.
- 3) Ativo Não Circulante: em 31/12/2017, o valor total do Ativo Não Circulante é R\$ 272.743.048,60; houve uma evolução de 6,40%, em relação ao mesmo período do exercício anterior. Corresponde a 97,57% do ativo total. O Ativo Imobilizado totaliza R\$ 271.787.603,32, sendo que variou positivamente 6,36% e equivale a 97,22% do Ativo Total.
- 4) Bens Móveis: o valor total de Bens Móveis é de R\$ 107.313.109,76, sendo que este valor corresponde a 39,48% do Imobilizado. O valor depreciado é de R\$ 26.555,93, sendo que este valor não está sofrendo evolução, pois o IFPI ainda não possui um sistema confiável para depreciar seus bens móveis.
- 5) Bens Imóveis: R\$ 167.201.447,78 é o valor dos Bens Imóveis do IFPI; este valor corresponde a 61,51% do Imobilizado. O valor depreciado é de R\$ 2.700.398,27. Portanto, o valor líquido de Bens Imóveis é de 164.501.049,51.
- 6) Softwares: o valor de Softwares do IFPI é de R\$ 954.650,28, que corresponde a 99,91% do Intangível. O Intangível corresponde a um total de R\$ 955.445,28; sendo que houve uma variação positiva de 6,36% em relação ao exercício anterior e corresponde a 0,34% do total geral do Ativo. Não está havendo evolução na conta de Amortização Acumulada de Softwares, pois o IFPI, não possui um sistema confiável para emitir relatórios fidedignos.
- 7) Obrigações Trabalhistas: o valor total das Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial a Pagar a Curto Prazo em 31/12/2017 é de R\$126.389,27, que corresponde a 0,05% do Passivo Total. Em relação ao mesmo período, houve um decréscimo de 63,55%. Está relacionado com todos os pagamentos de salários dos servidores ativos e inativos do IFPI.
- 8) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: o valor total do Passivo Circulante é de 1.498.898,57. Houve um decréscimo de 61,38% em relação ao exercício anterior e corresponde a 0,54% do total do Passivo. O valor Total de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo é de R\$ 1.059.061,19. Houve uma variação negativa de 63,55% em relação ao exercício anterior e corresponde a 0,38% do Passivo Total.
- 9) Resultados Acumulados: os Resultados Acumulados no período são de R\$ 278.046.524,89, que coincide com o total do Patrimônio Líquido. No período analisado, dezembro de 2016 e dezembro de 2017, houve um acréscimo de 6,35%. O Patrimônio Líquido corresponde a 99,46% do Total do Passivo.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/04/2018 PÁGINA 1

SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI

ÓRGÃO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	849.415,00	849.415,00	842.780,89	-6.634,11
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	849.415,00	849.415,00	842.414,32	-7.000,68
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	849.415,00	849.415,00	842.414,32	-7.000,68
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	366,57	366,57
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	366,57	366,57
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/04/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	849.415,00	849.415,00	842.780,89	-6.634,11
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	849.415,00	849.415,00	842.780,89	-6.634,11
DEFICIT			385.243.716,38	385.243.716,38
TOTAL	849.415,00	849.415,00	386.086.497,27	385.237.082,27
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	343.591.011,00	387.467.162,00	381.843.109,07	371.693.666,00	370.454.885,10	5.624.052,93
Pessoal e Encargos Sociais	263.916.660,00	306.746.772,00	303.309.288,10	303.309.288,10	303.152.468,82	3.437.483,90
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	79.674.351,00	80.720.390,00	78.533.820,97	68.384.377,90	67.302.416,28	2.186.569,03
DESPESAS DE CAPITAL	6.278.829,00	6.278.829,00	4.243.388,20	734.358,77	570.358,77	2.035.440,80
Investimentos	6.278.829,00	6.278.829,00	4.243.388,20	734.358,77	570.358,77	2.035.440,80
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	349.869.840,00	393.745.991,00	386.086.497,27	372.428.024,77	371.025.243,87	7.659.493,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/04/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	349.869.840,00	393.745.991,00	386.086.497,27	372.428.024,77	371.025.243,87	7.659.493,73
TOTAL	349.869.840,00	393.745.991,00	386.086.497,27	372.428.024,77	371.025.243,87	7.659.493,73

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.019.157,59	10.668.954,79	8.269.020,15	8.266.073,65	3.568.667,32	2.853.371,41
Pessoal e Encargos Sociais	0,05	239.812,95	99.126,35	99.126,35	140.686,65	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.019.157,54	10.429.141,84	8.169.893,80	8.166.947,30	3.427.980,67	2.853.371,41
DESPESAS DE CAPITAL	2.151.527,93	3.733.265,40	3.203.153,91	3.203.153,91	265.150,75	2.416.488,67
Investimentos	2.151.527,93	3.733.265,40	3.203.153,91	3.203.153,91	265.150,75	2.416.488,67
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.170.685,52	14.402.220,19	11.472.174,06	11.469.227,56	3.833.818,07	5.269.860,08

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.150,53	2.917.994,75	2.768.713,90	109.979,28	45.452,10
Pessoal e Encargos Sociais	-	153.097,09	50.134,67	102.962,42	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.150,53	2.764.897,66	2.718.579,23	7.016,86	45.452,10
DESPESAS DE CAPITAL	7.568,13	479.702,98	479.702,98	-	7.568,13
Investimentos	7.568,13	479.702,98	479.702,98	-	7.568,13
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	13.718,66	3.397.697,73	3.248.416,88	109.979,28	53.020,23



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 02/04/2018	PÁGINA 1

NOTA EXPLICATIVA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

O valor total da Dotação Atualizada é de R\$ 387.467.162,00, o percentual executado perfaz um total de 98,54%, sendo que o maior montante, R\$ 306.746.772,00, corresponde a despesas com Pessoal e Encargos Sociais; desse valor, 98,88% foi executado. A Dotação Atualizada para Outras Despesas Correntes é de R\$ 80.720.390,00, sendo que R\$ 78.533.820,97 foi executado, correspondente 97,29%.

Quanto às Despesas de Capital a Dotação Orçamentária Atualizada era de R\$ 6.278.829,00; o valor executado foi de R\$ 4.243.388,20, que corresponde a 67,59%.

NOTA EXPLICATIVA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Ao final do exercício de 2017, o IFPI arrecadou R\$ 1.009.860,16, correspondente a 18,89% a mais da Previsão da Receita Atualizada, sendo que o valor desta correspondia a R\$ 849.415,00, totalizando um superávit de R\$ 160.445,16. As Receitas Correntes são compostas por Receitas de Serviços (Serviços Administrativos e Comerciais Gerais), totalizando R\$ 842.414,32, 83,41% do total arrecadado. R\$ 167.445,84 corresponde a Outras Receitas Correntes (Indenizações, Restituições e Ressarcimentos).

Não houve arrecadação através de Receitas de Capital no exercício de 2017.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	1.009.860,16	2.379.065,69	Despesas Orçamentárias	390.171.817,30	354.648.565,49
Ordinárias	64.830,83	191.146,93	Ordinárias	122.410.773,06	99.006.781,97
Vinculadas	959.705,99	2.187.918,76	Vinculadas	267.761.044,24	255.641.783,52
Educação	102.248,44	16.306,22	Educação	264.390.319,19	225.921.867,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	857.457,55	2.171.612,54	Seguridade Social (Exceto RGPS)	742.485,17	28.060.045,17
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-14.676,66	-	Operação de Crédito	500.000,00	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	640.461,65	1.659.870,77
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.487.778,23	-
Transferências Financeiras Recebidas	440.035.364,88	411.645.594,87	Transferências Financeiras Concedidas	52.926.062,11	60.478.987,27
Resultantes da Execução Orçamentária	410.661.522,86	377.377.384,08	Resultantes da Execução Orçamentária	41.239.692,21	46.972.992,90
Repasse Recebido	370.708.572,36	330.664.929,79	Repasse Concedido	1.286.741,71	260.538,61
Sub-repasse Recebido	39.952.950,50	46.712.454,29	Sub-repasse Concedido	39.952.950,50	46.712.454,29
Independentes da Execução Orçamentária	29.373.842,02	34.268.210,79	Independentes da Execução Orçamentária	11.686.369,90	13.505.994,37
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	28.267.826,78	33.042.140,06	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	11.504.950,63	13.298.541,22
Demais Transferências Recebidas	-	942,07	Movimento de Saldos Patrimoniais	181.419,27	207.453,15
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.106.015,24	1.225.128,66	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	24.814.628,66	25.242.455,46	Despesas Extraorçamentárias	25.371.229,90	24.091.734,02
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.411.053,89	3.831.448,51	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.689.053,98	9.752.880,11
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	17.269.880,26	20.532.621,71	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.537.454,13	13.468.555,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.133.694,51	878.385,24	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.143.971,79	868.107,96
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	750,00	2.190,86
			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	750,00	2.190,86
Saldo do Exercício Anterior	6.162.007,68	6.114.178,44	Saldo para o Exercício Seguinte	3.552.752,07	6.162.007,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.162.007,68	6.114.178,44	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.552.752,07	6.162.007,68
TOTAL	472.021.861,38	445.381.294,46	TOTAL	472.021.861,38	445.381.294,46



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTA EXPLICATIVA:

INGRESSOS

- 1) Os Recebimentos Extraorçamentários correspondem a 5,26% do total dos Ingressos no exercício de 2017.
- 2) Os Recebimentos Extraorçamentários houve uma diminuição correspondente a 1,69% em relação ao exercício de 2016.
- 3) As Receitas Orçamentárias correspondem a 0,21% do total dos Ingressos.
- 4) Quanto as Receitas Orçamentárias, em 2017, houve uma diminuição de 57,55%, em relação ao exercício anterior. As Receitas Vinculadas diminuíram 56,14% em relação a 2016.
- 5) As Transferências Financeiras Recebidas aumentaram 6,90% em relação ao exercício de 2016.

DISPÊNDIOS

- 1) As Despesas Orçamentárias correspondem a 82,66% do total dos dispêndios.
- 2) As Transferências Financeiras Concedidas tiveram uma diminuição de 12,48% em relação a 2016.
- 3) As Despesas Extraorçamentárias correspondem a 5,37% do total dos dispêndios e um aumento de 5,31% em relação ao exercício financeiro de 2016.
- 4) Quanto às Despesas Orçamentárias Vinculadas houve um aumento de 4,74% em relação a 2016. As mesmas correspondem a 56,73% do total dos dispêndios.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 07/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	4.311.752,16	9.608.156,22
INGRESSOS	447.178.919,55	414.903.045,80
Receitas Derivadas e Originárias	1.009.860,16	2.379.065,69
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	842.414,32	2.171.363,12
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	167.445,84	207.702,57
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	446.169.059,39	412.523.980,11
Ingressos Extraorçamentários	6.133.694,51	878.385,24
Transferências Financeiras Recebidas	440.035.364,88	411.645.594,87
DESEMBOLSOS	-442.867.167,39	-405.294.889,58
Pessoal e Demais Despesas	-344.083.428,72	-309.459.342,34
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-36.411.603,82	-30.578.083,65
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-307.671.074,90	-278.879.067,83
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 07/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-750,00	-2.190,86
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-39.713.704,77	-34.488.452,01
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-39.677.224,77	-34.370.676,01
Outras Transferências Concedidas	-36.480,00	-117.776,00
Outros Desembolsos das Operações	-59.070.033,90	-61.347.095,23
Dispêndios Extraorçamentários	-6.143.971,79	-868.107,96
Transferências Financeiras Concedidas	-52.926.062,11	-60.478.987,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.921.007,77	-9.560.326,98
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-6.921.007,77	-9.560.326,98
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.714.487,02	-9.180.809,14
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-206.520,75	-379.517,84
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.609.255,61	47.829,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.162.007,68	6.114.178,44



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2017 PERIODO Anual

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 07/03/2018 PAGINA 3

SUBTITULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.552.752,07	6.162.007,68



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 07/03/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTA EXPLICATIVA:

1) Os Fluxos de Caixa das Atividades das Operações possui um saldo positivo de R\$ 4.311.752,16, ou seja, os Ingressos foram superiores aos Desembolsos. No entanto, houve um decréscimo de 55,12% em relação ao exercício anterior.

O total dos Ingressos é de R\$ 447.178.919,55, 10,78% superior ao período de 2016. Os valores mais significativos dos Ingressos estão relacionados com os Outros Ingressos das Operações, que são as chamadas Transferências Financeiras Recebidas, totalizando R\$ 440.035.364,88. Nesse aspecto, houve um aumento de 6,90% em relação ao período anterior.

Quanto aos Desembolsos, a maior parcela diz respeito aos pagamentos de Pessoal e Demais Despesas, que corresponde a R\$ 344.083.428,72, 11,19% superior ao exercício anterior.

2) Quanto ao Fluxo de caixa das Atividades de Investimento, o valor dos Desembolsos foi de R\$ 6.921.007,77. Em relação ao exercício anterior, houve um decréscimo de 27,60%. O valor mais significativo, R\$ 6.714.487,02, está relacionado com aquisições de bens que compõem o Ativo Não Circulante.

3) Não houve movimentação no Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento no exercício de 2017.

4) A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa foi negativa, ou seja, a diferença entre os Fluxos de Caixa das Atividades das Operações menos os Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento, ou seja, R\$ 4.311.752,16 menos R\$ 6.921.007,77. No entanto, o Caixa e Equivalentes de Caixa Final resultou em um saldo positivo de R\$ 3.552.752,07. Houve uma diminuição de 42,34%, em relação ao exercício anterior.



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	458.464.037,29	419.949.307,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	73.822,32
Contribuições Sociais	-	73.822,32
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	842.750,17	2.171.249,60
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	842.750,17	2.171.249,60
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,81	113,52
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,81	113,52
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	442.254.955,02	414.751.806,85
Transferências Intragovernamentais	440.035.364,88	411.645.594,87
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.219.590,14	3.106.211,98
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	15.198.885,45	2.744.612,84
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	15.077.896,82	93.916,86
Ganhos com Desincorporação de Passivos	120.988,63	2.650.695,98
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	167.445,84	207.702,57
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	167.445,84	207.702,57
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	439.778.643,97	404.146.866,33
Pessoal e Encargos	287.692.933,42	244.764.238,57
Remuneração a Pessoal	228.146.699,30	191.337.697,03
Encargos Patronais	39.441.843,11	33.643.708,65
Benefícios a Pessoal	19.265.766,51	19.029.461,38
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	838.624,50	753.371,51
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	33.829.183,02	30.704.100,70
Aposentadorias e Reformas	27.946.184,57	25.520.476,96
Pensões	5.796.384,31	5.112.741,82
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	86.614,14	70.881,92
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	52.064.422,18	54.078.891,28
Uso de Material de Consumo	6.957.670,40	5.743.301,20
Serviços	43.306.972,39	47.842.208,42
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.799.779,39	493.381,66
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.422,49	2.531,63
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.085,83	2.531,63
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	336,66	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	55.213.141,46	63.627.685,67
Transferências Intragovernamentais	52.926.062,11	60.478.987,27
Transferências Intergovernamentais	36.480,00	47.235,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.250.599,35	3.101.463,40
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.301.138,73	1.142.733,63
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.221,90	5.243,80
Incorporação de Passivos	690,60	12.053,67
Desincorporação de Ativos	3.299.226,23	1.125.436,16



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	293.031,46	324.134,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.825,80	388,00
Contribuições	288.205,66	323.746,12
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.383.371,21	9.502.550,73
Premiações	-	108,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.351.045,70	9.431.263,43
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	32.325,51	71.179,30
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	18.685.393,32	15.802.441,37

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 06/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTA EXPLICATIVA:

- 1) Transferências e Delegações Recebidas: O valor mais significativo das Variações Patrimoniais Aumentativas, diz respeito às Transferências e Delegações Recebidas, R\$ 442.254.955,02, que corresponde a 96,46%. Houve um aumento de 6,63% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Desse total, R\$ 440.035.364,88 é referente às Transferências Intragovernamentais Recebidas para pagamento de despesas com a folha de pessoal o IFPI. As Transferências Intragovernamentais variaram positivamente em 6,90%, no período analisado e correspondem a 95,98% das Variações Patrimoniais Aumentativas.
- 2) Ganhos com Incorporação de Ativos: Valor dos Ganhos com Incorporação de Ativos é de R\$ 15.077.896,82, que corresponde a 3,29% das Variações Patrimoniais Aumentativas. Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve um aumento significativo de 15.954,52%, devido ao lançamento de Bens Imóveis no SPIUNET, na Reitoria e nos Campi de Corrente e Floriano.
- 3) Remuneração a Pessoal: A remuneração a Pessoal, no valor de R\$ 228.146.699,30, corresponde a 49,76% do Total das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo que , além disso, no mesmo período analisado houve um aumento de 19,24%. Outro valor significativo, são os Encargos Patronais, que totalizam R\$ 39.441.843,11. Os mesmos, representam 8,60% do Total das Variações Diminutivas e tiveram um acréscimo de 17,23% no período. Podemos também discorrer sobre as Aposentadorias e Reformas, que apresentam um valor de R\$ 27.946.184,57. As mesmas variaram positivamente em 9,50% e correspondem a 6,10% das Variações Patrimoniais Diminutivas.
- 4) Serviços: O valor gasto com o Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo até 31/12/2017 foi de R\$ 52.064.422,18, ou seja, 11,36% do Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Houve um decréscimo de 3,73% em relação ao período anterior. R\$ 43.306.972,39, foi o valor gasto com Serviços no exercício. Em relação ao exercício anterior, houve uma variação negativa de 9,48%. Os mesmos correspondem a 9,45% das VPD's.
- 5) Depreciação: O valor de R\$ 1.799.779,39 é referente à Depreciação Acumulada de Bens Imóveis em 31/12/2017. Houve um acréscimo de 264,78% em relação ao período anterior. Quanto aos Bens Móveis, o IFPI não está realizando a depreciação, pois não possui um sistema que produza informações confiáveis e fidedignas.
- 6) Desincorporação de Ativos: O valor de R\$ 3.299.226,23, na grande maioria é referente a baixa de Bens Imóveis que foram incluídos no SPIUNET, pois estavam lançados em duplicidade. Houve um acréscimo de 193,15% em relação ao período anterior.
- 7) Incentivos: O valor total dos Incentivos é de 7.351.045,70, sendo que houve um decréscimo de 22,06% em relação ao período anterior. Eles representam 1,60% do total das VPD's. A maior quantia, R\$ 6.773.844,84, representam as bolsas de estudos no país.
- 8) Transferências e Delegações Concedidas: As Transferências e Delegações Concedidas totalizaram no final do exercício, o valor de R\$ 55.213.141,46, que representam 12,04% do total das VPD's. Houve um decréscimo de 13,22% em relação ao mesmo período do exercício anterior.